

Manual de Participação
em Assembleia e Proposta
da Administração

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data: 30 de abril de 2026

Horário: 14h00

30 de abril de 2026

Este manual destina-se a auxiliar o acionista, o investidor e o mercado em geral com a descrição das informações da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aplicáveis na data de edição aqui destacada



WDC
NETWORKS

Divulgação dos documentos conforme Resolução
CVM nº 81/22



SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA.....	4
1. CONVITE.....	5
2. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA	7
3. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA .	7
4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	15
ANEXO A: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA	20
ANEXO B: COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (SEÇÃO 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	24
ANEXO C: RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.....	88
ANEXO D: RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	167
ANEXO E: REMUNERAÇÃO GLOBAL DA ADMINISTRAÇÃO (SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	169
ANEXO F: INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS DA COMPANHIA (ANEXO B À RESOLUÇÃO CVM Nº81/2022) .	229
ANEXO G: MINUTA DO PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS DA COMPANHIA.....	236

MENSAGEM DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA

Prezados Senhores,

Com o objetivo de facilitar e incentivar a sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual de Participação em Assembleia e a Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" e "Manual e Proposta", respectivamente) da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 14h00.

Este documento, que contém informações e instruções necessárias para a participação dos acionistas e orientações para o exercício do direito de voto na AGOE, foi elaborado dentro dos princípios de transparência, equidade e homogeneidade definidos como base para o nosso relacionamento.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecerem, participarem e expressarem suas opiniões na AGOE.

Felipe Luís Rosa Meldonian
Diretor de Relações com Investidores da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

1. CONVITE

Senhoras e Senhores Acionistas,

A administração da Companhia vem por meio desta convidar V.Sas. a participarem e expressarem suas opiniões na AGOE convocada para às 14h00 do dia 30 de abril de 2026.

A Companhia realizará a AGOE de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "*Ten Meetings*", sem a possibilidade de comparecimento físico. Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em <https://assembleia.ten.com.br/327280273> e estarão descritas ao longo do presente Manual e Proposta. Para todos os fins legais, a AGOE será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 5º, III, §3º, da Res. CVM nº 81.

A Companhia optou por realizar a AGOE de forma exclusivamente digital por entender que a participação digital facilita o acesso e aumenta a presença dos acionistas na AGOE, bem como torna o processo de decisão mais acessível e eficiente, alinhando-se às melhores práticas de Governança Corporativa.

Havendo quórum, a AGOE será realizada, em primeira convocação, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

- (1) Apreciar o Relatório da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado do referido Relatório da Administração, das contas da administração, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia;
- (2) Com base na proposta apresentada pela Administração, deliberar sobre a absorção, pelas reservas de lucros da Companhia, do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (3) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; e

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

- (4) Deliberar sobre o novo Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

Atenciosamente,





Administração da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.



2. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Edital de Convocação da AGOE, que consta do Anexo A deste Manual e Proposta, será publicado nas edições de 30 de março de 2026, 31 de março de 2026 e 1º de abril de 2026, do jornal "A Tarde Salvador".

Diante das matérias a serem deliberadas no âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o quórum exigido para instalação em primeira convocação é o previsto no artigo 125 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), ou seja, os acionistas presentes devem representar, no mínimo 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia.

Caso o quórum de pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a nova data para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em segunda convocação, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A aprovação das matérias a serem apreciadas na AGOE dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme determinado pela Res. CVM nº 81, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (ri.wdcnet.com.br/), na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br), o presente Manual e Proposta, o boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") e os demais documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGOE, especificamente: o Relatório da Administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, bem como a proposta do novo Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

3. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia: (i) pessoalmente, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 Lei das Sociedades por Ações; (ii) por seus representantes legais ou procuradores, ou (iii) via boletim de voto à distância, encaminhado com, pelo menos, 4 (quatro) dias de antecedência da realização da AGOE, isto é, até o dia 26 de abril de 2026 (inclusive): (1) diretamente à Companhia; ou (2) à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, qual seja, Banco Bradesco S.A.; ou (3) ao seu respectivo agente de custódia, conforme as orientações abaixo, e de acordo com o previsto na Res. CVM nº 81.

A participação do acionista ou de seu procurador devidamente constituído (observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações) poderá ser de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings*, sem a possibilidade de comparecimento físico, ou por meio dos mecanismos de votação a distância (boletim de voto).

3.1 Participação virtual pessoalmente ou representado por procurador

Os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que optarem por participar da AGOE por meio da plataforma digital deverão realizar o seu pré-cadastro, por meio do *link*: <https://assembleia.ten.com.br/327280273>, impreterivelmente em até 2 (dois) dias de antecedência da realização da AGOE, isto é, até o dia 28 de abril de 2026 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e fornecimento de todos os documentos indicados neste Manual e Proposta, conforme aplicável. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da AGOE por meio da plataforma digital. Após o credenciamento pela Companhia, os acionistas receberão os seus dados de acesso, assim como orientações gerais, relacionadas ao sistema eletrônico de participação e votação à distância.

O pedido de participação do acionista na AGOE deve ser amparado com o depósito dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
--	---------------	-----------------	-----------------------

Documento de Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade).	X	X	X
Contrato Social, ou Estatuto Social consolidado e atualizado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (para fundos de investimento, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto).	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo.	-	-	X

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas podem ser representados em AGOE por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista da Companhia, administrador da Companhia, advogado ou, ainda, por uma instituição financeira.

Nesse sentido, a administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em vosso nome relativamente às matérias objeto da AGOE.

Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia. Assim, os procuradores deverão realizar o cadastro prévio com os seus dados no endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/327280273>. Após receber e-mail de confirmação de cadastro, o procurador, deverá, através do link enviado para o e-mail informado, indicar cada acionista que irá representar e anexar os documentos pertinentes, nos termos acima mencionados. O procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. O procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na AGOE pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. O procedimento aqui descrito também deverá ser realizado até o dia 28 de abril de 2026 (inclusive).

Exclusivamente com a finalidade de facilitar e agilizar os trabalhos da AGOE, a Companhia pede aos acionistas (ou seus respectivos procuradores, conforme o caso) que solicitem sua participação virtual (e que não tenham enviado o Boletim de Voto) que enviem digitalmente, juntamente com sua solicitação e os documentos necessários para participação virtual, suas manifestações de voto no *link* disponibilizado acima. O envio prévio das manifestações de voto não dispensa o acionista de efetivamente participar virtualmente da AGOE, ou seja, o acionista deverá se conectar, registrar sua presença e emitir seu voto através da plataforma eletrônica para que os mesmos sejam devidamente considerados.

A plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia para acesso e participação na AGOE será a plataforma do *Ten Meetings*. Mais informações sobre suas funcionalidades podem ser encontradas no arquivo "Manual da Plataforma", também disponível para download em <https://assembleia.ten.com.br/327280273>.

A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma *Ten Meetings*, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos para a utilização da plataforma. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGOE, acessem a plataforma *Ten Meetings* com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os acionistas credenciados.

Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Res. CVM nº 81, a Companhia informa que gravará a AGOE, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a plataforma para participar e, conforme o caso, votar na AGOE. O acesso à AGOE não será permitido após o início dos trabalhos.

Por meio da plataforma *Ten Meetings*, os acionistas credenciados poderão discutir e votar os itens da ordem do dia, tendo acesso com vídeo e áudio à sala virtual em que será realizada a AGOE.

Para acessar a plataforma, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 10Mb (banda mínima de 10240kbps), dando preferência a rede Wi-Fi para conexão mais estável. O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS e o Mozilla Firefox não são compatíveis com a plataforma.

A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer eventuais outras questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por

meio eletrônico. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio eletrônico não receba o e-mail com instruções para acesso à plataforma digital até às 11h00 do dia 29 de abril de 2026, deverá entrar em contato através do e-mail ri@wdcnet.com.br, até no máximo às 18h00 do dia 29 de abril de 2026, a fim de que lhe sejam reenviadas suas respectivas instruções para acesso.

Aos acionistas que se farão representar por meio de procuração outorgada para o fim específico de participar em assembleias, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes. Ressaltamos, contudo, que os documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.

Os acionistas que participarem da AGOE via plataforma, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à AGOE e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, III, da Res. CVM nº 81.

3.2 Participação por mecanismo de voto a distância

Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Res. CVM nº 81, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da AGOE mediante o preenchimento e envio do boletim de voto a distância.

O Boletim é um documento eletrônico, cuja forma reflete o Anexo M da Res. CVM nº 81, que reúne todas as propostas de deliberação incluídas na ordem do dia da AGOE. O modelo para preenchimento foi disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.wdcnet.com.br/documentos-entregues-a-cvm>).

Assim, o acionista que resolver exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

3.2.1 Mediante envio do Boletim de Voto a Distância preenchido e assinado diretamente à Companhia

Caso os acionistas queiram encaminhar sua orientação de voto diretamente à Companhia, deverão acessar o *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.wdcnet.com.br/>), área de "Informações Financeiras", aba "Documentos Entregues à CVM", ano 2026, acessar a pasta "Assembleias", imprimir o "Boletim de Voto", preenchê-los, rubricar todas as páginas e assiná-lo. A Companhia permitirá a assinatura digital ou eletrônica dos Boletins de Voto.

Na sequência, deverão encaminhar, em formato digital, para o endereço eletrônico ri@wdcnet.com.br, os seguintes documentos:

- (i) cópia digitalizada do Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia digitalizada dos documentos indicados na tabela acima para participação do acionista na AGOE.

A Companhia dispensará o reconhecimento de firma dos Boletins de Voto assinados no território brasileiro e a notariação e consularização ou apostilamento, conforme o caso, daqueles assinados fora do país. No entanto, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos.

Com a finalidade de facilitar a participação dos acionistas na AGOE, a Companhia dispensará a apresentação da via original do Boletim de Voto e de cópias autenticadas dos documentos solicitados acima. Os acionistas deverão encaminhar o Boletim de Voto e cópia dos demais documentos indicados acima, em formato digital, em até 4 (quatro) dias de antecedência da realização da AGOE, isto é, até o dia 26 de abril de 2026 (inclusive), no seguinte endereço eletrônico: ri@wdcnet.com.br.

Em até 3 (três) dias contados do recebimento das vias digitalizadas dos referidos documentos, a Companhia enviará aviso ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo acionista no Boletim de Voto¹, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação.

3.2.2 Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas ao escriturador das ações da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas no Banco Bradesco S.A., na qualidade de escriturador das ações da Companhia.

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central – i.e., junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) – e que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio do prestador de serviço de escrituração das ações de emissão de nossa Companhia, o Banco Bradesco S.A., deverá enviar as instruções de voto em qualquer agência do Banco Bradesco S.A. dentro do território nacional. Esclarecimentos acerca dos procedimentos requisitos aplicáveis poderão ser obtidos no seguinte endereço:

Banco Bradesco S.A.

¹ O acionista deverá indicar o seu e-mail de contato no Boletim de Voto (campo: “E-mail”).

Departamento de Ações e Custódia

A/C: Viviane Martorelli Teixeira

E-mail: viviante.abrantes@bradesco.com.br e dac.acecustodia@bradesco.com.br

Endereço: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara Osasco, SP, CEP: 06029900

Tel: 0800 701 16 164.2.3.

3.2.3. Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras ("Agentes de Custódia") na B3.

Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia que mantêm suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos, que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à central depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de Voto é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Nos termos do artigo 27 da Res. CVM nº 81, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim de Voto para seus agentes de custódia até 4 (quatro) dias de antecedência da data de realização da AGOE, ou seja, até 26 de abril de 2026 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia.

A Companhia informa que, caso seu respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância, o acionista terá a opção de enviar seu Boletim de Voto e documentos aplicáveis diretamente ao escriturador das ações da Companhia ou à própria Companhia, conforme os itens 3.2.1 e 3.2.2, acima. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia.

3.3. Conflito de interesses



Os acionistas que possuírem eventual conflito de interesses em relação aos temas trazidos à deliberação da AGOE ou que tenham sua independência comprometida deverão comunicar tal fato e abster-se da discussão e da votação da matéria. De igual modo, os acionistas presentes que tiverem ciência de conflito de interesse de outro acionista deverão manifestar-se.

Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente da AGOE deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.



4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PARA 30 DE ABRIL DE 2026, ÀS 14H00

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia vem, por meio da presente, apresentar aos Senhores sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária convocada para às 14h00 do dia 30 de abril de 2026, de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico, sem a possibilidade de comparecimento físico:

A Proposta ora apresentada visa:

Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

(1) Apreciar o Relatório da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado do referido Relatório da Administração, das contas da administração, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

Propomos que sejam aprovados o Relatório da Administração, as contas dos administradores, e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos Anexos B, C e D, descritos abaixo.

Em atendimento ao artigo 10, inciso III da Res. CVM nº 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia se encontram no Anexo B deste Manual e Proposta.

Em atendimento ao artigo 10, inciso IV da Res. CVM nº 81, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2025 se encontra no Anexo C deste Manual e Proposta.

Em atendimento ao parágrafo único do artigo 10, inciso III da Res. CVM nº 81, o relatório anual resumido do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 se encontra no Anexo D deste Manual e Proposta.

(2) Com base na proposta apresentada pela Administração, deliberar sobre a absorção, pelas reservas de lucros da Companhia, do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia apurou prejuízo de R\$ 191.723.171,44 (cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e três mil, cento e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme evidenciado na demonstração de resultado divulgado ao mercado. Assim, a administração da Companhia propõe que o prejuízo apurado no exercício de 2025, seja absorvido pelas reservas de lucros da Companhia

(3) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

Propomos a remuneração global anual dos Administradores no valor total de até R\$ 9.622.334,00 (Nove milhões, seiscentos e vinte e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais).

Nos termos do artigo 20 do Estatuto Social, caberá ao Conselho de Administração alocar a remuneração entre seus membros e os membros da Diretoria.

Temos a convicção que a proposta de remuneração para o exercício social de 2026 está alinhada com o desempenho operacional de longo prazo da empresa, e faz jus a capacidade técnica e dedicação dos seus membros.

De acordo com o entendimento manifestado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 8 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-109), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Portanto, tais encargos não foram considerados para fins da proposta de remuneração global dos administradores ora submetida.

As informações sobre remuneração dos administradores se encontram no Anexo E desta Proposta da Administração.

Instalação do Conselho Fiscal

Apesar de não constar na ordem do dia da Assembleia Geral, a lei faculta aos acionistas titulares com, no mínimo, 2% (dois por cento) do total do capital social da Companhia solicitar a instalação do Conselho Fiscal, nos termos da Res. CVM nº 80 e Resolução CVM nº 81. Até a presente data, a Administração não recebeu pedido de instalação do Conselho Fiscal e recomenda o voto pela não solicitação da instalação desse órgão, por entender que o Comitê de Auditoria Estatutário já desempenha adequadamente as funções de fiscalização, de forma que a instalação do Conselho Fiscal resultaria em aumento de custos sem benefícios claros.

Por exigência legal, o Boletim de Voto contém a seguinte pergunta simples:

"Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76?"

[] Sim [] Não [] Abster-se"

A Administração informa que não houve solicitação de inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto, conforme permitido nos termos da Res. CVM nº 81. Caso a Companhia receba indicações de candidatos ao Conselho Fiscal feitas por acionistas até 5 de abril de 2026, ou seja, dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos da Res. CVM nº 81, especialmente o Artigo 37, Parágrafo Primeiro, inciso I, alínea "b", o Boletim de Voto poderá ser reapresentado para inclusão dos candidatos.

Em não havendo candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto, os acionistas que optarem pelo voto a distância não terão condição de conhecer os nomes, currículos e outras informações relevantes de eventuais candidatos que venham a ser indicados posteriormente, até mesmo na própria Assembleia Geral, bem como de participar da eleição, caso acionistas titulares com, no mínimo, 2% (dois por cento) do total do capital social da Companhia votem a favor do pedido de instalação do Conselho Fiscal (considerando a soma dos votos presenciais e a distância).

Assim, para evitar o risco de que os acionistas que optarem pelo voto a distância inadvertidamente contribuam para a eleição de candidatos (i) indicados e apoiados por acionistas detentores de percentual ínfimo ou minimamente representativo do capital, e/ou (ii) cujos nomes e currículos e outras informações relevantes para uma decisão informada não tenham sido divulgados quando do preenchimento do Boletim de Voto, sugerimos que os acionistas que optarem pelo voto a distância votem “abster-se”, de forma que suas ações não sejam computadas para fins de requerimento de instalação do Conselho Fiscal.

O OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o qual estabelece orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, incluindo os preparativos para a Assembleia Geral, chama a atenção para a possibilidade de acionistas alcançarem o quórum para a instalação do Conselho Fiscal, caso em que, uma vez instalado o conselho, a eleição de membros torna-se obrigatória. Conforme recomendado no Ofício em apreço, a fim de viabilizar a eleição, orientamos os acionistas no sentido de estarem preparados para este cenário na Assembleia Geral.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

(4) Deliberar sobre o novo Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

A Administração da Companhia submete à apreciação dos Acionistas a proposta do novo Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia (“Plano”), que possibilitará a entrega de “ações restritas” que, nos termos do Plano, serão utilizadas como base e lastro para proporcionar ao beneficiário (diretores estatutários e diretores não estatutários, executivos/gerentes e eventuais colaboradores em posição de comando e liderança da Companhia), uma contrapartida em dinheiro, como parte integrante de sua remuneração variável.

O Plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 30 de março de 2026.

Com a aprovação do Plano, a Companhia busca (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) estimular a geração de valor no longo prazo por meio do alinhamento dos interesses dos Acionistas aos dos participantes contemplados pelo Plano; e (iii) possibilitar à Companhia atrair e reter o talento necessário para incentivar a produtividade

sustentável da Companhia. Na visão da Administração, o Plano contribuirá para que a Companhia atraia e retenha profissionais com as melhores competências, na medida em que há um relevante incentivo a permanecerem na Companhia trabalhando com foco na maximização de resultados e valorização da Companhia.

A Administração entende que o Plano é proveitoso para a Companhia e os Acionistas, uma vez que assegura um maior alinhamento entre os interesses próprios dos beneficiários e o interesse direto para um melhor desempenho econômico-financeiro da Companhia.

As principais informações referentes ao Plano e a minuta do Plano a ser celebrada junto aos administradores que participarem do Plano constam dos Anexos F e G à esta Proposta, na forma do Anexo B da Resolução CVM nº 81/22.

Diante do exposto, a Administração da Companhia recomenda aos Acionistas a aprovação do Plano, uma vez que sua aprovação possibilitará à Companhia aumentar o comprometimento de sua gestão e alinhar incentivos com os interesses dos Acionistas.

Ilhéus, 30 de março de 2026.

A Administração
Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CNPJ nº 05.917.486/0001-40

Companhia Aberta

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Pelo presente edital, ficam convocados os Senhores Acionistas da **LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 14h00, **de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico informado no presente Edital ou por meio dos mecanismos de votação a distância**, sem a possibilidade de comparecimento físico, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

- (1)** Apreciar o Relatório da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado do referido Relatório da Administração, das contas da administração, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia;
- (2)** Com base na proposta apresentada pela Administração, deliberar sobre a absorção, pelas reservas de lucros da Companhia, do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (3)** Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; e

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

- (4)** Deliberar sobre o novo Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

Informações Gerais:

- a)** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia: (i) pessoalmente, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por

Ações"); (ii) por seus representantes legais ou procuradores, ou (iii) via boletim de voto à distância, encaminhado com, pelo menos, 4 (quatro) dias de antecedência da realização da AGOE, isto é, até o **dia 26 de abril de 2026 (inclusive)**: (1) diretamente à Companhia; ou (2) à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, qual seja, Banco Bradesco S.A.; ou (3) ao seu respectivo agente de custódia, conforme as orientações constantes no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, e de acordo com o previsto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Res. CVM nº 81").

b) A Companhia realizará a AGOE de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico, *Ten Meetings*, sem a possibilidade de comparecimento físico. Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em <https://assembleia.ten.com.br/327280273> e estão descritas no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração. Para todos os fins legais, a presente assembleia será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 5º, §3º, da Res. CVM nº 81.

c) Conforme previsto no § 2º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 5º, I - A, da Res. CVM nº 81, do artigo 4º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 2% (dois por cento) do capital social com direito a voto requerer a instalação do Conselho Fiscal da Companhia.

d) Nos termos do artigo 6º, §3º, da Res. CVM nº 81, os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que optarem por participar da AGOE por meio da plataforma digital deverão realizar o seu pré-cadastro, por meio do *link* <https://assembleia.ten.com.br/327280273>, impreterivelmente em até 2 (dois) dias de antecedência da realização da AGOE, isto é, até o dia **28 de abril de 2026 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos previstos neste Edital e indicados no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração. **Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da AGOE por meio da plataforma digital.** Após o credenciamento pela Companhia, os acionistas receberão os seus dados de acesso, assim como orientações gerais, relacionadas ao sistema eletrônico de participação e votação à distância.

e) O pedido de participação do acionista na AGOE deve ser amparado com o depósito dos seguintes documentos:

	Pessoa	Pessoa	Fundo de
Documentação a ser encaminhada/apresentada		Jurídica	Investimento

	Física		
Documento de Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade).	X	X	X
Contrato Social, ou Estatuto Social consolidado e atualizado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (para fundos de investimento, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto).	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo.	-	-	x

f) A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer eventuais outras questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio eletrônico. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGOE, acessem a plataforma "Ten Meetings" com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os acionistas credenciados.

g) Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124, e do parágrafo 5º do artigo 133, todos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, em especial os referidos no artigo 10 da Res. CVM nº 81, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.wdcnet.com.br/>); (iii) website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br); e (iv) website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/).

h) O detalhamento das deliberações propostas, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar à distância na AGOE (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, bem como instruções gerais para envio do Boletim de Voto à

Distância) encontram-se no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração divulgado nesta data pela Companhia.

Ilhéus, 30 de março de 2026.

Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa
Presidente do Conselho de Administração

2. Comentários dos diretores

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e pela tomada de recursos de terceiros.

Desde 2018, a Companhia vem apresentando alto patamar em sua Receita Líquida. Além de consistência em outras linhas das demonstrações financeiras da Companhia tais como o ativo imobilizado e o contas a receber líquidas do ativo circulante e não circulante.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$590.350 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$101.959 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$488.391 mil o que equivalia a 2,11x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$589.664 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$102.030 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2024, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$487.634 mil o que equivalia a 1,80x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$622.422 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$171.983 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2025, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$450.439 mil o que equivalia a 1,74x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração utiliza indicadores financeiros para avaliar a condução dos negócios da Companhia. Por exemplo, para avaliar a liquidez e saúde financeira da Companhia, a Administração monitora os índices de Liquidez Corrente e Liquidez Seca. O índice de Liquidez Corrente, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante e (ii) passivo circulante e, em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 foi de 1,68, 1,76, 2,74 respectivamente. Já o índice de Liquidez Seca, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante menos estoques

e (ii) passivo circulante, e em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, foi de 1,26, 1,30 e 1,83 respectivamente.

Ainda, para analisar a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras, a Administração utiliza indicadores relacionados ao endividamento bruto e líquido. O índice de endividamento bruto correspondente a divisão da Dívida Bruta, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 o índice de endividamento bruto foi de 1,33, 0,89 e 1,22 respectivamente.

O índice de endividamento líquido, correspondente a divisão da Dívida Líquida, conforme definido no antigo item 2.5 deste Formulário de Referência, dividido pelo patrimônio líquido, representando o tamanho do endividamento líquido da Companhia, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, o índice de endividamento líquido foi de 0,97, 0,73 e 0,77, respectivamente. Os Diretores da Companhia avaliam que os indicadores financeiros utilizados apontam para uma regular estabilidade na capacidade da Companhia em honrar com as suas obrigações nos últimos três exercícios sociais.

A tabela abaixo resume os indicadores financeiros apresentados acima em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente:

(em R\$ milhares, exceto %)	Índices relevantes		
	Em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Liquidez Corrente ⁽¹⁾	1,68	1,76	2,74
Liquidez Seca ⁽²⁾	1,26	1,30	1,83
Índice de Endividamento Bruto sobre PL ⁽³⁾	1,33	0,89	0,93
Índice de Endividamento Líquido sobre PL ⁽⁴⁾	0,97	0,73	0,77
Índice de Endividamento Bruto sobre EBITDA Ajustado ⁽⁵⁾	2,41	2,27	2,55
Índice de Endividamento Líquido sobre EBITDA Ajustado ⁽⁶⁾	1,74	1,88	2,11

(1) O índice de liquidez corrente corresponde à divisão entre ativo circulante e passivo circulante.

(2) O índice de liquidez seca corresponde o ativo circulante menos estoques dividido pelo passivo circulante.

(3) O índice de endividamento bruto sobre o PL correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, dividida pelo patrimônio líquido

(4) O índice de endividamento líquido sobre o PL é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa, e dividida pelo patrimônio líquido.

(5) O índice de Dívida bruta sobre o EBITDA Ajustado correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, dividida pelo EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro.

(6) O índice de Dívida líquida sobre o EBITDA ajustado é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, e dividida pelo EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pelos Diretores da Companhia na condução de seus negócios:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	2025	2024	2023	2025 x	2024 x
				2024	2023
Receita líquida	871.847	837.880	900.718	4,05%	-6,98%
Lucro bruto Ajustado	254.149	226.717	188.262	12,10%	20,43%
Margem Lucro Bruto ajustado	29,15%	27,06%	20,90%	2,09 p.p	6,16 p.p
Lucro Líquido Ajustado ⁽¹⁾	28.958	36.374	-11.876	-20,39%	-406,29%
Margem Lucro Líquido Ajustado ⁽²⁾	3,32%	4,34%	-1,32%	-1,02 p.p	5,66 p.p
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	258.284	271.406	231.608	-4,83%	17,18%
Margem EBITDA Ajustada ⁽⁴⁾	29,62%	32,39%	25,71%	-2,77%	6,68%

(1) Corresponde ao Lucro Líquido Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde à Margem Lucro Líquido Ajustado da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do Lucro Líquido Ajustado do Exercício pela receita líquida.

(3) Corresponde ao EBITDA Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) Corresponde à Margem EBITDA Ajustada da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do EBITDA Ajustado do Exercício pela receita líquida.

	Em 31 de dezembro de	Variações horizontais
--	----------------------	-----------------------

(em R\$ milhares, exceto %)					
	2025	2024	2023	2025 x	2024 x
				2024	2023
(+) Empréstimos e Financiamentos	615.643	580.037	573.546	6,14%	1,13%
Circulante	257.911	185.219	63.633	39,25%	191,07%
Não Circulante	357.732	394.818	509.913	-9,39%	-22,57%
(+) Partes Relacionadas (Mútuo)	-	-	-	-	-
(+) Arrendamento Mercantil	6.779	10.376	11530	-34,67%	-10%
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	-	-749	5.274	n.a.	-114,20%
Dívida Bruta ⁽¹⁾	622.422	589.664	590.350	5,56%	-0,12%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-171.983	-102.030	-101.959	68,56%	0,07%
(-) Investimento de curto prazo	-	-	-	n.a	n.a
Dívida Líquida ⁽²⁾	450.439	487.634	488.391	-7,63%	-0,15%

(1) Correspondente a Dívida Bruta da Companhia, na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde a Dívida Líquida da Companhia na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

b) estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$635.111 mil, correspondendo a uma redução de 2,0%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia totalizando R\$647.794 mil em 31 de dezembro de 2022. A diminuição do patrimônio líquido neste período decorreu principalmente do prejuízo acumulado no montante de R\$11.876.

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$665.846 mil, correspondendo a um aumento de 4,8%, em comparação com o patrimônio líquido da

Companhia em 31 de dezembro de 2023. O aumento do patrimônio líquido neste período decorreu principalmente da reversão do prejuízo contabilizado em 2023.

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$466.360 mil, correspondendo a uma diminuição de de 30,0%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024. A diminuição do patrimônio líquido neste período decorreu principalmente em função de decisão da administração da Companhia em baixar 177 milhões de recebíveis que tinham baixa expectativa de recebimento.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital da Companhia:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de					
	2025		2024		2023	
	(em R\$ milhares)	%	(em R\$ milhares)	%	(em R\$ milhares)	%
Capital próprio (1)	466.360	39,3%	665.846	45,7%	635.111	46,9%
Capital de terceiros (2)	789.589	66,5%	789.589	54,3%	717.940	53,1%
Capital Total (3)	1.188.024	100%	1.455.435	100%	1.353.051	100,0%

(1) Corresponde à posição do patrimônio líquido da Companhia.

(2) Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante da Companhia.

(3) Corresponde à soma do patrimônio líquido (capital próprio) e passivo circulante e não circulante (capital de terceiros).

Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital da Companhia é adequada aos seus objetivos.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A Administração acompanha de perto o índice de endividamento da Companhia, levando em consideração evolução e projeções, e saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

O índice de liquidez geral da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de 1,74. Em 31 de dezembro de 2024 era de 1,84 e em 31 de dezembro de 2023 era de 1,88, apresentando melhora em relação ao último período reportado, o que evidencia a capacidade de controle

da Diretoria sobre o índice de liquidez geral. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, 12,0% das dívidas eram de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, 32,1% das dívidas eram de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2025, 41,9% das dívidas eram de curto prazo. Esse aumento da dívida de curto prazo se deve ao início dos vencimentos relacionados a Debênture.

O indicador de liquidez geral representado acima não considera a receita futura já contratada (receita diferida) oriunda da modalidade TaaS – Technology as a Service que, em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 476 milhões, em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 745 milhões e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$875 milhões. A queda do TaaS se explica pela estratégia da Cia em reduzir o Capex objetivando preservação de liquidez e caixa mais robusto.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia financia suas operações principalmente com caixa líquido gerado por suas atividades operacionais, bem como por meio de empréstimos de instituições financeiras e de fomento.

A Companhia tem utilizado seu caixa, principalmente, para financiar sua necessidade de capital de giro, cumprir com suas obrigações (pagamento de empréstimos) e investir em melhorias em sua operação. Os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, vide item 2.1 (i) deste Formulário de Referência.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso para as necessidades de capital que os Diretores da Companhia pretendem utilizar no curso regular dos negócios da Companhia é o caixa operacional.

Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar empréstimos de instituições financeiras e de fomento. Os Diretores acreditam que essas opções são suficientes para atender às necessidades regulares de capital da Companhia, respeitando os indicadores de endividamento e liquidez de acordo com compromissos estabelecidos nos contratos atuais de empréstimos em aberto, bem como as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$615.643 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R\$450.439 mil.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$580.037 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R\$487.634 mil.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$573.546 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R\$488.391 mil.

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Pode ocorrer variações com a dívida bruta por conta do custo de captação

BANCOS	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA	MÊS TÉRMINO	SALDO DA DÍVIDA	TAXA
BANCO DO BRASIL	CAPITAL DE GIRO	jun/24	jun/29	43.750.000	CDI + 1,95%
BANCO DO BRASIL	VENDOR	jul/23	abr/28	53.449.030	1,40% a.m
CAIXA ECONÔMICA	NOTA COMERCIAL	jun/25	mai/30	100.124.857	CDI + 1,85%
DAYCOVAL	CESSÃO DE RECEBÍVEIS	mar/25	dez/26	39.600.954	1,29% a.m
ITAÚ	DEBÊNTURES 2º SÉRIE LVTC12	jun/22	jun/27	149.317.627	CDI + 2,30%
ITAÚ	DEBÊNTURES 2º SÉRIE LVTC22	jun/22	jun/29	198.116.278	CDI + 2,70%
DAYCOVAL	FINIMP	nov/25	jul/26	10.741.720	5,83% a.a
SAFRA	FINIMP	nov/25	jul/26	8.954.737	6% a.a
SAFRA	NC	dez/25	mar/30	40.129.785	CDI + 2,50%
Total				644.184.990	-

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informaram que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras além daquelas citadas no item anterior (i).

iii) grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informaram que em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contratos de financiamentos com determinadas instituições financeiras e, para garantia destes financiamentos, determinados instrumentos dispunham de percentual de duplicatas a receber.

Observado o disposto no parágrafo anterior, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as demais obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) financiamentos e empréstimos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item acima possuem cláusulas que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (covenants) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, cross default, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos acima do mínimo legal, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

Adicionalmente, alguns dos instrumentos de dívida preveem a obrigação da Companhia de observância a determinadores índices financeiros semestral e anualmente, conforme descritos a seguir:

(i) Debêntures 2ª Emissão - Itaú

(a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2024.

(b) A relação entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido (covenants) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2024.

(iii) Banco do Brasil

(a) A relação entre dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2024.

(b) A relação entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido da Companhia precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2024.

(iii) Caixa Econômica

(a) A relação entre dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, todos os índices financeiros descritos acima foram cumpridos.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de					
	2025		2024		2025 x 2024	
		AV(%)		AV(%)	AH(%)	AH(\$)
Receita líquida	871.847	100,00%	837.880	100,00%	4,05%	33.968
Custos das vendas e serviços	-635.283	-72,87%	-621.682	-79,10%	2,19%	-13.601
Lucro Bruto	236.565	27,13%	216.198	20,90%	9,42%	20.367
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com Pessoal	-63.522	-7,29%	-61.632	-5,99%	3,07%	-1.890
Despesas Comerciais	-236.752	-27,16%	-63.176	-7,44%	274,75%	-173.576
Despesas Gerais e Administrativas	-25.934	-2,97%	-20.130	-1,18%	28,83%	-5.804

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-47.160	-5,41%	-11.912	-2,26%	295,89%	-35.248
Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social	-136.804	-15,69%	59.348	4,04%	-330,51%	-196.151
Receitas Financeiras	58.633	6,73%	113.121	9,81%	-48,17%	-54.488
Despesas Financeiras	-134.566	-15,43%	-130.501	-15,64%	3,11%	-4.065
Resultado Financeiro	-75.933	-8,71%	-17.380	-5,83%	336,91%	-58.553
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-212.737	-24,40%	41.968	-1,79%	-606,90%	-254.705

Imposto de renda e contribuição social líquido	21.241	2,44%	-13.312	0,47%	-259,56%	34.553
Monoritários	-277	-0,03%	0	n.a	n.a.	-277
Lucro líquido do período	-191.773	-22,00%	28.656	-1,32%	-769,23%	-220.429

Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 871.847 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando +4,1%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$837.880 mil. Aumento atribuído ao aquecimento de todas as linhas de negócio. Vale comentar que em 2025 a Companhia passou a fornecer maior granularidade na abertura da Receita, especialmente nos negócios do segmento corporativo, antes nomeados como Enterprise.

Atualmente, as receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Segmento	2025	2024	Δ%
Audio e Vídeo Profissional	154,2	107,3	43,7%
Segurança Eletrônica	76,7	53	44,7%
Data Center	33	25,9	27,4%
Cibersegurança	82,3	64,8	27,0%
Infra de Redes	34,3	31,5	8,9%
Telecom	432,3	412,5	4,8%
Outros	59,1	77,5	-23,7%
Total Ex-Solar	871,8	772,5	12,9%
Solar	-	65,4	n.a.
Toral Geral	871,8	837,9	4,0%

Custos das Vendas e Serviços - Consolidado

(-) CMV	2.025		2.024		AH	AH\$
	VR	AV	VR	AV		

Consolidado	-635.283	100,00%	-621.682	100,00%	2,19%	-13.601
. Custo de Mercadorias Vendidas	-426.790	67,18%	-419.989	67,56%	1,62%	-6.800
. Custo com Depreciação	-188.449	29,66%	-196.671	31,64%	-4,18%	8.222
. Despesas de Importação e Frete	-7.448	1,17%	-7.418	1,19%	0,41%	-30
. Custos com Pessoal	-4.313	0,68%	-2.793	0,45%	54,42%	-1.520
. Provisão de Obsolescência de Estoques	-6.930	1,09%	5940,809657	-0,96%	-216,65%	-12.871
. Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-864	0,14%	-379	0,06%	128,12%	-485
. Outros Custos	-488	0,08%	-373	0,06%	31,13%	-116
Total	-635.283	100,00%	-621.682	100,00%	2,19%	-13.601

O custo das vendas e serviços reduziram 2,2%, passando de R\$621.682 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$635.283 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. A redução se dá pelo atual mix da companhia e saída do segmento Solar.

Lucro bruto

O Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$236.565 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 9,4%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$216.198 mil. Como comentado anteriormente, a saída do segmento Solar e a performance das atuais linhas de negócio, resultou em crescimento do lucro bruto em termos nominais e margens.

O lucro bruto consolidado da Companhia, está demonstrado na tabela abaixo:

Lucro Bruto Consolidado	Período de doze meses findo em:				2025 X 2024	
	2025		2024			
	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	AH(%)	AH(\$)
Lucro Bruto	236.565	100%	216.198	100%	9,4%	20.367

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$63.522 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 3,1%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizaram R\$61.632 mil. Aumento abaixo da inflação do período.

Despesas comerciais (ex-PCLD)

As despesas comerciais totalizaram R\$42.354 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando aumento de 8,5% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizaram R\$39.028 mil. A variação é principalmente explicada pelo aumento da Representação Comercial, reflexo do crescimento das demais linhas de negócios, que são comercializadas por integradores que demandam pagamento de comissões. Exemplo: Cibersegurança, projetos de LED e segurança eletrônica, entre outros.

Evento extraordinário

Conforme previamente e amplamente divulgado para o mercado, ao longo do ano, a Companhia praticou novas políticas de crédito e cobrança reformuladas no segundo semestre de 2024 com o objetivo de fortalecer os processos de gestão de risco e qualidade dos ativos financeiros.

Os resultados foram muito favoráveis e significativos para as novas safras de vendas a partir de 2025. Contudo, o avanço na recuperação de vencidos de safras de vendas antigas se mostrou insatisfatório, justificando a reclassificação de sua recuperabilidade de possível para remoto.

Desse modo, a Administração recomendou a baixa contábil desses ativos e, em janeiro de 2026, o Conselho de Administração, em decisão unânime, deliberou pela baixa contábil de aproximadamente R\$ 177 milhões em recebíveis vencidos provisionados, vencidos a provisionar, a vencer em balanço (efeito vagão) e no backlog (efeito vagão off-balance) bem como, por fim, os respectivos equipamentos alugados em imobilizado.

Essa baixa não provocou impacto nas projeções operacionais uma vez que, além provisionados contabilmente, também estavam provisionados gerencialmente de modo que, conservadoramente, desconsidera-se devedores duvidosos de sua perspectiva de entradas operacionais.

A baixa contábil de R\$ 177 milhões é composta por:

- Vencidos totalizando R\$162 milhões
- o R\$ 96 milhões provisionados (sem impacto no lucro líquido)

- o R\$66 a provisionar
- A vencer de clientes devedores (efeito vagão) totalizando R\$101 milhões:
- o R\$101 milhões do Contas a Receber
- Outras baixas correlacionadas à baixa do contas a receber (ex: juros ativos e AVP): R\$ 10 milhões

Outras baixas:

- Ativo Imobilizado: R\$ 30 milhões referente aos contratos de TaaS baixados
- R\$77 milhões do backlog off-balance (sem impacto no lucro líquido)

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$25.934 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 28,8%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizaram R\$20.130 mil.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais líquidas da Companhia totalizaram uma despesa de R\$47.160 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando aumento nas despesas de 579,8%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizaram uma despesa de R\$11.912 mil. A variação se deve principalmente pela baixa de R\$ 30 milhões de imobilizados, vinculados a contratos de locação (TaaS), sem expectativa de recebimento.

Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou -R\$212.737 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, versus R\$ 41.968 mil registrados em 2024. Queda majoritariamente atribuída pelas baixas de recebíveis já mencionadas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou - R\$75.933 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando uma piora de R\$58.553 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

- Receita financeira: variação devido: (i) juros e ativos (encargos derivados de acordos e confissões de dívida) que totalizaram R\$19,6 milhões em 2025 e R\$88,0 milhões em 2024 (direitos contratuais da WDC não contabilizados até dez/24), que representou uma variação de -R\$68,4 milhões, parcialmente compensados por (ii) rendimentos sobre

aplicação financeira que cresceram mais de R\$13 milhões devido maior saldo médio de caixa ao longo de 2025.

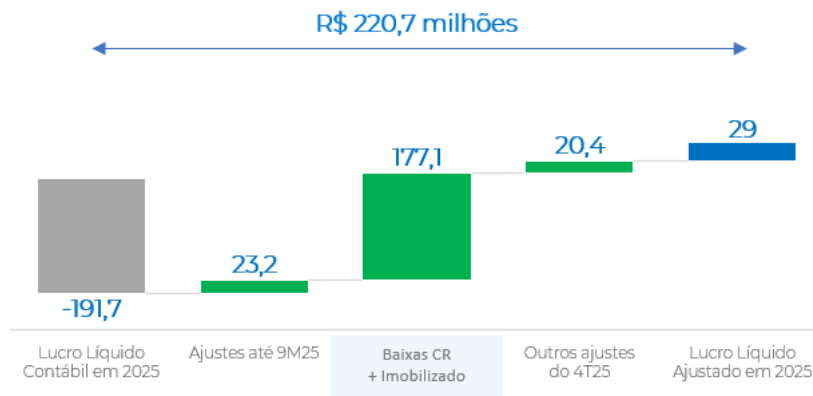
- Despesa financeira: variação explicada por (i) juros sobre empréstimos que totalizaram R\$91,6 milhões em 2025 e R\$72,9 milhões em 2024, que representou variação de R\$19 milhões, parcialmente compensado por (ii) melhora no Ajuste a Valor Presente (AVP) em função da redução do recebíveis.

Lucro líquido do período

Devido aos fatores acima, o lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 totalizou -R\$ 191.773 mil, representando queda de -R\$220.429 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou - R\$28.656 mil.

Lucro líquido do período

Eliminando os eventos extraordinários e não recorrentes, principalmente em função das baixas, temos a seguinte composição:



BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024		12.2025 x 12.2024
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	171.983	14,48%	102.030	7,01%	68,56%
Investimentos de curto prazo	0	0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Contas a receber, líquidas	237.116	19,96%	317.745	21,83%	-25,38%
Impostos a recuperar	12.916	1,09%	24.918	1,71%	-48,17%
Instrumentos financeiros derivativos		0,00%	749	0,05%	0,00%
Estoques	147.179	12,39%	169.601	11,65%	-13,22%
Adiantamentos a fornecedores	17.867	1,50%	27.941	1,92%	-36,05%
Despesas Antecipadas	390	0,03%	356	0,02%	9,59%
Total do ativo circulante	587.451	49,45%	643.340	44,20%	-8,69%
Contas a receber, líquidas	179.537	15,11%	259.559	17,83%	-30,83%
Depósitos judiciais	3.339	0,28%	109	0,01%	2963,30%
Instrumentos financeiros derivativos		0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Impostos a recuperar	3.603	0,30%	7148	0,49%	100,00%
Impostos diferidos	65.012	5,47%	43.012	2,96%	51,15%
Ativo de direito de uso	5.567	0,47%	9.405	0,65%	-40,81%
Imobilizado, líquido	262.843	22,12%	388.070	26,66%	-32,27%
Intangível, líquido	80.672	6,79%	104.792	7,20%	-23,02%
Total do ativo não circulante	600.573	50,55%	812.095	55,80%	-26,05%
Total do ativo	1.188.024	100,00%	1.455.435	100,00%	-18,37%
(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024		12.2025 x 12.2024
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Fornecedores	58.371	4,91%	108.786	7,47%	-46,34%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	8.810	0,74%	7.895	0,54%	11,59%

Impostos a recolher	5.055	0,43%	30.645	2,11%	-83,50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	257.911	21,71%	185.219	12,73%	39,25%
Dividendos a pagar		0,00%	3015	0,21%	-100,00%
Instrumentos financeiros derivativos		0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Arrendamentos mercantis	2.758	0,23%	3110	0,21%	-11,32%
Partes relacionadas		0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Outras obrigações	17.093	1,44%	26.838	1,84%	-36,31%
Receita diferida		0,00%	0	0,00%	0,00%
Total do passivo circulante	349.998	29,46%	365.508	25,11%	-4,24%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	357.732	30,11%	394.818	27,13%	-9,39%
Instrumentos financeiros derivativos		0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Provisões para demandas judiciais	4.317	0,36%	1924	0,13%	124,38%
Receita diferida		0,00%	0	0,00%	0,00%
Arrendamentos mercantis	4021	0,34%	7266	0,50%	-44,66%
Outras obrigações	5.596	0,47%	20073	1,38%	-72,12%
Total do passivo não circulante	371.666	31,28%	424.081	29,14%	-12,36%
Capital Social	401.739	33,82%	301.397	20,71%	33,29%
Ações em tesouraria	0	0,00%	-8.536	-0,59%	-100,00%
Reservas de Capital	236.632	19,92%	236.632	16,26%	0,00%
Reservas de lucro	12.577	1,06%	130.500	8,97%	-90,36%
Lucro/Prejuízo acumulado	-191.723	-16,14%	0	0,00%	100,00%
Outros resultados abrangentes	6.289	0,53%	5853	0,40%	7,45%
Participação dos não controladores	846	0,07%	0	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	466.360	39,26%	665.846	45,75%	-29,96%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.188.024	100,00%	1.455.435	100,00%	-18,37%

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R\$1.118.024 mil, representando redução de 18% em relação a 31 de dezembro de 2024, que totalizou R\$1.455.435.051 mil.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo circulante da Companhia reduziu 9%, passando de R\$643.340 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$587.451 mil em 31 de dezembro de 2025. Essa variação ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R\$171.983 mil em 31 de dezembro de 2025, aumento de 69% em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$102.030 mil. Aumento devido a captações estratégicas, somada a melhora da geração de caixa operacional e redução do volume de Capex.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R\$237.116 mil em 31 de dezembro de 2025, representando redução de 25%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$317.745 mil.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R\$12.916 mil em 31 de dezembro de 2025, representando redução de 48%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$24.918 mil.

Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R\$147.179 mil em 31 de dezembro de 2025, representando diminuição 13%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando correspondia a R\$169.601 mil. Diminuição foi ocasionada principalmente pelo rigor da companhia no controle e gestão de estoques.

Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R\$17.867 mil em 31 de dezembro de 2025, representando diminuição de 36%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$27.941 mil.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo não circulante da Companhia reduziu 26%, passando de R\$812.095 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$600.573 mil em 31 de dezembro de 2025. Essa redução ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R\$179.537 mil em 31 de dezembro de 2025, representando redução de 31%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$259.559 mil. Essa redução é principalmente explicada pela baixa de recebíveis com baixa expectativa de recebimento, já explicada.

Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R\$262.843 mil em 31 de dezembro de 2025, representando uma redução de 32%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$388.070 mil. Diminuição decorreu principalmente pela redução de vendas na modalidade de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service), e pela baixa de imobilizados de contratos de locação, com baixa expectativa de recebimento.

Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R\$80.672 mil em 31 de dezembro de 2025, representando um resultado em linha com o ano anterior, quando totalizou R\$104.792 mil.

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou uma redução de 18,4% em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R\$1.455.435 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$1.188.024 mil em 31 de dezembro de 2025. Redução explicada principalmente pelas baixas de recebíveis.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante da Companhia reduziu 4%, passando de R\$ 365.508 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$349.998 mil em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R\$58.371 mil em 31 de dezembro de 2025, representando queda de 46%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$108.786 mil.

Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R\$5.055 mil em 31 de dezembro de 2025, representando queda de 84%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$30.645 mil.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$257.911 mil em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de 39%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$185.219 mil. Variação em função do início de novos empréstimos de prazos mais curtos.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 12%, passando de R\$ 424.081 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$371.666 mil em 31 de dezembro de 2025. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$357.732 mil em 31 de dezembro de 2025, representando uma diminuição de 9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$394.818 mil. Redução em função da aproximação de vencimentos que se movimentaram para o curto prazo.

Capital Social

O Capital Social era de R\$401.739 mil em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de 33% em relação a 2024, devido a aumento de capital aprovado em AGE, utilizando as reservas de subvenção.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia reduziu 30%, passando de R\$665.846 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$466.360 mil em 31 de dezembro de 2025. A redução é principalmente explicada pela baixa dos recebíveis explicadas anteriormente.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de					
	2024		2023		2024 x 2023	
		AV(%)		AV(%)	AH(%)	AH(\$)
Receita líquida	837.880	100,00%	900.718	100,00%	-6,98%	-62.838
Custos das vendas e serviços	-621.682	-74,20%	-712.456	-79,10%	-12,74%	90.774
Lucro Bruto	216.198	25,80%	188.262	20,90%	14,84%	27.936
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com Pessoal	-61.632	-7,36%	-53.922	-5,99%	14,30%	-7.710
Despesas Comerciais	-63.176	-7,54%	-67.022	-7,44%	-5,74%	3.846
Despesas Gerais e Administrativas	-20.130	-2,40%	-10.601	-1,18%	89,89%	-9.529
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-11.912	-1,42%	-20.334	-2,26%	-41,42%	8.421
Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social	59.348	7,08%	36.385	4,04%	63,11%	22.963

Receitas Financeiras	113.121	13,50%	88.389	9,81%	27,98%	24.731
Despesas Financeiras	-130.501	-15,58%	-140.886	-15,64%	-7,37%	10.385
Resultado Financeiro	-17.380	-2,07%	-52.496	-5,83%	-66,89%	35.117
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	41.968	5,01%	-16.112	-1,79%	-360,48%	58.080
Imposto de renda e contribuição social corrente	-23.463	-2,80%	-2.076	-0,23%	1030,20%	-21.387
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.151	1,21%	6.312	0,70%	60,82%	3.839
Imposto de renda e contribuição social líquido	-13.312	-1,59%	4.236	0,47%	-414,26%	-17.548
Lucro líquido do período	28.656	3,42%	-11.876	-1,32%	-341,29%	40.532

Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 900.718 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando diminuição de R\$170.187 mil ou -15,89%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$1.070.905 mil. Diminuição atribuída a queda em vendas.

As receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Receita Líquida por segmento	Período de nove meses findo em:				2024 X 2023
	2024		2023		
	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	AH(%)
Telecom	478.710	57%	475.940	53%	0,58%

Enterprise	293.746	35%	258.229	29%	13,75%
Solar	65.423	8%	166.549	18%	-60,72%
Total - Receita Líquida	837.880	100%	900.718	100%	-6,98%

A Receita Líquida do segmento de Telecom totalizou R\$478.710 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 0,58%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$475.940 mil. Variação está em linha no comparativo entre anos.

A Receita Líquida do segmento Enterprise totalizou R\$293.746 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 13,75%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$258.229 mil. Variação é explicada pelo atual momento de Audio e Video e Cibersegurança.

A Receita Líquida do segmento Solar totalizou R\$65.423 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando redução de -60,72%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$166.549 mil. Diminuição esperada pela administração, por conta da estratégia da Companhia em priorizar vendas com maiores margens e foco em segmentos mais lucrativos.

Custo das vendas e serviços

(-) CMV	2024		2023		AH	AH\$
	VR	AV	VR	AV		
Telecom	-358.189	57,62%	-367.539	51,59%	8,32%	-28.224
. Custo de Mercadorias Vendidas	-194.332	31,26%	-197.266	27,69%	4,77%	-8.983
. Custo com Depreciação	-162.978	26,22%	-163.341	22,93%	17,32%	-24.113
. Despesas de Importação e Frete	-2.812	0,45%	-3.443	0,48%	-55,73%	4.334
. Custos com Pessoal	-1.368	0,22%	-1.262	0,18%	6,85%	-81
. Provisão de Obsolescência de Estoques	3.670	-0,59%	-1.526	0,21%	45,38%	-476
. Serviços Prestados Pessoa Juridica	-183	0,03%	-350	0,05%	-63,46%	607
. Outros Custos	-186	0,03%	-350	0,05%	-58,26%	489

Enterprise	-205.406	33,04%	-180.288	25,31%	0,50%	-888
. Custo de Mercadorias Vendidas	-172.050	27,67%	-149.430	20,97%	-1,84%	2.804
. Custo com Depreciação	-32.444	5,22%	-28.039	3,94%	23,68%	-5.369
. Despesas de Importação e Frete	-2.536	0,41%	-3.233	0,45%	-17,52%	687
. Custos com Pessoal	-906	0,15%	-740	0,10%	96,26%	-363
. Provisão de Obsolescência de Estoques	2.766	-0,44%	1.489	-0,21%	344,62%	1.154
. Serviços Prestados Pessoa Juridica	-122	0,02%	-186	0,03%	-35,53%	103
. Outros Custos	-113	0,02%	-149	0,02%	-39,17%	96
Solar	-58.087	9,34%	-164.629	23,11%	-45,94%	139.902
. Custo de Mercadorias Vendidas	-53.607	8,62%	-162.544	22,81%	-43,26%	123.951
. Custo com Depreciação	-1.248	0,20%	-1.032	0,14%	144,04%	-609
. Despesas de Importação e Frete	-2.069	0,33%	-2.020	0,28%	-84,08%	10.672
. Custos com Pessoal	-519	0,08%	-921	0,13%	-38,15%	568
. Provisão de Obsolescência de Estoques	-495	0,08%	2.382	-0,33%	-311,02%	3.511
. Serviços Prestados Pessoa Juridica	-74	0,01%	-260	0,04%	-79,17%	988
. Outros Custos	-74	0,01%	-233	0,03%	-77,90%	822
Consolidado	-621.682	100,00%	-712.456	100,00%	-13,46%	110.790
. Custo de Mercadorias Vendidas	-419.989	67,56%	-432.048	60,64%	26,88%	-91.531
. Custo com Depreciação	-196.671	31,64%	-159.529	22,39%	-1,46%	2.369
. Despesas de Importação e Frete	-7.418	1,19%	-7.929	1,11%	-32,22%	3.769

. Custos com Pessoal	-2.793	0,45%	-2.520	0,35%	61,78%	-962
. Provisão de Obsolescência de Estoques	5.941	-0,96%	2.413	-0,34%	-437,55%	3.128
. Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-379	0,06%	-743	0,10%	-40,36%	503
. Outros Custos	-373	0,06%	-666	0,09%	-38,58%	418
Total	-621.682	100,00%	-712.456	100,00%	-13,46%	110.790

Segmento de Telecom

O custo das vendas e serviços no segmento de Telecom reduziu 2,54%, passando de R\$367.539 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$358.189 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Segmento Enterprise

O custo das vendas e serviços de segmento Enterprise aumentou 13,93%, passando de R\$180.288 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$205.406 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Segmento Solar

O custo das vendas e serviços de segmento Solar diminuiu R64,72%, passando de R\$164.629 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$58.087 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Queda atribuída principalmente a redução das vendas e renovação de estoque mais competitivo.

Lucro bruto

O Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$216.198 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 14,84%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$188.262 mil. Vale comentar que todos os segmentos evoluíram em termos de lucratividade em 2024, principalmente a decisão da Companhia em desacelerar o segmento Solar, que em 2023 reportou margens ruins.

O lucro bruto da Companhia, por segmento operacional, está demonstrado na tabela abaixo:

Lucro Bruto por	Período de nove meses findo em:		2024 X 2023
	2024	2023	

segmento	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	AH(%)	AH(\$)
Telecom	120.521	56%	108.401	58%	11,18%	12.120
Enterprise	88.341	41%	77.941	41%	13,34%	10.400
Solar	7.336	3%	1.920	1%	282,01%	5.416
Total - Lucro Bruto	216.198	100%	188.262	100%	14,84%	27.936

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$61.632 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 14,3%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$53.922 mil. Aumento justificado com a criação do Design Center, novo departamento criado, com foco em fornecer soluções completas aos clientes, fomentando o Cross Selling.

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R\$63.176 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando redução de 5,7% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$67.022 mil. Vale mencionar que em 2023, a Companhia optou por provisionar 100% dos títulos vencidos e a vencer de um cliente em Recuperação Judicial. O resultado deste reconhecimento, gerou um impacto negativo de R\$7,0 milhões.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$20.130 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 89,9%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$10.601 mil.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais líquidas da Companhia totalizaram uma despesa de R\$11.912 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma diminuição nas despesas de 41,4%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram uma despesa de R\$20.334 mil.

Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R\$59.348 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 63,1%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$36.385 mil. Redução explicada pela desaceleração do segmento Solar que carregava menores margens, além dos motivos citados anteriormente.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou - R\$17.380 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma melhora de R\$35.117 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou - R\$52.496 mil. Tal variação ocorreu devido a:

- De forma negativa, a Variação Cambial Líquida e Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos reflete a exposição cambial da Companhia sobre seus ativos e passivos em moeda estrangeira, líquido das proteções contratadas via instrumentos financeiros derivativos;

- De forma positiva, a Companhia contabilizou no último trimestre de 2024, encargos financeiros originados em renegociações de contratos de cliente que ocorreram ao longo do ano.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou - R\$16.112 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 304,1%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$7.894 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da Companhia totalizou uma despesa de -R\$13.312 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$11.039 mil quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou uma receita de R\$4.236 mil.

Lucro líquido do período

Devido aos fatores acima, o lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 28.656 mil, representando um aumento de R\$40.531 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou - R\$11.876 mil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023		12.2024 x 12.2023
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	102.030	7,01%	101.959	7,54%	0,07%
Investimentos de curto prazo	0	0,00%	0	0,00%	0%
Contas a receber, líquidas	317.745	21,83%	220.153	16,27%	44,33%
Impostos a recuperar	24.918	1,71%	19.763	1,46%	26,08%
Instrumentos financeiros derivativos	749	0,05%	0	0,00%	0,00%
Estoques	169.601	11,65%	179.428	13,26%	-5,48%
Adiantamentos a fornecedores	27.941	1,92%	21.410	1,58%	30,50%
Despesas Antecipadas	356	0,02%	506	0,04%	-29,64%
Total do ativo circulante	643.340	44,20%	543.219	40,15%	18,43%
Contas a receber, líquidas	259.559	17,83%	209.818	15,51%	23,71%
Depósitos judiciais	109	0,01%	109	0,01%	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	0	0,00%	0%
Impostos a recuperar	7.148	0,49%	34.259	2,53%	100,00%
Impostos diferidos	43.012	2,96%	32.861	2,43%	30,89%
Ativo de direito de uso	9.405	0,65%	11.517	0,85%	-18,34%
Imobilizado, líquido	388.070	26,66%	412.858	30,51%	-6,00%
Intangível, líquido	104.792	7,20%	108.410	8,01%	-3,34%
Total do ativo não circulante	812.095	55,80%	809.832	59,85%	0,28%
Total do ativo	1.455.435	100,00%	1.353.051	100,00%	7,57%
(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023		
		AV(%)		AV(%)	
Fornecedores	108.786	7,47%	96.099	7,10%	13,20%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	7.895	0,54%	3.734	0,28%	111,44%
Impostos a recolher	30.645	2,11%	5.444	0,40%	462,91%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	185.219	12,73%	63.633	4,70%	191,07%
Dividendos a pagar	3015	0,21%	0	0,00%	N/A
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	4.698	0,35%	-100,00%

Arrendamentos mercantis	3110	0,21%	2650	0,20%	17,36%
Partes relacionadas	0	0,00%	16	0,00%	-100,00%
Outras obrigações	26.838	1,84%	22.153	1,64%	21,15%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total do passivo circulante	365.508	25,11%	198.427	14,67%	84,20%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	394.818	27,13%	509.913	37,69%	-22,57%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	576	0,04%	-100,00%
Provisões para demandas judiciais	1924	0,13%	144	0,01%	1236,11%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Arrendamentos mercantis	7266	0,50%	8880	0,66%	-18,18%
Outras Obrigações	20.073	1,38%	0	0%	N/A
Total do passivo não circulante	424.081	29,14%	519.513	38,40%	-18,37%
Capital Social	301.397	20,71%	301.397	22,28%	0,00%
Ações em tesouraria	-8.536	-0,59%	-8.536	-0,63%	0,00%
Reservas de Capital	236.632	16,26%	236.632	17,49%	0,00%
Reservas de lucro	130.500	8,97%	116.734	8,63%	11,79%
Lucro/Prejuízo acumulado	0	0,00%	-11.876	-0,88%	100,00%
Outros resultados abrangentes	5853	0,40%	760	0,06%	670,13%
Total do patrimônio líquido	665.846	45,75%	635.111	46,94%	4,84%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.455.435	100,00%	1.353.051	100,00%	7,57%

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R\$1.455.435 mil, representando aumento de 7,57% em relação a 31 de dezembro de 2023, que totalizou R\$1.353.051 mil.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo circulante da Companhia aumentou 18,43%, passando de R\$543.219 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$643.340 mil em 31 de dezembro de 2024. Essa variação ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R\$102.030 mil em 31 de dezembro de 2024, em linha com o valor registrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$101.959 mil.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R\$317.745 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento 44,33%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$220.153 mil.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R\$24.918 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento 26,08%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$19.763 mil.

Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R\$169.601 mil em 31 de dezembro de 2024, representando diminuição 5,48%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando correspondia a R\$179.428 mil. Diminuição foi ocasionado principalmente pela estratégia da Companhia em liquidar estoques mais antigos e giro de estoque mais rápido.

Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R\$27.941 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 30,50%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$21.410 mil.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo não circulante da Companhia aumentou 0,28%, passando de R\$809.832 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$812.095 mil em 31 de dezembro de 2024. Esse leve aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R\$259.559 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 23,71%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$209.818 mil. Esse aumento decorreu principalmente do maior volume de renegociações, que resultam em alongamento dos prazos de pagamento.

Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R\$388.070 mil em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução 6,00%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$412.858 mil. Diminuição decorreu principalmente pela redução de vendas na modalidade de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R\$104.792 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um resultado em linha com o ano anterior, quando totalizou R\$108.410 mil.

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um aumento de 7,57% em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R\$1.353.051 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$1.455.435 mil em 31 de dezembro de 2024.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia aumentou 84,20%, passando de R\$ 198.427 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$365.508 mil em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R\$108.786 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 13,20%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$96.099 mil.

Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R\$30.645 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento 462,91%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$5.444 mil.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$185.218 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 191,07%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$63.633 mil. Variação em função da aproximação de vencimentos relativos a debênture.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 18,37%, passando de R\$519.513 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$424.081 mil em 31 de dezembro de 2024. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$394.818 mil em 31 de dezembro de 2024, representando uma diminuição de 22,57%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$509.913 mil. Redução em função da aproximação de vencimentos mais relevantes que se movimentaram para o curto prazo.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 4,84%, passando de R\$635.111 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$665.846 mil em 31 de dezembro de 2024.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2023		Em 31 de dezembro de 2022		12.2023 x 12.2022
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	101.959	7,54%	152.470	9,30%	-33,13%
Investimentos de curto prazo	0	0,00%	152.170	9,30%	-100,00%
Contas a receber, líquidas	220.153	16,27%	195.944	12,00%	12,36%
Impostos a recuperar	19.763	1,46%	64.470	3,90%	-69,35%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	0	0,00%	0%
Estoques	179.428	13,26%	310.034	18,90%	-42,13%
Adiantamentos a fornecedores	21.410	1,58%	53.104	3,20%	-59,68%
Despesas Antecipadas	506	0,04%	927	0,10%	-45,42%
Total do ativo circulante	543.219	40,15%	929.119	56,70%	-41,53%
Contas a receber, líquidas	209.818	15,51%	155.312	9,50%	35,09%
Depósitos judiciais	109	0,01%	109	0,00%	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	581	0,00%	-100,00%
Impostos a recuperar	34.259	2,53%	0	0,00%	100,00%
Impostos diferidos	32.861	2,43%	26.635	1,60%	23,38%
Ativo de direito de uso	11.517	0,85%	1.832	0,10%	528,66%

Imobilizado, líquido	412.858	30,51%	444.839	27,10%	-7,19%
Intangível, líquido	108.410	8,01%	80.196	4,90%	35,18%
Total do ativo não circulante	809.832	59,85%	709.504	43,30%	14,14%
Total do ativo	1.353.051	100,00%	1.638.623	100,00%	-17,43%
(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2023		Em 31 de dezembro de 2022		12.2023 x 12.2022
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Fornecedores	96.099	7,10%	142.112	8,67%	-32,38%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	3.734	0,28%	4.825	0,29%	-22,61%
Impostos a recolher	5.444	0,40%	6.435	0,39%	-15,40%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	63.633	4,70%	218.820	13,35%	-70,92%
Dividendos a pagar	0	0,00%	862	0,05%	-100,00%
Instrumentos financeiros derivativos	4.698	0,35%	7.674	0,47%	-38,78%
Arrendamentos mercantis	2650	0,20%	969	0,06%	173,48%
Partes relacionadas	16	0,00%	125	0,01%	-87,20%
Outras obrigações	22.153	1,64%	40.149	2,45%	-44,82%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total do passivo circulante	198.427	14,67%	421.971	25,75%	-52,98%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	509.913	37,69%	567.067	34,61%	-10,08%
Instrumentos financeiros derivativos	576	0,04%	507	0,03%	13,61%
Provisões para demandas judiciais	144	0,01%	378	0,02%	-61,90%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Arrendamentos mercantis	8880	0,66%	906	0,06%	880,13%
Total do passivo não circulante	519.513	38,40%	568.858	34,72%	-8,67%
Capital Social	301.397	22,28%	301.397	18,39%	0,00%
Ações em tesouraria	-8.536	-0,63%	-7.044	-0,43%	21,18%
Reservas de Capital	236.632	17,49%	236.632	14,44%	0,00%
Reservas de lucro	116.734	8,63%	116.734	7,12%	0,00%
Lucro/Prejuízo acumulado	-11.876	-0,88%	0	0,00%	100,00%
Outros resultados abrangentes	760	0,06%	75	0,00%	913,33%
Total do patrimônio líquido	635.111	46,94%	647.794	39,53%	-1,96%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.353.051	100,00%	1.638.623	100,00%	-17,43%

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R\$1.353.051 mil, representando redução de 17,43%, ou R\$285.572 mil em relação a 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$1.638.623 mil.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante da Companhia reduziu 41,53% ou R\$385.900 mil, passando de R\$929.119 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$543.219 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R\$101.959 mil em 31 de dezembro de 2023, diminuição de R\$50.511 mil ou 33,13%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$152.470 mil. Diminuição se deve ao pagamento de dívidas.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R\$220.153 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$24.209 mil ou 12,36%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$195.944 mil.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R\$19.763 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$44.707 mil ou 3,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$64.470 mil.

Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R\$179.428 mil em 31 de dezembro de 2023, representando diminuição de R\$130.606 mil ou 42,13%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando correspondia a R\$310.034 mil. Diminuição foi ocasionado principalmente pela estratégia da Companhia em liquidar estoques mais antigos.

Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R\$21.140 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$31.694 mil ou 59,68%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$53.104 mil.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo não circulante da Companhia aumentou 14,14%, passando de R\$709.504 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$809.832 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$100.328 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R\$209.818 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$54.506 mil ou 35,09%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$155.312 mil. Esse aumento decorreu principalmente do volume de vendas e locações gerados no exercício.

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos da Companhia totalizou R\$32.861 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$6.226 mil ou 23,38%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$26.635 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à constituição de créditos de IR/CS diferidos sobre provisões de clientes de liquidação duvidosa, provisão de deságio na venda de créditos acumulados de ICMS, Derivativos Swap, IOF sobre mútuo, adição de IFRS16 e prejuízo fiscal, sendo todos estes itens excluídos da base de despesas dedutíveis, e gerando tais créditos.

Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R\$412.858 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução R\$31.981 mil ou 7,19%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$444.839 mil. Esse aumento decorreu principalmente pela redução de novos equipamentos dedicados ao atendimento de contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R\$108.410 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$28.214 mil ou 35,18%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$80.196 mil. Esse aumento decorreu devido ao crescimento do negócio de cibersegurança, o qual demandou imobilizações de softwares/intangíveis para cessão de uso em contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou uma diminuição em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R\$1.638.623 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$1.353.051 mil em 31 de dezembro de 2023, significando uma diminuição de 17,43% ou R\$285.572 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia reduziu 52,98% ou R\$223.544 mil, passando de R\$ 421.971 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$198.427 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa redução ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R\$96.099 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$46.013 mil ou 32,38%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$142.112 mil.

Pessoal, encargos e benefícios sociais

O saldo de pessoal, encargos e benefícios sociais da Companhia totalizou R\$3.734 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$1.091 mil ou 22,61%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$4.825 mil.

Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R\$5.444 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma diminuição de R\$991 mil ou 15,40%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$6.435 mil.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$63.633 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$155.187 mil ou 70,92%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$218.820 mil.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 8,67% ou R\$49.345 mil, passando de R\$568.858 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$519.513 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$509.913 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma diminuição de R\$57.154 mil ou 10,08%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$567.067 mil. Redução ocorreu pela estratégia da Companhia em liquidar dívidas mais caras em 2023.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia reduziu 1,96%, passando de R\$647.794 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$635.111 mil em 31 de dezembro de 2023.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

- a. resultados das operações do emissor
- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Atualmente, a receita do demonstrativo de resultado da Companhia reflete a segmentação da sua atuação nos mercados de Telecom, Infra de Redes, Cibersegurança, Data Center, Segurança Eletrônica e áudio e vídeo profissional. Esta segmentação decorre do entendimento da Companhia de que as dinâmicas de atendimento, tipos de produtos e, modelos de negócios são distintas nestes mercados e, conseqüentemente requerem equipes independentes e especializadas, que possam entender as necessidades específicas de cada cliente. Vale comentar que a partir de 2025, o resultado passou a ser expresso apenas em sua forma consolidada com aberturas apenas em receita, demonstrando a participação de cada negócio no topline.

Dentro de cada segmento, as BUs e produtos estão divididos de acordo com a descrição abaixo:

(i) TELECOM

Redes de Fibra Ótica (FTTx): Linha completa de centrais de distribuição de sinal de internet de banda larga, modens de fibra para o cliente, cabos de fibra ótica, e componentes de rede para construção de redes banda-larga fixa.

Redes de alta-capacidade DWDM: Sistema de transmissão de dados com alta-capacidade entre cidades, interligando regiões e criando backhaul para operadoras.

Produtos de Infraestrutura de Data Centers: Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio, geradores, entre outros.

O segmento de Telecom no exercício social findo em 31 de dezembro 2025 representou 50% da receita total da companhia.

(ii) AUDIO E VIDEO PROFISSIONAL

O Segmento reúne soluções audiovisuais profissionais, incluindo painéis de LED indoor e outdoor, caixas acústicas, amplificadores, processadores de áudio (DSP), microfones sem fio e monitores profissionais de vídeo, atendendo aplicações em ambientes corporativos, varejo, entretenimento, eventos e comunicação visual.

O portfólio é composto por parcerias com fabricantes líderes globais, como Leyard, referência mundial em painéis de LED, Shure, QSC, Yamaha, entre outras.

Em 2025, o segmento, registrou Receita Líquida de R\$154,2 milhões, crescimento de 43,7% em relação a 2024. O desempenho reflete a expansão do mercado de mídia digital, especialmente no segmento Out-of-Home (OOH) e Retail Media, no qual a WDC está bem-posicionada para capturar oportunidades de crescimento por meio de seu portfólio tecnológico, parcerias estratégicas e rede de canais especializados.

(iii) SEGURANÇA ELETRÔNICA

No segmento de Segurança Eletrônica a WDC oferta de soluções para proteção de ambientes corporativos, industriais e públicos, incluindo câmeras de videovigilância, controle de acesso, monitoramento inteligente, reconhecimento facial e análise de dados em tempo real. Não atuamos no mercado SoHo (small office / home office) e de varejo.

O portfólio é composto por parcerias com fabricantes líderes globais, com destaque para Axis e Dahua, além de todo o portfólio do grupo Motorola (Pelco e Avigilon) que são as principais referências internacionais no segmento de segurança eletrônica profissional. Além disso, distribuímos os sistemas de gerenciamento de imagens mais sofisticados do mercado, tais como ISS, Genetec e Digifort. A WDC atua na distribuição e no suporte técnico dessas soluções, apoiando integradores e parceiros na implementação de projetos de diferentes portes e aplicações.

Em 2025, este segmento registrou Receita Líquida de R\$ 76,7 milhões, crescimento de 44,5% em relação aos R\$ 53,0 milhões registrados em 2024, refletindo a expansão da demanda por soluções de segurança e consolidando o segmento como um importante vetor de crescimento da Companhia.

(iv) CIBERSEGURANÇA

O segmento de Cibersegurança oferece um portfólio de soluções de proteção digital, abrangendo segurança de redes, endpoints, gestão de acessos privilegiados e detecção de ameaças avançadas. As soluções são desenhadas para atender empresas de diferentes portes e setores, acompanhando a crescente complexidade e sofisticação das ameaças cibernéticas.

A WDC mantém parcerias com fabricantes que são referências no setor de cibersegurança como Sophos, Vicarius e Hillstone. Em 2026 esse portfólio deve crescer para complementar a segurança em todos os níveis.

Em 2025, o segmento registrou Receita Líquida de R\$ 82,3 milhões, crescimento de 27,0% em relação aos R\$ 64,8 milhões registrados em 2024. O desempenho reflete a expansão estrutural da demanda por soluções de segurança digital e o posicionamento da WDC nesse segmento de alto crescimento. Vale destacar que a grande maioria das soluções são licenças de software, que não necessitam estoques e são compradas sob demanda, operando com baixa necessidade de capital de giro.

(v) DATA CENTER

Em um contexto de acelerada transformação digital, a I.A. Inteligência Artificial faz desse segmento a vertical de Data Center um dos que tem mais potenciais de crescimento no Brasil e no mundo. A WDC se concentrou em Data Centers EDGE, ou de borda, que são ambientes de menor porte, com altíssima eficiência energética, não necessitam de grande capacidade instalada (a média é de 200KW). A experiência adquirida na construção desses Data Centers para ISP's deixou a companhia bem-posicionada para o momento atual onde as empresas corporativas de

grande porte estão repensando suas estratégias de nuvem, trazendo para seus domínios parte do processamento que havia migrado devido ao alto custo. Bem como as empresas de médio porte estão buscando opções mais econômicas para suas necessidades, com proximidade física (baixa latência) e com a mesma segurança de grandes Data Centers.

O portfólio atual da WDC inclui racks modulares auto-suficientes, sistemas de energia crítica redundantes, soluções de cooling de precisão, segurança de dados, conectividade em nuvem e sistemas de transmissão de dados de alta capacidade.

A Huawei é o principal fornecedor desse segmento na WDC, oferecendo um portfólio abrangente de soluções para infraestrutura de data centers, incluindo módulos integrados, sistemas de UPS, ar-condicionado de precisão e plataformas inteligentes de gerenciamento de infraestrutura.

Em 2025, o segmento registrou Receita Líquida de R\$ 33,0 milhões, crescimento de 27,4% em relação aos R\$ 25,9 milhões registrados em 2024. O desempenho ainda não reflete o potencial total, pois temos a expectativa de haver incentivos do governo para construção desses centros em 2026.

iv) INFRAESTRUTURA DE REDES

O segmento de Infraestrutura de Redes é muito abrangente e permeia tudo que se relaciona com conectividade tais como Switches, Roteadores, Access Point Wi-Fi, incluindo cabeamento estruturado, racks, conectores de fibra óptica. As soluções atendem todos os tipos de verticais de mercado, seja Telecom como corporativos. A venda é feita basicamente via canais especializados na modalidade Revenda.

Algumas marcas são referências nesse segmento, tais como Huawei, Grandstream, TP-LINK, Panduit entre outras. A Companhia atua como uma das principais distribuidoras dessas marcas no país, resultado de um relacionamento estratégico de longo prazo que permite à WDC oferecer um portfólio amplo de soluções, aliado a suporte técnico especializado e acesso às inovações dos fabricantes.

Em 2025, o segmento registrou Receita Líquida de R\$ 34,3 milhões, crescimento de 9,1% em relação aos R\$ 31,5 milhões registrados em 2024, mas possui enorme potencial de crescimento. Esse segmento é muito competitivo e tem grandes players internacionais no Brasil, tais como CISCO, JUNIPER, HP, etc. Porém, a capacidade de relacionamento com as Revendas tem sido o diferencial da WDC para conquistar mais canais em todo Brasil

ii. fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e poderão continuar sendo influenciados por uma ampla gama de fatores. Em especial, o mercado de atuação da Companhia é afetado pelos seguintes fatores:

(i) Estratégia de compras: Um dos fatores críticos para os resultados operacionais da Companhia é a nossa cadeia de compras junto a nossos fabricantes parceiros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 tivemos, respectivamente, 51%, 55% e 52% de nossas compras de produtos para comercialização realizadas através de importação.

Sendo assim, estamos expostos a possíveis variações nos custos de importação e respectivos tramites aduaneiros, bem como a riscos diplomáticos de países nos quais esses fornecedores estão inseridos.

(ii) Obsolescência de estoque: Os custos decorrentes da variação de provisão de estoques obsoletos podem impactar materialmente os resultados. Cabe ressaltar que a Companhia oferta o que tem de mais inovador no mercado em se tratando de tecnologia e, a renovação tecnológica pode fazer com que tenhamos produtos que não deixem de ter uma demanda crescente de mercado.

(iii) Crescimento PIB (Produto Interno Bruto): As linhas de produtos nos quais a Companhia está inserida estão suscetíveis ao poder de consumo e desenvolvimento da atividade do país. Os indicadores de PIB tiveram performance +3,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, +3,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e +2,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O aumento da atividade econômica estimula os investimentos e contribuem para aquecer o consumo, os quais estimulam positivamente os negócios em que a Companhia atua.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas pela variação do PIB e nos índices de inflação, uma vez que impacta diretamente as despesas da Companhia (como salários, contratos e materiais de consumo) e, também, custos de produção.

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na Receita Bruta dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 deveram-se aos seguintes fatores:

(i) Variação cambial: A Companhia faz o repasse das variações cambiais dos produtos atrelados ao dólar vendidos aos seus clientes. O repasse é realizado através de atualizações periódicas dos custos de reposição de produtos e recálculo dólar Ptax, considerando a cotação do dia anterior a venda. Dessa forma podemos afirmar que 100% dos custos decorrentes da variação do câmbio são repassados, o que nos protege das flutuações cambiais e nos mantém com margens saudáveis. A Companhia tem exposição à flutuação do câmbio nos seus contratos de moeda estrangeira. Adicionalmente a Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira e possui respectivos instrumentos de derivativos que anulam o risco de variação cambial, vide item 2.1 desse formulário de referência.

(ii) Inflação: Historicamente, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A inflação impacta na aplicação do dissídio dos colaboradores de nossa linha de produção e logística. Sendo esses custos revistos para possíveis ajustes nos preços de venda dos produtos. Os contratos de locação (Despesa) da Companhia são reajustados pelo IGPM. Estamos expostos a possíveis variações de CDI e IPCA, decorrentes dos contratos de empréstimos que temos em vigor. Os contratos de locação no modelo TaaS (Receita) são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

(iii) Revisão tecnológica dos produtos: Com o crescente aperfeiçoamento e investimento em tecnologia, bem como em pesquisas de novo produtos, a evolução tecnológica pressiona para baixo dos preços dos produtos. A Companhia busca sempre diagnosticar as tendências de mercado a fim de se antecipar aos futuros movimentos de mercado.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais impactos no resultado operacional e no resultado financeiro são:

(i) Prazo de pagamento de fornecedores estrangeiros, acarretando em uma exposição de variação cambial.

(ii) A variação cambial gera grande sensibilidade em nossas linhas de estoque de fornecedores estrangeiros. As flutuações cambiais impactam tanto nos custos de importação quanto o resultado financeiro da Companhia.

2.3 Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Pronunciamento contábil aplicado inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para subsidiárias:

- Alterações à IFRS 1 – Adoção inicial as normas de contabilidade – Subsidiária como adotante pela primeira vez;

ii) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

Em 2025, conforme amplamente divulgado, a Companhia descontinuou toda sua unidade de negócio "Solar". Do ponto de vista econômico, o segmento não contribuía de forma satisfatória.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 8 de janeiro de 2019, a Companhia, adquiriu 100% do capital social da Munddo Comércio e Importação Ltda. ("Munddo"), especializada na distribuição de sistemas inteligentes para automação residencial e predial. A principal motivação para aquisição foi o know-how e relação comercial com fabricantes de tais segmentos.

Em conjunto com os produtos já oferecidos pela Companhia, essa aquisição possibilita a oferta de soluções mais completas aos clientes.

Em 12 de setembro de 2019, como parte da reestruturação societária, a Munddo foi incorporada pela Companhia.

No dia 15 de fevereiro de 2021 os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, dentre outras matérias, o plano de opção de compra de ações da Companhia.

Em 26 de fevereiro de 2025, a Companhia, adquiriu 51% do capital social da Infinite Consulting, especializada em serviços de gerenciamento de redes. A principal motivação para aquisição foi o know-how na prestação dos serviços mencionados, além do avanço da estratégia da Companhia no avanço de serviços.

c) eventos ou operações não usuais

Conforme previamente e amplamente divulgado para o mercado, ao longo do ano, a Companhia praticou novas políticas de crédito e cobrança reformuladas no segundo semestre de 2024 com o objetivo de fortalecer os processos de gestão de risco e qualidade dos ativos financeiros.

Os resultados foram muito favoráveis e significativos para as novas safras de vendas a partir de 2025. Contudo, o avanço na recuperação de vencidos de safras de vendas antigas se mostrou insatisfatório, justificando a reclassificação de sua recuperabilidade de possível para remoto.

Desse modo, a Administração recomendou a baixa contábil desses ativos e, em janeiro de 2026, o Conselho de Administração, em decisão unânime, deliberou pela baixa contábil de aproximadamente R\$ 177 milhões em recebíveis vencidos provisionados, vencidos a provisionar, a vencer em balanço (efeito vagão) e no backlog (efeito vagão off-balance) bem como, por fim, os respectivos equipamentos alugados em imobilizado.

Essa baixa não provocou impacto nas projeções operacionais uma vez que, além provisionados contabilmente, também estavam provisionados gerencialmente de modo que, conservadoramente, desconsidera-se devedores duvidosos de sua perspectiva de entradas operacionais.

A baixa contábil de R\$ 177 milhões é composta por:

- Vencidos totalizando R\$162 milhões
 - R\$ 96 milhões provisionados (sem impacto no lucro líquido)
 - R\$66 a provisionar
- A vencer de clientes devedores (efeito vagão) totalizando R\$101 milhões:
 - R\$101 milhões do Contas a Receber
- Outras baixas correlacionadas à baixa do contas a receber (ex: juros ativos e AVP): R\$ 10 milhões

Outras baixas:

- Ativo Imobilizado: R\$ 30 milhões referente aos contratos de TaaS baixados
- R\$77 milhões do backlog off-balance (sem impacto no lucro líquido)

A decisão de baixar reflete a convicção da Administração e Conselho de Administração em promover o saneamento do balanço, assegurando que o patrimônio da Companhia seja refletido de forma mais fidedigna. Esse movimento, aliado ao fortalecimento da política de concessão de crédito e ao maior rigor na régua de cobrança, contribui para que a composição dos recebíveis esteja plenamente alinhada às expectativas de qualidade e performance esperadas pelos investidores.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Vendas Totais	828.249	965.354	1.151.972
EBITDA	54.480	259.711	231.608
Margem EBITDA	6,25%	31,00%	25,71%
EBITDA Ajustado	258.284	271.406	231.608
Margem EBITDA Ajustada	29,62%	32,39%	25,71%
Lucro Líquido do exercício	-191.773	28.656	-11.876
Margem Lucro Líquido	-22,00%	3,42%	-1,32%
Lucro Líquido Ajustado	28.958	36.374	-11.876
Margem Lucro Líquido Ajustado	3,32%	4,34%	-1,32%
Dívida Bruta	622.422	589.664	590.350
Dívida Líquida	450.439	487.634	488.391
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	1,7	1,8	2,1
ROIC Ajustado	8,51%	5,03%	3,59%

Vendas Totais

Vendas Totais é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que considera soma do valor nominal dos contratos de locação "TaaS (VGV Locações)" e a Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços de acordo com o IFRS. No caso de valores recebidos pela Companhia em razão de locações no modelo TaaS, considera-se como Venda Total o valor integral de locação considerando o período integral do respectivo contrato (Valor Geral de

Vendas de Locações – “VGV Locações”). A Receita Bruta da Companhia considera a aplicação dos critérios contábeis de reconhecimento de receitas de acordo com a evolução da competência de cada contrato. As Vendas Totais demonstram de forma direta o resultado do esforço e desempenho comercial e operacional da Companhia no atendimento à demanda de nossos clientes. Vendas Totais não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e não deve ser considerada como substituto para o fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Valor Novos Contratos TaaS

O Valor Novos Contratos TaaS é uma medida não contábil que é obtida através da divisão do valor total de Vendas Totais (ou VGV Locações) pela quantidade de novos contratos celebrados no período.

O Valor Novos Contratos TaaS não é uma medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelo IFRS emitido pelo IASB, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Valor Médio de Novos Contratos TaaS de maneira diferente da Companhia.

EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, Margem EBITDA, Margem EBITDA LTM e, Margem EBITDA Ajustada e Margem EBITDA LTM Ajustada

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527/12”), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ou do período, acrescido resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização. O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA LTM (“Last Twelve Months”), correspondendo ao EBITDA calculado considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas, bem como a Margem EBITDA LTM, correspondente ao EBITDA LTM dividido pela receita líquida reconhecida no período de doze meses anterior às datas indicadas.

A Companhia utiliza o EBITDA, o EBITDA Ajustado, bem como a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras

sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA LTM e EBITDA LTM Ajustado, bem como a Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, Margem EBITDA LTM e a Margem EBITDA LTM Ajustada não são medidas de desempenho financeiro elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil BR GAAP, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting.

Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e tampouco devem ser considerados como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, indicadores do desempenho operacional, alternativas aos fluxos de caixa ou como indicadores de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, EBITDA LTM Ajustado, bem como a Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, Margem EBITDA LTM e a Margem EBITDA LTM Ajustada também não devem ser analisados individualmente. Tais medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA ajustado por (i) despesas relacionadas à tentativa de realização de sua oferta pública inicial de ações no primeiro trimestre de 2021; (ii) despesas não recorrentes pré-operacionais com a abertura da Casa Conectada nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, sendo o início da operação na Colômbia, (iii) despesas não recorrentes com a aquisição empresa Munddo Comércio e Importação Ltda. no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, (iv) provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações, registradas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018 e (v) evento extraordinário ocorrido em 2025 relativo a baixa de recebíveis amplamente divulgado neste documento. Para mais detalhes sobre os ajustes contemplados no EBITDA Ajustado, vide tabela de reconciliação constante do item (b) abaixo. Por sua vez, a Margem EBITDA consiste no EBITDA, dividido pela receita líquida. E a Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado, dividido pela receita líquida. Adicionalmente, apresentamos também, com relação aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021, o EBITDA Ajustado LTM (“Last Twelve Months”), correspondendo ao EBITDA Ajustado calculado considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas, bem como a Margem EBITDA Ajustada LTM (“Last Twelve Months”), correspondente Margem EBITDA Ajustada, calculada considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas.

Lucro Líquido Ajustado e Margem de Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta o Lucro Líquido ajustado como forma de avaliação do seu

rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes e a reversão do IR e CSLL. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

O Lucro Líquido Ajustado considera os seguintes ajustes: (i) despesas relacionadas à tentativa de realização de sua oferta pública inicial de ações no primeiro trimestre de 2021; (ii) despesas não recorrentes com a aquisição empresa Munddo Comércio e Importação Ltda. no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (iii) provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações, registradas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, (iv) despesas não recorrentes pré-operacionais com a abertura da Casa Conectada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e no início da operação na Colômbia e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (v) reversão do IR e CSLL, relativo ao plano de opção de compra de ações da Companhia, no total de 34%, que incidiria sobre o Lucro antes de impostos.

A Margem de Lucro Líquido Ajustado é calculada pela divisão de Lucro Líquido Ajustado pela receita líquida.

O Lucro Líquido Ajustado e a Margem de Lucro Líquido Ajustado não são medidas de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Lucro Líquido Ajustado e a Margem de Lucro Líquido Ajustado de maneira diferente da Companhia.

Dívida Bruta, Dívida Líquida, e Dívida Líquida / EBITDA Ajustado

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida / EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser consideradas como substitutos para o fluxo de caixa, bem como não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a soma de empréstimos e financiamentos bancários (circulante e não-circulante), bem como de instrumentos financeiros derivativos líquidos (ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante e passivo não circulante), mútuo com partes relacionadas (passivo circulante), e duplicatas descontadas (passivo circulante).

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a Dívida Bruta, menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante), e investimento de curto prazo (ativo circulante).

A Dívida Líquida / EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado.

ROIC

O Retorno sobre o Capital Investido, também conhecido como ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) é uma medida não contábil que é obtida pela divisão do Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social depois de imposto de renda e contribuição social (NOPAT) pelo Capital Investido. O capital investido por sua vez, é a somatória do capital investido nas atividades operacionais da Companhia composto pelo Patrimônio Líquido e Dívida Bruta, Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo. Entendemos que a média do capital investido entre o período corrente e anterior reflete melhor o desempenho da Companhia em função do crescimento acelerado.

O ROIC não é uma medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB. Outras empresas podem calcular o ROIC de maneira diferente da Companhia.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Vendas Totais

Vendas Totais (Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2024	2023
(+) Receita Bruta Vendas	659.843	619.020	737.620
(+) TaaS (VGV Locações)	168.406	346.334	414.352
Vendas Totais	828.249	965.354	1.151.972

Valor Médio de Novos Contratos TaaS

Novos Contratos TaaS (Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
TaaS (VGV Locações)	168.406	346.334	414.352
Quantidade de novos contratos celebrados (#)	755	1467	995
Valor Novos Contratos TaaS (Média R\$ mil/contrato)	223	236	313

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, EBTIDA LTM e Margem EBTIDA Ajustada LTM

Reconciliação EBITDA (Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Receita Líquida	871.847	837.880	900.718
Lucro Líquido do período	-191.773	28.656	-11.876
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	21.241	-13.312	4.236
(+) Resultado financeiro, líquido	-75.933	-17.380	-52.496
(+) Depreciação e amortização	191.284	200.364	195.223
EBITDA	54.480	259.711	231.608
Margem EBITDA (%)	6,25%	31,00%	25,71%
(+) Custos de Exercícios anteriores ¹	17.584	10.519	-
(+) Despesas M&A ²	0	1.119	-
(+)	0	-	-
Remuneração Variável Baseado em Ações ³	0	-	-
Despesas não recorrentes ⁴	203.772	-	-
(-) Reversão IR e CSLL		-3976	-
(+) Despesas Pré-Operacionais	31	56	-
EBITDA Ajustado	258.284	271.406	231.608
Margem EBITDA Ajustada (%)	29,62%	32,39%	25,71%

(1) Custos de Exercícios anteriores: Custos não contabilizados em 2022 e 2023, reconhecidos em 2024.

(2) Despesas M&A: despesas não recorrentes em diligências.

(3) Despesas Remuneração Variável Baseado em Ações: provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações.

(3) Despesas não recorrentes relacionadas a baixa de recebíveis com baixa previsão de recuperabilidade.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado

Reconciliação Dívida Bruta e Dívida Líquida	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
(em R\$ milhares, exceto %)			
(+) Empréstimos e Financiamentos	615.643	580.037	573.546
Circulante	257.911	185.219	63.633
Não Circulante	357.732	394.818	509.913
(+) Partes Relacionadas circulante (Mútuo)	-	-	-
(+) Duplicatas Descontadas circulante	-	-	-
(+) Arrendamento Mercantil	6.779	10.376	11.530
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	-	749	5.274
Dívida Bruta	622.422	589.664	590.350
(-) Caixa e equivalentes de caixa	171.983	102.030	(101.959)
Dívida Líquida	450.439	487.634	488.847

Reconciliação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
(em R\$ milhares, exceto %)			
Dívida Líquida	450.439	487.634	488.391
EBITDA Ajustado LTM	258.284	271.406	231.608
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	1,74	1,80	2,11

ROIC

Reconciliação ROIC (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social Ajustado (1)	67.000	59.348	36.385
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (2)	21.241	13.312	4.236
Lucro Operacional Depois de Impostos (A) (3)	88.241	46.036	40.621
(+) Patrimônio Líquido (B)	466.360	665.846	635.111
(+) Dívida Bruta (C)	622.422	589.664	590.350
(-) Caixa e equivalentes de caixa (D)	(171.983)	(102.030)	(101.959)
Capital Investido (F = B + C + D)	916.799	1.153.480	927.710
Média Capital Investido (2 anos)	1.037.229	1.138.491	1.131.009
ROIC	8,5%	4,0%	3,59%

(1) Saldos divulgados considerando o período de doze meses.

(2) Saldos divulgados considerando o período de doze meses.

(3) NOPAT: Net Operating *Profit After Taxes* ou Lucro Operacional Líquido Após os Impostos.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Vendas Totais

As Vendas Totais é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e representa a somadas vendas faturadas. No caso de valores recebidos pela Companhia em razão de locações no modelo TaaS, considera-se como Venda Total o valor integral de locação considerando o período integral do respectivo contrato. A Receita Bruta da Companhia considera a aplicação dos critérios contábeis de reconhecimento de receitas de acordo com a evolução da competência de cada contrato. As Vendas Totais demonstram de forma direta

o resultado do esforço e desempenho comercial e operacional da Companhia no atendimento à demanda de nossos clientes. Vendas Totais não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não deve ser considerada como substituto para o fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Valor Médio de Novos Contratos TaaS

O Valor Médio de Novos Contratos TaaS é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e representa o Valor Total dos novos contratos vendidos na modalidade TaaS no período dividido pela quantidade total de contratos vendidos no mesmo período.

A Companhia apresenta o Valor Médio de Novos Contratos TaaS como indicador de eficiência de vendas (venda de serviços agregados).

EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois apresenta o resultado das atividades ligadas ao seu desempenho operacional, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Margem EBITDA

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

Margem EBITDA Ajustada

A Companhia apresenta a Margem EBITDA Ajustada como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Além disso, a Margem EBITDA Ajustada demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

EBITDA Ajustado LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses)

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses) como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional do período dos últimos 12 meses, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

Margem EBITDA Ajustada LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses)

A Companhia apresenta a Margem EBITDA Ajustada LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses) como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional do período dos últimos 12 meses, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Além disso, a Margem EBITDA Ajustada LTM demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta o Lucro Líquido ajustado como forma de avaliação do seu rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

O Lucro Líquido Ajustado considera o ajuste com as despesas de remuneração variável baseado em ações não recorrentes e a reversão do IR e CSLL, no total de 34%, que incidiria sobre o Lucro antes de impostos.

Margem Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta a Margem Lucro Líquido Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro para os acionistas, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Entendemos que a Dívida Bruta e a Dívida Líquida, indicadores não contábeis utilizados pela nossa administração, são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

ROIC

A Companhia apresenta o ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) como medida de retorno sobre o capital investido da Companhia, ou seja, considera o capital empregado para as atividades da Companhia.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há qualquer evento relevante que deva ser reportado.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

a) regras sobre retenção de lucros

Em 2023, não houve constituição de reserva de lucros, devido a Companhia ter reportado prejuízo de R\$ 11.875.528,86. Em 2024, o lucro do exercício foi R\$ 28.656.096,13, dos quais R\$15.163.923,66 foram destinados à investimentos em subvenções e R\$ R\$ 1.432.804,81 destinado a constituição da reserva legal. Em 2025, não houve constituição de reserva de lucros, devido a Companhia ter reportado prejuízo de R\$191.723.171,44 (cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e três mil, cento e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

b) regras sobre distribuição de dividendos

Como consta da Lei das Sociedade por Ações, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade é uma vez ao ano.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não aplicável.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

A Companhia praticou novas políticas de crédito e cobrança reformuladas no segundo semestre de 2024 com o objetivo de fortalecer os processos de gestão de risco e qualidade dos ativos financeiros.

Os resultados foram muito favoráveis e significativos para as novas safras de vendas a partir de 2025. Contudo, o avanço na recuperação de vencidos de safras de vendas antigas se mostrou insatisfatório, justificando a reclassificação de sua recuperabilidade de possível para remoto.

Desse modo, a Administração recomendou a baixa contábil desses ativos e, em janeiro de 2026, o Conselho de Administração, em decisão unânime, deliberou pela baixa contábil de aproximadamente R\$ 177 milhões em recebíveis vencidos provisionados, vencidos a provisionar, a vencer em balanço (efeito vagão) e no backlog (efeito vagão off-balance) bem como, por fim, os respectivos equipamentos alugados em imobilizado.

Essa baixa não provocou impacto nas projeções operacionais uma vez que, além provisionados contabilmente, também estavam provisionados gerencialmente de modo que, conservadoramente, desconsidera-se devedores duvidosos de sua perspectiva de entradas operacionais.

A baixa contábil de R\$ 177 milhões é composta por:

- Vencidos totalizando R\$162 milhões
 - o R\$ 96 milhões provisionados (sem impacto no lucro líquido)
 - o R\$66 a provisionar
- A vencer de clientes devedores (efeito vagão) totalizando R\$101 milhões:
 - o R\$101 milhões do Contas a Receber
 - Outras baixas correlacionadas à baixa do contas a receber (ex: juros ativos e AVP): R\$ 10 milhões

Outras baixas:

- Ativo Imobilizado: R\$ 30 milhões referente aos contratos de TaaS baixados

- R\$77 milhões do backlog off-balance (sem impacto no lucro líquido)

Nos anos de 2024 e 2023 não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais

ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2025, 2024 e 2023.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2025, 2024 e 2023.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A baixa dos recebíveis ocorrida em 2025 não provocou impacto nas projeções operacionais uma vez que, além provisionados contabilmente, também estavam provisionados gerencialmente de modo que, conservadoramente, desconsidera-se devedores duvidosos de sua perspectiva de entradas operacionais.

2024 e 2023 não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

A decisão de baixar reflete a convicção da Administração e Conselho de Administração em promover o saneamento do balanço, assegurando que o patrimônio da Companhia seja refletido de forma mais fidedigna. Esse movimento, aliado ao fortalecimento da política de concessão de crédito e ao maior rigor na régua de cobrança, contribui para que a composição dos recebíveis esteja plenamente alinhada às expectativas de qualidade e performance esperadas pelos investidores.

2024 e 2023 não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Montante das baixas de 2025 já reportado no item 2.8.

2024 e 2023 não aplicável.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos,

incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Parte da estratégia da Companhia é o modelo de vendas TaaS no qual o cliente aluga o bem ao invés de comprar e realizar investimentos em ativo imobilizado. Esse modelo requer que a Companhia faça investimentos constantes em ativos imobilizado, o que justifica o incremento em nosso imobilizado líquido (i.e. valor de aquisição do bem, menos as baixas por vendas ou descarte e depreciação), o qual era de R\$412.858 mil em 31 de dezembro de 2023, de R\$388.070 mil em 31 de dezembro de 2024 e de R\$262.638 mil em 31 de dezembro de 2025. Acreditamos que esse modelo gera benefícios para nossos clientes e para a Companhia. Como consequência da continuidade dessa estratégia, devemos continuar com um expressivo imobilizado líquido na Companhia.

Em 2023 a WDC divulgou seu reposicionamento estratégico, o qual acrescentaremos ao modelo simples de distribuição de produtos, a oferta de soluções completas a parceiros de negócios e clientes. A ideia é acessarmos novas verticais de mercado e por meio de projetos, atrair novos cliente e maiores tickets.

ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende manter suas fontes atuais de financiamento, quais sejam: (i) recursos próprios e (ii) recursos de terceiros (empréstimos) contraídos com a finalidade específica de expansão para compra de ativo imobilizado (Capex) e expansão do modeloTaaS.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia adquiriu ativos da Axyon em 2018 e a totalidade do capital social da Munddo em

2019. Essas aquisições foram importantes do ponto de vista de ampliação do portfólio de produtos e serviços. Conseguimos integrar essas operações a nossa estrutura sem qualquer evento material e de forma rápida. Em 2020 observamos expressiva evolução nas vendas dos produtos dessas duas empresas que representaram mais do 4 vezes a soma das receitas das duas empresas em 2018. Em 2025, a Companhia concluiu a operação junto a Infinite Consulting, resultando na aquisição de 51% do capital social da Infinite. Aquisição estratégica da WDC para ampliar sua estratégia no fornecimento de serviços.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No processo de aquisição à Infinite Consulting, a Companhia desembolsou a quantia de R\$ 1.150 mil.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não aplicável.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há nada a ser acrescentado, além do que já fora reportado nesta seção.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	15



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas da
Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.
Ilhéus - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de vendas e de locações conforme a obrigação de performance é satisfeita. Conforme Nota 22, as receitas líquidas auferidas pela Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2025, foram de R\$ 835.413 mil na controladora e R\$ 871.847 mil no consolidado, respectivamente. A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua Administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, quer seja pela entrega das mercadorias efetivamente ou apropriação da receita com locação, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício (“corte das vendas”).

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita seja reconhecida antes da transferência dos bens e serviços para o cliente, e, conseqüentemente, antes do cumprimento da obrigação de desempenho.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas; (ii) exame documental de “corte das vendas” da receita em base amostral; (iii) exame, em base amostral, da receita do período para contratos de locação; (iv) análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da receita; (v) análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC SP-034519/O

Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC DF-015801/O

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	151.681	99.881	171.983	102.030
Contas a receber	5	218.680	289.540	237.116	317.745
Estoques	7	134.873	141.635	147.179	169.601
Tributos a recuperar	6.1	9.955	13.346	12.916	24.918
Instrumentos financeiros derivativos		-	749	-	749
Adiantamento a fornecedores	11	17.434	24.066	17.867	27.941
Despesas antecipadas		331	328	390	356
Total do ativo circulante		532.954	569.545	587.451	643.340
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	5	179.537	259.559	179.537	259.559
Depósitos judiciais		125	109	125	109
Tributos a recuperar	6.1	3.603	7.148	3.603	7.148
Tributos diferidos	6.2	65.012	42.792	65.012	43.012
Partes relacionadas	21	550	1.001	-	-
Outros ativos	18	3.214	-	3.214	-
Investimentos	8	51.020	60.033	-	-
Imobilizado	9	262.124	387.691	262.843	388.070
Intangível	10	79.957	104.789	80.672	104.792
Ativo de direito de uso	16	5.399	9.405	5.567	9.405
Total do ativo não circulante		650.541	872.527	600.573	812.095
Total do ativo		1.183.495	1.442.072	1.188.024	1.455.435

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	58.155	100.810	58.371	108.786
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	257.911	185.219	257.911	185.219
Pessoal, encargos e benefícios sociais	13	7.873	7.500	8.810	7.895
Tributos a recolher	14	4.637	21.794	5.055	30.645
Dividendos a pagar		-	3.015	-	3.015
Passivo de arrendamento	16	2.593	3.110	2.758	3.110
Outras obrigações	17	14.750	26.674	17.093	26.838
		345.919	348.122	349.998	365.508
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	357.732	394.818	357.732	394.818
Provisões para demandas judiciais	18	4.317	1.924	4.317	1.924
Passivo de arrendamento	16	4.021	7.266	4.021	7.266
Provisão para perdas com Investimento	8	396	618	-	-
Partes relacionadas	21	-	3.405	-	-
Outras obrigações	17	5.596	20.073	5.596	20.073
		372.062	428.104	371.666	424.081
Patrimônio líquido					
Capital social	19	401.739	301.397	401.739	301.397
Ações em tesouraria	19	-	(8.536)	-	(8.536)
Reservas de capital	19	236.632	236.632	236.632	236.632
Reservas de lucros	19	(179.146)	130.500	(179.146)	130.500
Outros resultados abrangentes		6.289	5.853	6.289	5.853
		465.514	665.846	465.514	665.846
Participação dos não controladores				846	-
Total do patrimônio líquido		465.514		466.360	665.846
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.183.495	1.442.072	1.188.024	1.455.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	22	835.413	779.580	871.847	837.881
Custo das vendas e serviços	23	(600.967)	(579.892)	(635.283)	(621.682)
Lucro bruto		234.446	199.688	236.564	216.199
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(81.378)	(76.224)	(89.456)	(81.763)
Despesas comerciais	24	(234.646)	(62.092)	(236.752)	(63.174)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(45.374)	(10.117)	(47.110)	(11.913)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(9.444)	4.547	-	-
		(370.842)	(143.886)	(373.318)	(156.850)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social		(136.396)	55.802	(136.754)	59.349
Receitas financeiras		57.070	112.910	58.633	113.120
Despesas financeiras		(134.092)	(127.975)	(134.566)	(130.500)
Resultado financeiro	25	(77.022)	(15.065)	(75.933)	(17.380)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(213.418)	40.737	(212.687)	41.969
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(525)	(22.232)	(783)	(23.464)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	22.220	10.152	22.024	10.152
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(191.723)	28.657	(191.446)	28.657
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores				(191.723)	28.657
Acionistas não controladores				277	-
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	19			(3,0498)	0,4493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(191.723)	28.657	(191.446)	28.657
Ajuste de conversão de balanço	436	5.093	436	5.093
Resultado abrangente do exercício	(191.287)	33.750	(191.010)	33.750
Atribuíveis a:				
Acionistas controladores			(191.287)	33.750
Acionistas não controladores			277	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social			Reserva de capital	Reserva de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Ações em tesouraria	Ágio Subscrição	Reserva Legal	Subvenção Investimento	Reserva de retenção de lucros						
Saldo em 31 de dezembro de 2023		317.891	(16.494)	(8.536)	236.632	11.144	93.714	-	760	-	635.111	-	635.111
Reserva legal	19.3	-	-	-	-	1.433	-	-	-	(1.433)	-	-	-
Subvenção para investimento	19.5	-	-	-	-	-	15.164	-	-	(15.164)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	19.4	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.015)	(3.015)	-	(3.015)
Destinação a reserva de retenção de lucros	19.7	-	-	-	-	-	-	9.045	-	(9.045)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	28.657	28.657	-	28.657
Ajuste de conversão de balanço		-	-	-	-	-	-	-	5.093	-	5.093	-	5.093
Saldo em 31 de dezembro de 2024		317.891	(16.494)	(8.536)	236.632	12.577	108.878	9.045	5.853	-	665.846	-	665.846
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(191.723)	(191.723)	277	(191.446)
Aumento de capital social	19.5	108.878	-	-	-	-	(108.878)	-	-	-	-	-	-
Subvenção para investimento	19.5	-	-	-	-	-	29.286	-	-	(29.286)	-	-	-
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	569	569
Cancelamento de ações em tesouraria	19.2	-	(8.536)	8.536	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos complementar	19.4	-	-	-	-	-	-	(9.045)	-	-	(9.045)	-	(9.045)
Ajuste de conversão de balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	436	-	436	-	436
Saldo em 31 de dezembro de 2025		426.769	(25.030)	-	236.632	12.577	29.286	-	6.289	(221.009)	465.514	846	466.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(191.723)	28.657	(191.446)	28.657
Depreciação e amortização	191.131	198.357	191.284	198.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.161	23.523	29.012	26.021
Provisão para obsolescência de estoques	(183)	(6.198)	6.435	(6.198)
Provisão para demandas judiciais	(820)	1.780	(820)	1.780
Marcação a mercado de derivativos	-	(6.023)	-	(6.023)
Resultado de equivalência patrimonial	9.444	(4.547)	-	-
Despesas de juros e variação cambial	93.557	77.378	93.557	77.378
Despesas de ajuste a valor presente	(15)	17.756	(15)	17.756
Baixa de ativo imobilizado, intangível e arrendamento	43.442	2.483	43.628	2.506
Baixa de contas a receber	167.244	-	167.244	-
Baixa de investimentos	(191)	-	-	-
Outras variações de resultado	1.303	-	552	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	525	22.232	783	23.464
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(22.220)	(10.152)	(22.024)	(10.152)
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>				
Contas a receber	(44.604)	(172.125)	(35.686)	(191.291)
Tributos a recuperar	6.936	32.158	15.547	21.956
Estoques	6.945	22.386	15.987	16.025
Adiantamentos a fornecedores	6.632	(6.216)	10.074	(6.246)
Despesas antecipadas	(4)	181	(38)	152
Aumento (redução) dos passivos				
Fornecedores	(42.559)	17.000	(50.319)	12.867
Tributos a recolher	(17.682)	(4.665)	(26.349)	1.737
Pessoal, encargos e benefícios sociais	373	4.004	915	4.162
Partes relacionadas	-	-	-	(16)
Outras obrigações	(13.030)	(3.638)	(10.851)	(12.614)
Pagamento de juros	(93.680)	(70.165)	(93.680)	(70.165)
Caixa líquido gerado pelas nas atividades operacionais	128.982	164.166	143.790	130.205

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Atividades de investimentos				
Mútuo ativo com partes relacionadas	451	(135)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(81.353)	(170.275)	(82.744)	(170.681)
Aumento de capital em investida	(107)	(25.059)	-	-
Aquisição de controlada, líquido de caixa e equivalente	(1.239)	-	-	-
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades de investimentos	(82.248)	(195.469)	(82.744)	(170.681)
Atividades de financiamentos				
Ingresso de novos empréstimos e arrendamentos	196.215	50.000	196.215	50.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(171.446)	(58.949)	(171.446)	(58.949)
Mútuo passivo com partes relacionadas	(3.405)	3.387	-	-
Operações com vendedor	11.690	8.805	11.690	8.805
Liquidação de derivativos	749	-	749	-
Pagamento de obrigações por arrendamento mercantil	(3.307)	(1.774)	(3.307)	(1.774)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(12.059)	-	(12.059)	-
Cessão de crédito (Receita diferida)	(13.371)	37.372	(13.371)	37.372
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	5.066	38.841	8.471	35.454
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	436	5.093
Variação no caixa líquido da Companhia	51.800	7.538	69.953	71
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	99.881	92.343	102.030	101.959
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	151.681	99.881	171.983	102.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Venda de mercadoria, produtos e serviços	977.007	892.630	1.014.120	950.932
Outras receitas	-	-	-	63
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(28.161)	(23.523)	(29.012)	(24.148)
Insumos adquiridos de terceiros	948.846	869.107	985.108	926.847
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos	(401.890)	(378.462)	(426.790)	(419.990)
Materiais, energia, serviço terceiros, outros	(56.803)	(57.855)	(60.931)	(62.250)
Perda (recuperação) de valores ativos	(198.064)	6.198	(204.400)	5.941
Outros	(1.593)	(1.412)	(4.172)	(1.757)
	(658.350)	(431.531)	(696.293)	(478.056)
Valor adicionado bruto	290.496	437.576	288.815	448.791
Retenções				
Depreciação e amortização	(191.131)	(198.357)	(191.284)	(198.449)
Valor adicionado líquido produzido	99.365	239.219	97.531	250.342
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(9.444)	4.547	-	-
Receitas financeiras	57.070	112.910	58.633	113.120
Outras	605	(1.794)	1.573	(1.794)
Valor adicionado total a distribuir	147.596	354.882	157.737	361.668
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	41.337	36.524	44.636	37.709
Benefícios	8.462	9.482	12.561	12.733
FGTS	3.045	5.517	3.346	5.690
	52.844	51.523	60.543	56.132
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	125.619	125.466	126.618	126.827
Estaduais	22.187	8.297	22.553	8.297
Municipais	22.421	18.657	22.546	18.657
	170.227	152.420	171.717	153.781
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variação cambial	115.783	121.891	115.868	121.917
Aluguéis	465	392	1.332	1.182
	116.248	122.283	117.200	123.099
Remuneração de capitais de próprios				
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	3.015	-	3.015
Lucro/ (prejuízo) retido no exercício	(191.723)	25.641	(191.446)	25.641
Acionistas não controladores	-	-	(277)	-
	(191.723)	28.656	(191.723)	28.656
Distribuição do valor adicionado	147.596	354.882	157.737	361.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. (“Companhia” ou “WDC Networks”) é uma Companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 S.A com sigla “WDCN3”, sediada na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.917.486/0001-40. A Companhia importa, industrializa e comercializa produtos de Telecomunicações (fibra ótica, FTTH), Data Center, Áudio e Vídeo Profissional, Segurança Eletrônica, Comunicações Unificadas, Segurança da Informação, Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica entre outras.

A Companhia atua no Brasil desde 2004 na venda de produtos de nichos de mercado com altas taxas de crescimento e tem um modelo de negócio inovador TaaS - Technology as a Service, que consiste em comercializar qualquer das tecnologias no formato de locação (OPEX).

Além de sua sede na cidade de Ilhéus-BA possui escritório comercial em São Paulo e presença internacional em Bogotá - Colômbia; Cidade do Panamá - Panamá, Miami - Estados Unidos e Shenzhen - China.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2026.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Contabilidade, emitidas pelo IASB (IFRS), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

O Grupo preparou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Controladora, aqui denominadas demonstrações financeiras individuais, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional da Companhia e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, exceto instrumentos financeiros derivativos e mensuração de ativos e passivos de combinação de negócios que foram mensurados a valor justo.

As práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

Demonstração do Valor Adicionado

Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento como atividade operacional.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.1. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

O exercício social das controladas é coincidente com o da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme por todas as entidades consolidadas.

Controladas	2025	2024
Livotech Colombia, S.A.S ("WDC Colombia")	100%	100%
Wdcnet Usa, Corp ("WDC US")	100%	100%
Livotech Panamá, S.A ("WDC Panamá")	100%	100%
Livotech Franchising Administração Ltda ("WDC Franchising") (***)	-	100%
Matheus R A Plastino e Cia S.A. ("Infinite") (*)	51%	-
Livotech China, Corp ("WDC China") (**)	100%	-

(*) Aquisição de negócio conforme divulgado na nota 7

(**) A Companhia foi constituída em 21 de agosto de 2025, na cidade de Shenzhen, com a finalidade de estreitar o relacionamento com fornecedores estratégicos, visando à otimização da cadeia de suprimentos e ao incremento das atividades comerciais.

(***) A Empresa encerrou as atividades durante o exercício e baixou o investimento.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil

3.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;

Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;

- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.2. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.2. Informações por segmentos--Continuação

Em 2025, a Companhia passou a revisar os segmentos utilizando o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos segregados em canais: ISP e Integradores, sendo os ISPs (Internet Service Providers) caracterizados como provedores de serviços de internet que atuam na oferta direta de conectividade e soluções relacionadas ao usuário final, enquanto os Integradores correspondem a empresas especializadas na integração de soluções tecnológicas, atuando na concepção, implementação e gestão de projetos de infraestrutura de redes e sistemas, com foco predominante em clientes corporativos. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais e para fins de comparabilidade entre períodos, os saldos do exercício anterior foram ajustados.

3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e demais contas a receber.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros podem ser classificados em:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia registra grande parte de seus ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, investimentos de curto prazo e caixa e equivalentes de caixa (vide Nota 26).

Ativos financeiros ao valor justo

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se:

- (a) As características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal;
- (b) O instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e
- (c) O contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado.

Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e; (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre; (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 3.24.
- Contas a receber de clientes - Nota 5.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos para os devedores e para o ambiente econômico.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica aos fornecedores, empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos. Para mais informações, vide Nota 26.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento e mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros e swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

3.5. Estoque

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido dos tributos recuperáveis, que não excede o valor de sua realização. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, reduzidos pela amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.7. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.8. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

3.9. Distribuição de Lucros

Os dividendos mínimos obrigatórios previstos em Lei estão demonstrados nos balanços patrimoniais como dividendos a pagar. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, são demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Tributos

Tributos - correntes

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.11. Tributos--Continuação

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.11. Tributos--Continuação

Tributos sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%.

3.12. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

Crédito Presumido ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de Crédito Presumido de 100% do ICMS devido sobre as vendas de produtos industrializados em sua matriz, localizada no Polo de Informática de Ilhéus/BA, que poderá ser prorrogado até 2032.

Sobre os produtos importados para revenda (sem industrialização), a carga tributária será de 3,5% de ICMS para vendas dentro do Estado da Bahia, e 1% para operações interestaduais, que poderá ser prorrogado até 2032.

Condições:

- Renovação anual da habilitação ao incentivo;
- Aprovação dos projetos industriais pelo Conselho do Programa de Promoção ao Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA
- Comprovação de faturamento da produção na unidade equivalente à, no mínimo, 5% do total da empresa, a partir do 6º ano de produção efetiva;
- Ter realizado investimento de 70%, no mínimo, de seu projeto industrial;
- Manter regularidade fiscal perante à Sefaz/BA;
- Possuir Certificado "ISO 9.000" ou posterior;

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.12. Subvenções e assistências governamentais--Continuação

Crédito Presumido ICMS--Continuação

- Contribuir anualmente, até 31 de março do ano subsequente, com 0,5% (no mínimo) do valor de vendas dos produtos industrializados alcançados pelo benefício, para o Programa INOVATEC;
- Efetuar, a partir de janeiro de 2009, em território baiano o desembaraço aduaneiro de, no mínimo, 15% (quinze por cento) das importações que realizar;

Sudene

A Companhia também possui incentivo fiscal de Redução do IRPJ Principal (15%) e adicional (10% da parcela excedente à R\$240 Mil anuais) de 75% calculados sobre o Lucro de Exploração.

Condições:

- Cumprimento das Legislações trabalhista, social e ambiental;
- Apresentação anual das declarações de rendimentos apresentando as reduções;
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas, do valor do imposto relativo à redução;
- Fornecer informações anuais na pesquisa anual de Incentivos da SUDENE;
- Apresentação anual à SUDENE (até 31/12 de cada exercício) de Certidão de regularidade de tributos federais e previdenciário;
- Prova documental da contabilização do valor resultante da redução concedida, em conformidade com a legislação vigente.
- Homologação anual na RFB do Laudo de incentivos da SUDENE.

A reserva por hora constituída poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal; ii) aumento de capital social.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.13. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explícitas ou implícitas. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, registrou ajustes a valor presente sobre o Contas a Receber e Fornecedores.

3.14. Transações em moeda estrangeira

Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Controladas

A moeda funcional das subsidiárias são pesos na Colômbia e dólar no Panamá e USA. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Real pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de médias. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes.

3.15. Receita de contratos com clientes

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável, bem como das eliminações das vendas entre subsidiárias da Companhia.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.15. Receita de contratos com clientes--Continuação

A Companhia aplica o modelo do CPC 47/IFRS 15 para mensurar e contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes, o que estabelece que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O modelo é baseado em cinco passos: i) identificação dos contratos com clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação de preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

a) Venda de produtos

A receita por venda de mercadorias é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do equipamento na localidade física indicada pelo cliente, conforme os termos de venda acordados.

b) Locação

A Companhia e suas controladas auferem receitas de venda com locação de equipamentos e software (TaaS) ao longo do prazo de vigência de cada contrato, sendo a obrigação de desempenho cumprida ao longo do período de contrato.

3.16. Arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.16. Arrendamento--Continuação

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.16. Arrendamento--Continuação

Companhia como arrendadora

Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel.

Para os contratos de arrendamento em que o prazo de recebimento é inferior ao tempo de contrato, a Companhia reconhece uma receita diferida no passivo que representa o montante dos recebimentos antecipados, os quais são reconhecidos no resultado ao longo do prazo do arrendamento.

3.17. Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

3.18. Mensuração a valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros contabilizados a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Outrossim, os valores justos de instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado são divulgados na Nota 26.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.18. Mensuração a valor justo--Continuação

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

3.19. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.19. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o creággio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.20. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

3.21. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida a valor justo em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 (IFRS 09) - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As contabilizações dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras, foram feitas com base na avaliação do valor justo, realizadas por avaliador independente contratado pela Companhia.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.22 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- A Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, introduz alterações nos CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1), alinhadas ao pronunciamento Lack of Exchangeability emitido pelo IASB. As mudanças estabelecem critérios para avaliar a convertibilidade de moedas e para determinar a taxa de câmbio à vista quando não há convertibilidade. Além disso, passam a exigir divulgações adicionais nas demonstrações contábeis, com o objetivo de permitir que os usuários compreendam os impactos atuais ou esperados da falta de convertibilidade sobre o desempenho financeiro, a posição patrimonial e os fluxos de caixa da entidade.
- Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à ICPC 09 (R3) para alinhamento às normas do IASB, permitindo a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais/Separadas, sem impactos materiais, restringindo-se a ajustes redacionais e atualização de referências normativas.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da companhia.

3.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que lhe são aplicáveis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11;

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas. As normas que sofreram impactos serão revisadas quando entrar em vigor.

3.24. Julgamentos e estimativas materiais

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O reconhecimento desse ativo reflete o benefício econômico futuro esperado decorrente da possibilidade de compensação do prejuízo fiscal com lucros tributáveis em exercícios futuros, em conformidade com a legislação fiscal vigente e com as práticas contábeis aplicáveis.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.24. Julgamentos e estimativas--Continuação

Estimativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Informações materiais da política contábil--Continuação

3.24. Julgamentos e estimativas --Continuação

Estimativas--Continuação

b) *Provisão para perdas esperadas para contas a receber e ativos de contrato*

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia em relação aos últimos 24 meses. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

c) *Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas. Para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) *Recuperabilidade de tributos diferidos*

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a realização dos ativos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 6.2.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	11.732	16.981	24.127	19.130
Aplicações financeiras (a)	139.949	82.900	147.856	82.900
Total	151.681	99.881	171.983	102.030

(a) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) eram remuneradas por uma taxa de 92% a 102% do CDI (92% do CDI em 31 de dezembro de 2024) com liquidez diária resgatáveis junto ao próprio emissor, sem perda significativa de valor.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber venda mercadoria	201.458	323.236	220.748	351.441
Contas a receber locação	186.664	324.298	186.664	324.298
Contas a receber vendedor (a)	25.783	21.290	25.783	21.290
Contas a receber bruto	413.905	668.824	433.195	697.029
Provisão para perdas de crédito esperadas	(15.688)	(119.725)	(16.428)	(119.725)
Total	398.217	549.099	416.767	577.304
Circulante	218.680	289.540	237.230	317.745
Não circulante	179.537	259.559	179.537	259.559

(a) Características e demais condições descritas na nota 15.1(d).

Movimentação das provisões para perdas de crédito esperadas:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	(96.202)	(100.603)
Adições	(26.021)	(26.646)
Baixas	2.498	7.524
Em 31 de dezembro de 2024	(119.725)	(119.725)
Em 31 de dezembro de 2024	(119.725)	(119.725)
Adições	(32.201)	(32.941)
Baixas	4.040	4.040
Baixas definitivas de títulos (b)	95.503	95.503
Baixas definitivas de títulos - Provisão (a)	36.695	36.695
Em 31 de dezembro de 2025	(15.688)	(16.428)

(a) No período, a Companhia realizou a baixa de créditos no montante de R\$ 36.695 mil, anteriormente registrados em contas a receber e integralmente provisionados para perdas. A referida baixa consistiu na baixa definitiva de ativos considerados irre recuperáveis, não gerando impacto no resultado do exercício, uma vez que os respectivos valores já se encontravam integralmente reconhecidos como provisão em períodos anteriores.

(b) A baixa de contas a receber ocorreu devido à inadimplência de determinados clientes durante o exercício de 2025, levando ao reconhecimento de perdas. No exercício, a baixa da Provisão para Perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) reflete valores considerados não recuperáveis pela companhia.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber, líquidas--Continuação

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, individuais e consolidados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a vencer	372.299	472.197	389.840	500.402
Títulos vencidos de - 0 a 30 dias	14.139	22.928	14.139	22.928
Títulos vencidos de - 31 a 90 dias	6.954	21.905	6.954	21.905
Títulos vencidos de - 91 a 180 dias	6.566	17.074	6.566	17.074
Títulos vencidos de - 181 a 270 dias	4.419	16.865	4.419	16.865
Títulos vencidos de - 271 a 365 dias	2.062	12.710	2.062	12.710
Títulos vencidos acima de 365 dias	7.466	105.145	9.212	105.145
Total	413.905	668.824	433.192	697.029

A Companhia possui como linha de negócios a locação de equipamentos. Tais locações tem prazo médio de 60 meses e os aluguéis mínimos são fixos, sujeitos a reajuste anual conforme índice de inflação.

Os recebimentos mínimos futuros de tais locações, que serão reconhecidos em resultados de exercícios futuros de acordo com o prazo de vigência dos contratos, estão demonstrados abaixo:

Controladora e Consolidado	
Recebimentos mínimos de locação	
2026	275.542
2027	164.683
2028	75.523
2029	32.532
2030 em diante	4.379
Total	552.659

Tais contratos de locação geraram receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$373.429 (R\$358.573 em 31 de dezembro de 2024), e estão divulgadas na Nota 22.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Tributos a recuperar e diferidos

6.1. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL a compensar	9.029	-	9.029	-
IRRF a recuperar	-	1.072	-	1.072
IPI a compensar	-	498	-	498
ICMS a compensar	4.529	18.444	4.529	18.444
IVA - Imposto valor agregado	-	-	2.961	8.733
Outros	-	480	-	3.319
Total	13.558	20.494	16.519	32.066
Circulante	9.955	13.346	12.916	24.918
Não circulante	3.603	7.148	3.603	7.148

6.2. Tributos diferidos

	Controladora e Consolidado			
	2025	2024	2025	2024
Provisão para devedores duvidosos	2.985	24.382	2.985	24.382
Ajuste a valor presente contas a receber	13.609	13.601	13.609	13.601
Provisão de perda por desvalorização de estoque	1.841	1.903	1.841	1.903
Provisão de deságio na venda de crédito acumulado de ICMS	-	1.280	-	1.280
Provisão para contingências fiscais	375	665	375	665
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	45.292	-	45.292	-
Outros	1.987	2.260	1.987	2.480
Tributos ativos	66.089	44.091	66.089	44.311
Ajuste a valor presente das contas a pagar	(304)	(271)	(304)	(271)
Derivativos - SWAP	-	(255)	-	(255)
Amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da Munddo	(773)	(773)	(773)	(773)
Tributos passivos	(1.077)	(1.299)	(1.077)	(1.299)
Ativo fiscal diferido, líquido	65.012	42.792	65.012	43.012

(a) No exercício de 2025, a Companhia apurou prejuízo fiscal no montante de R\$ 133.000 mil. Em decorrência desse resultado, foi reconhecido ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal e base negativa correspondente ao crédito tributário oriundo desse prejuízo, totalizando aproximadamente R\$ 45.292 mil. Tal reconhecimento está fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, que permitirão a realização desses créditos, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Impostos a recuperar e diferidos--Continuação

6.2.1. Tributos diferidos--Continuação

6.2.1. Estimativa de realização dos impostos diferidos ativos

	Tributos e contribuições sociais diferidos	
	Controladora	Consolidado
2026	16.072	16.072
2027	8.891	8.891
2028	3.024	3.024
2029	3.488	3.488
2030	5.625	5.625
2031	5.317	5.317
2032	6.724	6.724
2033	8.170	8.170
2034	7.701	7.701
Total	65.012	65.012

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Matérias-primas	4.485	5.332	4.485	5.332
Mercadorias	73.422	84.264	86.011	101.289
Estoque em trânsito	3.311	10.038	9.646	21.144
Produtos acabados	23.590	19.186	23.590	19.186
Software para revenda (a)	35.480	28.413	35.480	28.413
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(5.415)	(5.598)	(12.033)	(5.763)
Total	134.873	141.635	147.179	16

(a) Os softwares são sistemas operacionais dos hardwares apresentados na linha de mercadoria.

<u>Perdas estimadas para redução ao valor recuperável</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2023	(11.796)	(11.961)
Adições	(9.878)	(9.878)
Reversões	16.076	16.076
Em 31 de dezembro de 2024	(5.598)	(5.763)
Em 31 de dezembro de 2024	(5.598)	(5.598)
Adições	(3.441)	(10.059)
Reversões	3.624	3.624
Em 31 de dezembro de 2025	(5.415)	(12.033)

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Investimento e provisão para perdas com investimento

	Controladora	
	2025	2024
WDC US	10.548	8.007
WDC Colômbia	38.863	52.026
Infinite	1.609	-
Total do investimento	51.020	60.033
WDC Panamá	(396)	(503)
WDC Franchising (*)	-	(115)
Total provisão para perdas de investimento	(396)	(618)
Total	50.624	59.415

(*) Devido ao encerramento da operação a Companhia realizou a baixa sendo o efeito reconhecido no resultado do período, com a consequente interrupção do reconhecimento pelo método da equivalência patrimonial.

Abaixo demonstramos as principais informações financeiras das controladas:

2025				
Controladas	Percentual de participação	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
WDC US	100%	10.548	27.948	3.453
WDC Colômbia	100%	38.863	31.122	(13.135)
WDC Panamá	100%	(395)	-	(56)
Infinite	51%	1.725	5.227	294
Total		50.624	64.297	(9.444)

2024				
Controladas	Percentual de participação	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
WDC US	100%	8.007	15.551	2.531
WDC Colômbia	100%	52.026	54.916	1.992
WDC Panamá	100%	(503)	-	(4)
WDC Franchising	100%	(115)	8	28
Total		59.415	70.475	4.547

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Investimento e provisão para perdas com investimento--Continuação

Movimentação de investimentos	WDC USA	WDC Colômbia	WDC Panamá	WDC Franchising	Infinite	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.925	21.326	(392)	(143)	-	24.716
Aumento de capital	-	25.059	-	-	-	25.059
Resultado do exercício	2.531	1.992	(4)	28	-	4.547
Varição cambial investimento (a)	1.551	3.649	(107)	-	-	5.093
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.007	52.026	(503)	(115)	-	59.415
Aumento de capital	-	-	107	-	-	107
Carteira de clientes	-	-	-	-	295	295
Ágio	-	-	-	-	944	944
Resultado do exercício	3.453	(13.135)	(56)	-	294	(9.444)
Varição cambial investimento (a)	(912)	1.292	56	-	-	436
Outras variações	-	(1.320)	-	115	76	(1.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.548	38.863	(396)	-	1.609	50.624

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi gerado um valor de R\$436 (R\$5.093 em 31 de dezembro de 2024) relativo aos efeitos da variação cambial derivados da conversão para reais das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior, originalmente elaboradas em dólares estadunidense (USD) e pesos colombianos (COP). Estes efeitos são registrados como "Outros Resultados Abrangentes" no Patrimônio Líquido.

Aquisição da Matheus R A Plastino e Cia S.A. ("Infinite")

	Infinite
Data de aquisição	26/02/2025
Porcentagem adquirida do capital votante	51%
Ativo	263
Contas a receber	106
Imobilizado	78
Outros ativos	79
Passivo	267
Fornecedores	47
Obrigações trabalhistas	210
Outros passivos	10
Total do acervo líquido	(4)
Contraprestação transferida a valor justo	1.239
Ativos intangíveis identificados	
Carteira de clientes	295
Total dos ativos intangíveis identificáveis	295
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	944

A Infinite com sede na cidade de Paulo de Faria-SP possui objeto social de consultoria em tecnologia da informação; desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática. A Companhia espera que os serviços prestados possam agregar ao portfólio da WDC sinergias esperadas.

Os montantes das receitas e do resultado do período da adquirida a partir da data da aquisição que foram incluídos na demonstração consolidada do resultado do período de reporte foi de R\$ 294.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Investimento e provisão para perdas com investimento--Continuação

As receitas e o resultado do período da entidade combinada para o período de reporte corrente, como se a data da aquisição, fosse o início do período de reporte anual seria de R\$ 5,5 milhões de receita e R\$ 588 mil de lucro líquido. A Companhia incorreu em custos relacionados às aquisições no valor de R\$197 e que foram registrados como despesas administrativas na demonstração de resultado.

A vida útil estimada para os ativos adquiridos foi assim definida:

	Carteira de cliente
Carteira de clientes	10,8 anos

O ágio registrado refere-se à expectativa de rentabilidade futura identificada na aquisição, decorrente de combinação de negócios realizada pela Companhia. Esse valor representa benefícios econômicos esperados provenientes de sinergias operacionais, expansão de mercado e outros fatores que justificaram o preço pago acima do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A Companhia reconheceu, na data-base das demonstrações financeiras, uma provisão no montante de R\$ 3.344 mil, relacionada a riscos de natureza indenizatória assumidos no âmbito da transação. Conforme nota explicativa 18.

9. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não tem bens penhorados ou bloqueados judicialmente, nem bens dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo imobilizado da Companhia:

Controladora	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Produtos para locação	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação (%)	10%	20%	20%	10%	4%	10%	
Em 31 de dezembro de 2023	492	719	409.883	612	316	461	412.483
Adições	282	2.514	131.317	16	2.246	405	136.780
Baixas Líquidas	-	(23)	(170)	-	(39)	-	(232)
Depreciação	(117)	(448)	(160.052)	(86)	(327)	(310)	(161.340)
Em 31 de dezembro de 2024	657	2.762	380.978	542	2.196	556	387.691
Adições	46	1.235	61.992	-	-	94	63.367
Baixas	-	(904)	(36.194)	(20)	(72)	-	(37.190)
Depreciação	(127)	(615)	(150.239)	(85)	(489)	(189)	(151.744)
Em 31 de dezembro de 2025	576	2.478	256.537	437	1.635	461	262.124

Consolidado	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Produtos para locação	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação (%)	10%	20%	20%	10%	4%	10%	
Em 31 de dezembro de 2023	536	765	409.883	612	316	461	412.573
Adições	314	2.600	131.317	17	2.531	405	137.184
Baixas Líquidas	-	(46)	(170)	-	(39)	-	(255)
Depreciação	(146)	(510)	(160.052)	(87)	(327)	(310)	(161.432)
Em 31 de dezembro de 2024	704	2.809	380.978	542	2.481	556	388.070
Adições	77	1.519	61.992	117	216	118	64.039
Baixas	(186)	(904)	(36.194)	(20)	(72)	-	(37.376)
Depreciação	(143)	(724)	(150.211)	(95)	(530)	(187)	(151.890)
Em 31 de dezembro de 2025	452	2.700	256.565	544	2.095	487	262.843

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

10. Intangível

Controladora	Licenças de software	Software para Locação (a)	Ágio Incorporada	Marcas e Patentes	Total
Taxa anual de amortização (%)	20%	20%	Indefinido	20%	
Em 31 de dezembro de 2023	318	105.803	2.275	12	108.408
Adições	-	33.495	-	-	33.495
Baixas	-	(1.923)	-	-	(1.923)
Amortização	(220)	(34.965)	-	(6)	(35.191)
Em 31 de dezembro de 2024	98	102.410	2.275	6	104.789
Adições	4.344	13.642	-	-	17.986
Baixas	(271)	(5.981)	-	-	(6.252)
Amortização	(73)	(36.491)	-	(2)	(36.566)
Em 31 de dezembro de 2025	4.098	73.580	2.275	4	79.957

(a) Os softwares são registrados no ativo intangível e amortizados, de forma linear, no custo, ao longo do prazo de vigência contratual, correspondente à vida útil estimada do direito de uso. O aumento verificado no exercício refere-se às novas locações de softwares realizadas no exercício.

Consolidado	Licenças de software	Software para Locação (a)	Ágio Incorporada	Ágio Aquisição	Marcas e Patentes	Carteira de Clientes	Total
Taxa anual de amortização (%)	20%	20%	Indefinido	Indefinido	20%		
Em 31 de dezembro de 2023	320	105.803	2.275	-	12	-	108.410
Adições	-	33.497	-	-	-	-	33.497
Baixas	-	(1.923)	-	-	-	-	(1.923)
Amortização	(220)	(34.966)	-	-	(6)	-	(35.192)
Em 31 de dezembro de 2024	100	102.411	2.275	-	6	-	104.792
Adições	4.385	13.079	-	944	2	295	18.705
Baixas	(271)	(5.981)	-	-	-	-	(6.252)
Amortização	(73)	(36.494)	-	-	(6)	-	(36.573)
Em 31 de dezembro de 2025	4.141	73.015	2.275	944	2	295	80.672

(a) Ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Munddo, empresa que foi incorporada em exercícios anteriores.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

11. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores nacionais	10.576	8.833	11.009	12.708
Adiantamentos a fornecedores internacionais	6.858	15.233	6.858	15.233
Total	17.434	24.066	17.867	27.941

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais	21.449	47.725	21.665	55.701
Fornecedores internacionais	36.706	53.085	36.706	53.085
Total	58.155	100.810	58.371	108.786

O grupo de fornecedores não incidem juros e são geralmente liquidadas pelo Grupo em prazo de 50 dias.

13. Pessoal, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PLR e bônus	3.935	3.389	3.935	3.389
Férias e 13º Salário	1.918	1.973	2.300	2.108
INSS a recolher	1.193	1.280	1.276	1.280
FGTS a recolher	230	233	248	233
IRRF	536	592	536	592
Outros	61	33	509	293
Total	7.873	7.500	8.810	7.895

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL a recolher	-	15.934	67	15.934
IPI a recolher	18	-	18	-
Pis e Cofins a recolher	3.798	3.824	3.800	3.824
ICMS	-	662	-	662
ISS a recolher	479	368	500	368
IVA	-	-	-	8.479
Outros	342	1.006	670	1.378
Total	4.637	21.794	5.055	30.645

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

15.1. Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Empréstimos em moeda nacional

Instituição Financeira	Vencimento	Modalidade	Indexador	Garantia	Covenants	Controladora e Consolidado			
						2025		2024	
						Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco do Brasil	jun/29	Capital de Giro	CDI + 1,95% a.m.	Imóvel + Duplicatas	15.2 (b)	10.476	33.274	4.277	43.750
Banco Citibank	fev/25	Capital de Giro	CDI + 3,00% a 3,50% a.m.	Aval + Duplicatas	N/A	-	-	1.114	-
Banco Daycoval	dez/26	Duplicata Descontada	1,33% a.m.	Coobrigação	N/A	34.885	-	-	-
CEF	mai/30	Nota de Crédito	CDI + 1,85% a.m.	Duplicatas	15.2 (b)	19.582	80.543	-	-
Banco Safra	mar/30	Nota de Crédito	CDI + 2,50% a.m.	Duplicatas	N/A	130	40.000	-	-
						65.073	153.817	5.391	43.750

b) Empréstimos em moeda estrangeira

ESTRANGEIRO

Instituição Financeira	Vencimento	Modalidade	Moeda	Indexador	Garantia	Covenants	Controladora e Consolidado			
							2025		2024	
							Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco Votorantim	jul/25	Capital de Giro	Dólar	3,65% a 3,82%	Duplicatas	N/A	-	-	7.725	-
Banco Safra Finimp	jul/27	Finimp	Dólar	6% a.a.	Duplicatas	N/A	8.955	-	-	-
Banco Daycoval Finimp	jul/27	Finimp	Dólar	5,83% a.a.	Duplicatas	N/A	10.744	-	-	-
							19.699	-	7.725	-

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

15.1. Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

c) Debêntures

Instituição Financeira	Vencimento	Modalidade	Indexador	Garantia	Covenants	Controladora e Consolidado			
						2025		2024	
						Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco Itaú LVTC12	jun/27	Debêntures	CDI + 2,30%	Duplicatas	15.2 (a)	93.001	49.423	100.196	141.726
Banco Itaú LVTC22	jun/29	Debêntures	CDI + 2,70%	Duplicatas	15.2 (a)	56.699	140.480	57.619	196.690
						149.700	189.903	157.815	338.416

d) Operações Vendor

Instituição Financeira	Vencimento	Modalidade	taxa banco	Garantia	Controladora e Consolidado			
					2025		2024	
					Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco do Brasil - Vendor	jun/27	Operações com vendor	1,40%	Duplicatas	23.439	14.012	14.288	12.652
					23.439	14.012	14.288	12.652

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

15.1. Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos em moeda nacional	65.073	153.817	5.391	43.750
Empréstimos em moeda estrangeira	19.699	-	7.725	-
Debêntures	149.700	189.903	157.815	338.416
Vendor	23.439	14.012	14.288	12.652
Total	257.911	357.732	185.219	394.818

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>573.546</u>
Novas Dívidas	50.000
Operações com vendor (a)	8.805
Encargos financeiros	72.946
Variação cambial	4.432
Pagamento de juros	(70.743)
Pagamento de principal	(58.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>580.037</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>580.037</u>
Novas Dívidas	158.956
Duplicatas Descontadas	37.259
Operações com vendor (a)	11.690
Encargos financeiros	92.084
Variação cambial	743
Pagamento de juros	(93.680)
Pagamento de principal	(171.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>615.643</u>

(a) Operações Vendor

As operações de Vendor atendem um programa de financiamento de venda no qual os clientes possuem acesso as linhas de crédito competitivas.

Nessa modalidade o cliente firma um contrato com o banco e fica ciente dos prazos e taxa.

As cobranças são efetuadas pelo banco e em casos de inadimplência a Companhia garantirá a liquidação das parcelas vencidas.

A Contabilização possui momentos distintos: (a) o valor total da venda disponibilizado em conta corrente é registrado a débito em caixas e equivalentes de caixa e o crédito em empréstimos; (b) a venda de mercadoria é reconhecida pela emissão da nota fiscal o qual é debitado as contas a receber e creditado a receita no resultado. Na medida que o cliente efetua o pagamento das parcelas ao banco a Companhia efetua a conciliação e compensação do saldo a receber versus o a pagar.

Em caso de não cumprimento da obrigação pelos devedores originais, a Companhia adota rigorosas normas e procedimentos de forma a minimizar os riscos referentes à operação em questão.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

15.1. Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

- (b) Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao IFRS 9), a Companhia mantém em seu balanço patrimonial os saldos de duplicatas descontadas junto a instituições financeiras, uma vez que tais operações são realizadas com cláusula de regresso, o que implica que os riscos e benefícios da titularidade dos recebíveis não são transferidos.

Assim, os valores antecipados por instituições financeiras são tratados como empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo, enquanto os respectivos recebíveis permanecem registrados no ativo, em "Contas a receber". O valor total das duplicatas descontadas com cláusula de regresso em 31 de dezembro de 2025 é de R\$36.780, conforme detalhado abaixo:

Instituição Financeira	Valor Descontado (R\$)	Juros a apropriar (R\$)	Total duplicatas descontas	Vencimento Médio (dias)
Banco Daycoval S.A.	41.012	(3.753)	37.259	273

Essa operação está sujeita aos mesmos critérios de análise de crédito utilizados nas demais contas a receber, sendo continuamente avaliadas quanto à recuperabilidade, conforme política de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 5).

15.2. Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia possui cláusulas restritivas em empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se a Companhia não cumprir com estas cláusulas restritivas.

As cláusulas restritivas possuem exigências trimestrais e anuais.

a) Trimestrais

Debentures 2ª Emissão (Itaú).

- (i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes.

A relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas (covenants) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

15.2. Cláusulas restritivas (covenants)--Continuação

a) Trimestrais--Continuação

Caixa Econômica

- (ii) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes

A relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas (covenants) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes

Banco do Brasil

- (iii) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes.

A relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas (covenants) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os índices financeiros acima foram cumpridos.

16. Direito de uso e Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Imóveis	5.399	9.405	5.567	9.405
Total	5.399	9.405	5.567	9.405
Passivo				
Arrendamento de imóveis	6.614	10.376	6.779	10.376
Total	6.614	10.376	6.779	10.376
Passivo circulante	2.593	3.110	2.758	3.110
Passivo não circulante	4.021	7.266	4.021	7.266

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

16. Direito de uso e Passivo de arrendamento--Continuação

As movimentações dos ativos de direito de uso no exercício são como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.517	11.517
Adição	42	42
Baixas	(328)	(328)
Depreciação	(1.826)	(1.826)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.405	9.405
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.405	9.405
Adição	496	664
Depreciação	(2.821)	(2.821)
Baixa	(1.681)	(1.681)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.399	5.567

As movimentações dos passivos de arrendamento no exercício são como segue:

Passivo arrendamento	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.530	11.530
Pagamentos	(1.774)	(1.774)
Adição	42	42
Encargos	578	578
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.376	10.376
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.376	10.376
Pagamentos	(3.307)	(3.307)
Adição	496	664
Encargos	730	727
Baixa	(1.681)	(1.681)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.614	6.779

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	Cronograma de vencimentos		
	Aluguel a pagar	Encargo Financeiro	Total
2026	2.876	(283)	2.593
2027	2.342	(153)	2.189
2028	1.830	(48)	1.782
2029	50	-	50
	7.098	(484)	6.614

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

16. Direito de uso e Passivo de arrendamento--Continuação

No reconhecimento inicial, para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se a taxa de desconto nominal aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio dos arrendamentos era de 27 meses.

17. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de clientes	-	7.219	2.091	7.351
Receita diferida (a)	19.109	37.372	19.109	37.372
Obrigações com terceiros	1.237	2.156	1.489	2.188
Total	20.346	46.747	22.689	46.911
Circulante	14.750	26.674	17.093	26.838
Não circulante	5.596	20.073	5.596	20.073

- (a) Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia celebrou um contrato de cessão de crédito sem regresso com o Banco Votorantim, no qual foram transferidos créditos no valor de R\$37,5 milhões relativos ao contas a receber de clientes de locação futura Vero S.A., já deduzidos dos juros da operação (R\$9,3 milhões). Nessa transação, a Companhia não retém a responsabilidade pelo pagamento dos créditos caso o devedor não honre o compromisso, ou seja, a operação foi realizada sem regresso, transferindo integralmente o risco e a propriedade dos créditos para a outra parte envolvida.

A Companhia reconheceu a receita de cessão de crédito de forma diferida, considerando que se trata de um contrato de longo prazo (60 meses). A receita será reconhecida no resultado de forma proporcional, conforme os fluxos de caixa relacionados à cessão forem efetivamente realizados.

O valor da receita de cessão foi inicialmente registrado no passivo como "Receita Diferida" e será reconhecido como receita operacional à medida que os serviços forem prestados. Devido à natureza sem regresso da operação, a Companhia não assume o risco de inadimplência dos devedores dos créditos cedidos, e, portanto, não há provisões relacionadas a essa transação. Abaixo, apresentamos a movimentação do trimestre:

	Receita		Total
	Receita diferida	reconhecida	
Saldo em 31 de dezembro 2024	46.550	(9.178)	37.372
Apropriação	(19.978)	1.715	(18.263)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	26.572	(7.463)	19.109

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

18. Provisões para demandas judiciais

Contingências classificadas como perdas prováveis

	Controladora e Consolidado		
	Tributárias	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2023	144	-	144
Em 31 de dezembro de 2024	1.924	-	1.924
Adição (a)	3.213	-	3.213
Baixas	(826)	-	(826)
Atualização monetária	6	-	6
Em 31 de dezembro de 2025	4.317	-	4.317

- (a) A Companhia reconheceu, na data-base das demonstrações financeiras, uma provisão no montante de R\$ 3.344 mil, relacionada a riscos de natureza indenizatória assumidos no âmbito da transação. Tais obrigações referem-se a contingências identificadas a valor justo na aquisição da Infinite e estão sujeitas à eventual materialização ao longo de um horizonte estimado de até 5 anos. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, entende que a constituição da provisão reflete a melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar as referidas obrigações na data das demonstrações financeiras. Foi realizado e reversão de R\$ 130 mil referente ao período de março/25 até dezembro/2025, ficando o saldo de R\$ 3,2 milhões.

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários e cíveis.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação à tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, constituída de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

Tributárias

Substancialmente a Companhia realiza operações interestaduais destinadas a consumidor final e a não contribuinte do imposto. Assim, a Livetech se torna a responsável pelo recolhimento do diferencial de alíquotas que deve ser pago ao Estado de destino, considerando a diferença entre a alíquota de ICMS aplicada na operação interestadual e a alíquota aplicável à mercadoria, de acordo com a legislação do estado para o qual ela foi enviada. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.104 (R\$1.924 em 31 de dezembro de 2024).

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

18. Provisões para demandas judiciais--Continuação

Contingências classificadas como perdas prováveis--Continuação

Tributárias--Continuação

	Tributárias	Controladora e Consolidado	
		Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2023	4.121	345	4.466
Em 31 de dezembro de 2024	4.934	438	5.372
Ingressos	1.100	57	1.157
Baixas	(5.415)	(495)	(5.910)
Atualização monetária	515	-	515
Em 31 de dezembro de 2025	1.134	0	1.134

A natureza dos principais processos tributárias eram os seguintes: R\$1.134 referente procedimento para apuração de descumprimento de obrigações perante órgão regulador.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 426.769 (R\$ 317.891 em 31 de dezembro de 2024), totalmente subscrito e integralizado, representado por 63.461 milhões (sessenta e três milhões, quatrocentas e sessenta e uma mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O aumento de capital social no montante de R\$ 108.878 mil foi aprovado pelos acionistas, mediante a capitalização da reserva de subvenção para investimentos (Decreto Nº 4.316 de 19 de junho de 1995), sem a entrada de novos recursos financeiros. Referida operação consistiu na reclassificação de valores anteriormente registrados no patrimônio líquido, com a conseqüente elevação do capital social da Companhia, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis. O aumento foi realizado sem alteração na participação relativa dos acionistas.

O capital social autorizado da Companhia é de 100.000.000 (cem milhões) de ações, podendo ser aumentado por deliberação do órgão competente, dentro desse limite, independentemente de reforma estatutária, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

19.1. Capital social--Continuação

A composição acionária em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

Acionista	2025		2024	
	Ações ordinárias Quantidade	%	Ações ordinárias Quantidade	%
Vanderlei Rigatieri Junior	22.933	36,14%	22.933	35,47%
2B Capital - Brasil Capital de Crescimento	12.874	20,29%	19.339	29,91%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	1.202	1,85%
Free Float	27.654	43,57%	21.189	32,77%
Total de ações	63.461	100,00%	64.663	100,00%

19.2. Cancelamento de ações em tesouraria

Em 06 de fevereiro de 2025, foi concluído o cancelamento de 1.201.600 ações que estavam mantidas em tesouraria, em conformidade com as normas regulatórias. As ações canceladas haviam sido anteriormente adquiridas no âmbito do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração em 01 de julho de 2022.

A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração realizada em 03 de fevereiro de 2025, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404.

19.3. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital.

19.4. Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/1976. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve o reconhecimento de dividendos mínimos no valor de R\$3.015. No primeiro trimestre de 2025 a Companhia reconheceu um complemento de dividendos de R\$9.044 totalizando um valor total a ser distribuído de R\$12.059. O montante total foi integralmente distribuído ao longo do exercício de 2025. Não haverá distribuição adicional de dividendos, em razão do prejuízo acumulado apurado pela Companhia nesse mesmo exercício.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

19.5. Reserva para subvenção de investimentos

Os incentivos fiscais concedidos pelo Estado da Bahia são considerados subvenções para investimentos, dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o valor de reserva de subvenção para investimento em aumento de capital social. O saldo foi utilizado 100% para aumento de capital da companhia.

As movimentações das subvenções foram registradas da seguinte forma:

	Subvenção de Investimento		
	Sudene	Crédito Presumido	Total
Saldo em 31 dezembro de 2023	16.317	77.397	93.714
Adição	-	15.164	15.164
Saldo em 31 dezembro de 2024	16.317	92.561	108.878
Baixa	(16.317)	(92.561)	(108.878)
Adição	-	29.286	29.286
Saldo em 31 dezembro de 2025	-	29.286	29.286

19.6. Reserva de retenção de lucros

A Companhia constitui Reserva de retenção de lucros sobre o montante do lucro líquido do exercício não distribuído nos termos do § 4º (Artigo 202 da Lei nº 6.404), e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 deverão ser distribuídos como dividendos.

19.7. Resultado por Ação

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(191.723)	28.657
Média ponderada das ações no exercício	62.863	63.786
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (*)	(3,0498)	0,4493

(*) A Companhia não possui ações com potenciais de diluição do resultado por ação.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(213.418)	40.737	(212.687)	41.969
Despesa referente ao IRPJ E CSLL sobre o lucro - Alíquota nominal de 34%	72.562	(13.851)	72.314	(14.269)
Adições / (Exclusões):				
Despesas Indedutíveis	(1.977)	(224)	(1.977)	(224)
Baixa contas a receber indedutíveis (*)	(43.863)	-	(43.863)	-
Equivalência Patrimonial	(3.211)	1.546	-	-
Incentivos fiscais	-	(1.536)	-	(1.536)
Outros	(1.816)	1.985	(3.492)	2.717
IR/CS Total	21.695	(12.080)	21.241	(13.312)
Imposto de Renda corrente e Contribuição social corrente	(525)	(22.232)	(783)	(23.464)
Imposto de Renda diferido e contribuição social diferido	22.220	10.152	22.024	10.152
Alíquota Efetiva do IR/CS	-10,17%	-29,65%	-9,99%	-31,72%
Saldo inicial de imposto de renda e contribuição social diferido	42.792	32.640	42.988	32.860
Saldo final de imposto de renda e contribuição social diferido	65.012	42.792	65.012	43.012
Varição de IRPJ e CSLL diferido	22.220	10.152	22.024	10.152

(*) O valor refere-se à parcela indedutível da baixa de contas a receber realizada, no montante total de R\$ 262 milhões, dos quais R\$ 129 milhões de base, ou seja, R\$ 43,8 milhões não são dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social.

21. Transações e saldos com partes relacionadas

Remuneração dos Administradores

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Remuneração da diretoria executiva e conselheiros (fixa e variável)	4.212	4.560
Total	4.212	4.560

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nossos Conselheiros e Diretores não receberam qualquer remuneração variável, incluindo benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com a Companhia, as quais foram realizadas em preços e condições negociados entre as partes, são como segue:

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

21. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos Administradores--Continuação

	Controladora	
	2025	2024
Ativo		
Mútuo partes relacionadas - Panamá (a)	550	619
Franchising	-	382
Total	550	1.001
	2025	2024
Passivo		
Mútuo partes relacionadas - WDC US (a)	-	3.405
Total	-	3.405
	2025	2024
Resultado		
Remuneração avalistas	-	8
Total	-	8

- (a) Refere-se a contratos de mútuo celebrados com partes relacionadas, especificamente com as subsidiárias WDC Panamá e WDC US. O saldo do mútuo junto à WDC Panamá foi objeto de capitalização no exercício de 2026, com a consequente conversão do crédito em investimento e não gerou juros no período.

Contrato de locação com partes relacionadas junto a PDV Industrialização de Equipamentos Eletrônicos Ltda.

Modalidade	2025			2024		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Locação Imóvel	801	801	789	1.448	1.490	742
	801	801	789	1.448	1.490	742

As locações não possuem previsão contratual para aplicação de juros, sendo reajustados apenas nas renovações ou mediante aditivos. As transações são realizadas em condições acordadas entre as partes. Os contratos estão abrangidos pela norma IFRS 16 e, portanto, os montantes são apresentados nas rubricas de "Passivos de arrendamentos" e "Direito de uso" (Nota 16). A PDV não é consolidada na Companhia.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

22. Receita de contrato com cliente

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas	624.509	560.720	661.628	619.021
Receita bruta de locação	373.429	358.573	373.429	358.573
Receita bruta	997.938	919.293	1.035.057	977.594
(-) Impostos sobre o faturamento	(141.594)	(117.413)	(142.271)	(117.413)
(-) Devoluções	(20.931)	(22.300)	(20.937)	(22.300)
Receita líquida	835.413	779.580	871.847	837.881

23. Custos das vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo de mercadorias vendidas	(394.899)	(372.264)	(429.307)	(413.792)
Custos com depreciação	(188.228)	(194.757)	(188.228)	(194.757)
Custos de importação e frete	(7.265)	(7.412)	(7.265)	(7.417)
Baixa de créditos de impostos estaduais	(6.991)	-	(6.991)	-
Custos com pessoal	(2.434)	(4.707)	(2.434)	(4.707)
Serviços prestados pessoa jurídica	(86)	(379)	(86)	(636)
Outros custos	(1.064)	(373)	(972)	(373)
Custos Totais	(600.967)	(579.892)	(635.283)	(621.682)

24. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(57.451)	(57.024)	(61.372)	(66.034)
Frete e armazenagem	(15.535)	(17.585)	(15.535)	(17.786)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.342	(23.523)	66.491	(24.148)
Perdas efetivas com contas a receber	(262.747)	-	(262.747)	-
Marketing e publicidade	(6.238)	(4.290)	(6.599)	(4.382)
Representação comercial	(17.000)	(13.333)	(17.000)	(13.333)
Viagens e estadias	(2.582)	(3.361)	(2.630)	(3.525)
Despesas tributárias	(7.071)	(8.796)	(7.072)	(8.797)
Provisão para obsolescência de estoques	183	6.198	(6.435)	6.198
Serviços prestados pessoa jurídica	(15.206)	(18.114)	(15.206)	(18.952)
Depreciação e amortização	(2.903)	(3.600)	(3.022)	(3.692)
Conservação e reparo	(1.308)	(1.864)	(1.308)	(1.864)
Despesas de consumo	(7.639)	(5.070)	(7.639)	(8.662)
Baixa de imobilizado	(30.227)	-	(30.227)	-
Crédito de PIS e COFINS	1.070	5.112	1.070	11.310
Outras receitas/despesas operacionais	(4.086)	(3.183)	(4.085)	(3.183)
	(361.398)	(148.433)	(373.318)	(156.850)
Despesas gerais e administrativa	(81.378)	(76.224)	(89.456)	(81.763)
Despesas comerciais	(234.646)	(62.092)	(236.752)	(63.174)
Outras despesas operacionais	(45.374)	(10.117)	(47.110)	(11.913)

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras	57.070	112.910	58.633	113.120
Variação cambial	5.985	6.462	6.756	6.735
Descontos obtidos	13.705	2.407	13.705	2.407
Ajustes a valor justo de instrumentos derivativos	153	6.727	153	6.727
Juros ativos	19.446	88.022	19.593	88.023
Rendimentos de investimento de curto prazo	17.679	4.548	17.839	4.580
Ajuste a valor presente – AVP	96	2.104	96	2.104
Outras receitas financeiras	6	2.640	491	2.544
Despesas financeiras	(134.092)	(127.975)	(134.566)	(130.500)
Variação cambial	(3.497)	(19.273)	(3.600)	(21.463)
Ajustes a valor justo de instrumentos derivativos	(750)	(704)	(750)	(704)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(92.084)	(72.946)	(92.113)	(72.946)
Remuneração avalistas	-	(54)	-	(54)
Descontos concedidos	(13.130)	(5.631)	(13.128)	(5.631)
IOF e IR	(16.494)	(4.522)	(16.543)	(4.522)
Despesas bancárias	(1.723)	(1.872)	(2.009)	(2.207)
AVP contas a receber/fornecedores	(81)	(19.860)	(81)	(19.860)
Outras despesas financeiras	(6.333)	(3.113)	(6.342)	(3.113)
Resultado Financeiro	(77.022)	(15.065)	(75.933)	(17.380)

26. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

26. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre riscos--Continuação

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade em conta corrente disponíveis para utilização imediata através de contas garantidas, empréstimos bancários derivativos e mútuos com partes relacionadas.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia possui empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência dessas transações, a Companhia está exposta ao risco de dívidas referenciadas em CDI.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia) e empréstimos em moeda estrangeira.

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia realiza operações de derivativos (swap) que consistem em converter para R\$ o fluxo de caixa de certas dívidas em US\$ referentes a contratos de empréstimos e financiamentos, com taxas indexadas principalmente ao CDI. Em 2025 a posição de derivativo (SWAP) foi totalmente liquidada.

A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de compras de mercadorias com fornecedores estrangeiros, as quais se espera que ocorram dentro do período de 12 meses desde a realização da compra até a quitação da *invoice* do fornecedor.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

26. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo

Para ativos e passivos reconhecidos nas informações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício de divulgação. Quando aplicável, os avaliadores externos serão envolvidos na avaliação de ativos e passivos significativos.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela administração, após discussão com a administração e respectiva aprovação dela recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

Normalmente, há rodízio de avaliadores a cada três anos. A administração decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Em cada data de reporte, a administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins desta análise, a administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia também comparam cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como seus respectivos valores de mercado, estão divulgados a seguir:

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

26. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

	Hierarquia de valor justo	Classificação	Valor contábil		Valor justo	
			2025	2024	2025	2024
Ativo (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	171.983	102.030	171.983	102.030
Contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	416.653	577.304	416.653	577.304
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	-	749	-	749
Partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	550	1.001	550	1.001
Total			589.186	681.084	589.186	681.084
Passivo (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	58.371	108.786	58.371	108.786
Empréstimos e financiamentos e debentures	Nível 2	Custo amortizado	615.643	580.037	615.643	580.037
Passivo de arrendamentos	Nível 2	Custo amortizado	6.779	10.376	6.779	10.376
Partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	-	3.405	-	3.405
Outras obrigações	Nível 2	Custo amortizado	22.689	46.911	22.689	46.911
Total			703.482	749.515	703.482	749.515

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Não houve transferências entre níveis da hierarquia durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

26. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

c) Mudanças nos passivos e patrimônio líquido de atividades de financiamento

	Consolidado										
	Em 31 de dezembro de 2024	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Varição cambial e/ou juros passivos	Encargos	Operações com Vendor	Duplicata Descontada	Novos contratos de dívida	Baixa de contratos	Integralização de capital	Em 31 de dezembro de 2025
Empréstimos e financiamentos e debêntures	580.037	(171.446)	(93.680)	743	92.084	11.690	37.259	158.956		-	615.643
Passivo de arrendamento	10.376	(3.307)	-	-	730	-		496	(1.681)	-	6.614
Partes relacionadas	3.405	(3.405)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

26. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira, equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos bem como as operações com risco na taxa de juros classificados em equivalentes de caixa, debêntures e empréstimos, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras (Banco Central), foi obtida a projeção da moeda estrangeira, CDI para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como cenário provável, a partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenários II e III), 50% (cenários I e IV). Para cada cenário foi apresentado a seguir o novo saldo contábil considerando a taxa de stress:

Consolidado (Valores em R\$/mil)

Operação	Variável de risco	2025	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Caixa e Equivalentes de caixa	CDI	171.983	195.558	160.195	154.301	201.452	207.346
Banco do Brasil	CDI	(43.750)	(51.122)	(40.064)	(38.221)	(52.965)	(54.808)
Banco Itaú Unibanco	CDI	(345.447)	(405.589)	(315.376)	(300.340)	(420.625)	(435.660)
Caixa Econômica	CDI	(100.125)	(116.896)	(91.739)	(87.547)	(121.088)	(125.281)
Banco Safra	CDI	(40.130)	(41.133)	(39.628)	(39.377)	(41.384)	(41.635)
Banco Daycoval – Finimp	CDI	(10.744)	(11.371)	(10.431)	(10.275)	(11.528)	(11.684)
Banco Safra – Finimp	CDI	(8.955)	(9.492)	(8.686)	(8.552)	(9.626)	(9.761)
Operações Vendor	Pré-fixada	(31.606)	(32.048)	(31.385)	(31.274)	(32.159)	(32.270)
Duplicata Descontada	Pré-fixada	(34.886)	(35.350)	(34.654)	(34.538)	(35.466)	(35.582)

Indexador	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
(i) CDI	13,71%	6,85%	10,28%	17,14%	20,56%
(i) CDI - Banco do Brasil	16,85%	8,43%	12,64%	21,06%	25,28%
(i) CDI - Itaú	17,41%	8,71%	13,06%	21,76%	26,12%
(i) CDI - Caixa Econômica	16,75%	8,38%	12,56%	20,94%	25,13%
(i) CDI - Daycoval	5,83%	2,92%	4,37%	7,29%	8,75%
(i) CDI - Safra	2,50%	1,25%	1,88%	3,13%	3,75%
(i) CDI - Safra Finimp	6,00%	3,00%	4,50%	7,50%	9,00%
Taxa pré-fixada - Vendor	1,40%	0,70%	1,05%	1,75%	2,10%
Taxa pré-fixada - Duplicata Descontada	1,33%	0,67%	1,00%	1,66%	2,00%

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

26. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

e) Gestão de Capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios às partes interessadas, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face à manutenção da liquidez e de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.

A Companhia monitora a estrutura do capital com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total, e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	615.643	580.037
Passivo de arrendamento	6.779	10.376
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(171.983)	(102.030)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos	-	(749)
Dívida Líquida	450.439	487.634
Patrimônio Líquido	466.360	665.846
Capital total (patrimônio líquido e dívida líquida)	916.799	1.153.480
Índice de alavancagem financeira %	49%	42%

27. Informações por segmento

A Companhia apresenta seus resultados por segmento para melhor acompanhamento e tomada de decisões, e são segregados em canais: ISP e Integradores.

Os canais possuem diferentes dinâmicas de atendimento, onde tipos de produtos e modelos de negócios.

O canal de ISP compreende o mercado de consumo em geral, abrangendo soluções nas áreas de segurança eletrônica, automação predial e residencial, áudio e vídeo profissional, painéis de LED, entre outras. As vendas realizadas por este canal ocorrem de forma direta, refletindo a atuação da Companhia junto ao consumidor final.

O canal de Integradores é direcionado ao mercado B2B (business to business), contemplando igualmente soluções em segurança eletrônica, automação predial e residencial, áudio e vídeo profissional, painéis de LED, entre outras. Nesse caso, as vendas são efetivadas por intermédio de integradores, que atuam como parceiros estratégicos na implementação das soluções junto aos clientes corporativos.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

27. Informações por segmento--Continuação

Saldo consolidado do resultado por canal

	ISP		Integrador Seg & Na		Integrador de Cyber Segurança		Áudio e vídeo		Total	Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita Líquida	512.033	524.058	115.371	87.412	104.491	90.199	139.952	136.212	871.847	837.881
Custo das vendas	(376.378)	(382.079)	(85.880)	(72.126)	(78.263)	(59.929)	(94.762)	(107.548)	(635.283)	(621.682)
Lucro bruto	135.655	141.979	29.491	15.286	26.228	30.270	45.190	28.664	236.564	216.199

Saldo consolidado do patrimônio por segmento

	ISP		Integrador Seg & Na		Integrador de Cyber Segurança		Áudio e vídeo		Total	Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Total do Ativo	681.259	955.797	148.104	102.904	131.717	203.775	226.944	192.964	1.188.024	1.455.435
Total do Passivo + PL	681.141	945.954	148.138	104.930	131.748	207.788	226.997	196.763	1.188.024	1.455.435

a) *Informações sobre concentração de clientes*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui qualquer cliente que represente individualmente 10% ou mais das vendas consolidadas da Companhia. Analisando individualmente os segmentos, temos: (i) no segmento ISP, um cliente representou 5,8% do total do segmento (2,8% do consolidado); e (ii) no segmento de integradores no segmento de Áudio & Vídeo, um cliente representou 5,3% do total do segmento (1,0% do consolidado); e (iii) no segmento de integradores de T.I, um cliente representou 5,5% do total do segmento (0,8% do consolidado); e (iiii) no segmento de integradores de Seg. e Na, um cliente representou 7,6% do total do segmento (1,3% do consolidado).

b) *Informações geográficas*

	Subsidiárias no país		Subsidiárias no exterior	
	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	835.413	779.580	36.434	58.301
Ativo total	1.183.495	1.442.072	4.529	13.363

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

28. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A cobertura de seguros abrange a Matriz fabril estabelecida no Polo Industrial de Ilhéus e Filial comercial estabelecida em São Paulo, capital. Os valores de cobertura não foram auditados.

A cobertura em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está apresentada abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Danos materiais	75.965	136.715
Responsabilidade Civil	15.100	30.100
Outros	2.213	30
Total	93.278	166.845

29. Eventos subsequentes

Em 13 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou contrato de Emissão de notas comerciais escriturais com o Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com o objetivo de reforço de capital de giro e reestruturação de passivos financeiros. A operação possui prazo de vencimento em 26 de janeiro de 2030, com encargos financeiros atrelados a CDI+2,5% a.a., e não está sujeita ao cumprimento de cláusulas contratuais restritivas (covenants).

WDC

NETWORKS

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

ATRIBUIÇÕES

O Comitê de Auditoria Estatutário da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, submetendo-se à legislação e regulamentações aplicáveis, em especial ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e ao seu Regimento Interno.

De acordo com o Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria Estatutário: I. opinar sobre a contratação ou destituição dos Auditores Independentes da Companhia; II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais; III. acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos; IV. avaliar e monitorar a exposição de Riscos da Companhia; V. avaliar e recomendar à Administração a criação ou aprimoramento das Políticas Internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas, e VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, utilizando procedimentos específicos para a proteção do prestador e a confidencialidade da informação.

ATIVIDADES

Atualmente, o Comitê de Auditoria Estatutário é formado por um membro independente do Conselho de Administração, na qualidade de Coordenador do Comitê e dois membros independentes adicionais, de caráter externo, ambos com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Durante o exercício de 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário reuniu-se 10 (dez) vezes para a execução de suas atividades, tendo sido disponibilizado a seus membros o livre acesso aos órgãos da Companhia, bem como a seus executivos, além de contar com a presença dos representantes dos Auditores Independentes, sempre que necessário.

CONCLUSÃO

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regimentais, com as limitações naturais no alcance de sua atuação, procederam ao exame das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório anual da Administração e da proposta para a destinação dos resultados.

Com base em sua análise efetuada e considerando o relatório da Auditoria Independente sem ressalvas, apresentado pela Ernst & Young Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima pelos membros do Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 30 de março de 2026

Edmar Prado Lopes Neto
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Luiz Alberto de Castro Falleiros
Roberto Vertamatti
Membros do Comitê de Auditoria Estatutário

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Possuímos uma Política da Remuneração de Administradores Política de Remuneração a qual foi formalmente aprovada em 16 de fevereiro de 2021, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso website (ri.wdcnet.com.br) e fisicamente em nossa sede social.

A Política de Remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, membros dos comitês, e os membros do Conselho Fiscal, este último quando e se instalado, é, ou será, em se tratando dos membros do Conselho Fiscal, coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar nossa eficiência, o objetivo de nossa Política de Remuneração é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar nossos colaboradores.

As diretrizes que norteiam nossa prática de remuneração são: (i) a remuneração ser balizada conforme boas práticas de mercado, alinhada com a estratégia e impacto da contratação no negócio, visando atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às nossas diversas necessidades.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Conselho de Administração

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por uma remuneração mensal, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao nosso. Adicionalmente, a Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas

e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membros do Comitê.

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores. Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, poderão fazer jus ao acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade.

Os Diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, que permite a Companhia oferecer retribuição pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a nossa situação financeira.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Os Diretores, assim como todos nossos colaboradores que exercem cargos de gestão são elegíveis ao programa de Bônus da Companhia, que está atrelado à entrega das metas orçamentárias e operacionais. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilitam aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

Nossos Diretores estatutários e não-estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Auxílio Combustível; (iii) Vale Refeição; (iv) Ajuda de Custo Mobilidade; (v) Seguro de Vida; e (vi) Estacionamento.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado. Se e quando instalado, terá sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

Comitês

Os membros do Conselho de Administração que venham a integrar comitês de assessoramento poderão fazer jus a uma remuneração adicional pelo exercício do cargo no referido comitê, conforme definido pelo Conselho de Administração.

Os membros externos que integram os Comitês de Assessoramento, especificamente o Comitê de Auditoria, faz jus a uma remuneração fixa mensal cujo montante é definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política de Remuneração.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos administradores considerando as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional destes. Ademais, realizamos pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, a qual abrange tanto para a remuneração fixa mensal, recebida a título de pró-labore, quanto a remuneração variável e baseada em ações. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas dos que atuam no mesmo setor que no nosso, além de companhias de porte semelhante ao nosso, e buscamos identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia, avaliando se a remuneração paga condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico-financeira.

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;**

A divisão em lotes anuais, a existência de períodos de carência, bem como de exercício condicionado a decurso de tempo fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

O Plano incentiva a realização do plano de crescimento e manutenção de seus principais diretores, empregados ou colaboradores, cujo comprometimento e direção no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;**

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios (2023, 2024 e 2025):

Exercício 2025	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício 2024	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício 2023	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
-----------------------	-------------------------	-----------------------------	-------------------------------------	--------------

Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste;**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à Assembleia Geral.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos colaboradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com as práticas de mercado.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários da Companhia leva em consideração metas individuais e metas de desempenho financeiro pela Companhia, definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. As metas individuais são objetivas e estão ligadas ao desempenho de tarefas ou conclusão de projetos específicos de cada área, podendo estar relacionadas ao fechamento de determinados negócios, atingimento de melhorias operacionais, novos lançamentos de produtos ou canais de vendas, entre outros.

Já as metas de desempenho da Companhia são auferidos, principalmente, pelo Retorno sobre o Patrimônio Líquido (Return on Equity ROE) da Companhia, podendo incluir outras métricas específicas a critério do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração não é impactada por indicadores de desempenho.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia analisa a sua performance e o desempenho de seus administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são: i) o incentivo à melhoria de nossa gestão; ii) a permanência de nossos executivos; e iii) o incentivo aos colaboradores obterem melhores resultados, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Companhia possui membros do conselho de administração que também são os controladores, membros que representam seus acionistas controladores.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Determinados Diretores e outros colaboradores que exercem cargos de gestão na Companhia, celebraram contratos com a Companhia que preveem o recebimento de uma remuneração extraordinária mediante a ocorrência de um evento de liquidez (alteração do controle societário ou realização de oferta pública inicial de ações da Companhia), conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de janeiro de 2019 e aditado conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021. O valor da remuneração que os

colaboradores fizeram jus foi calculado com base na variação do valor histórico das ações de emissão da Companhia (em abril de 2017 ou no momento que o colaborador passou a trabalhar na Companhia) e o valor das ações na data da ocorrência do evento de liquidez.

Em agosto de 2021, após a conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia, foi pago o valor de R\$20,4 milhões aos Diretores e colaboradores que haviam celebrado o contrato com a Companhia, sendo que, deste valor, R\$15,5 milhões já estavam provisionados pela Companhia.

8.2 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) em relação ao bônus: i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; e) em relação à participação no resultado: i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2026 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	4	-	11
Nº de membros remunerados	3	4	-	7
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	708.000,00	4.845.000,00	-	5.553.000,00
Benefícios direto e indireto	-	1.011.134,00	-	1.011.134,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	74.800,00	228.000,00	-	302.800,00
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020 .	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	-	-

Remuneração variável	-	580.000,00	-	580.000,00
Bônus	-	2.175.400,00	-	2.175.400,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	R\$ 782.800,00	R\$ 8.839.534,00	R\$ •	R\$ 9.622.334,00

Remuneração total do Exercício corrente 31/12/2025 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2,6	-	8,2
Nº de membros remunerados	2	2,6	-	4,6
Remuneração fixa anual	-	-	-	-

Salário ou pró-labore	580.833,00	4.472.697,00	-	5.053.530,00
Benefícios direto e indireto	-	608.655,00	-	608.655,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	115.400,00	263.417,00	-	378.817,00
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020 .	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	-	-
Remuneração variável	-	540.000,00	-	540.000,00
Bônus	-	1.436.715,00	-	1.436.715,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	R\$ 696.233,00	R\$ 7.294.484,00	R\$ •	R\$ 7.990.717,00

--	--	--	--	--

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	2	3	-	5
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	613.750,00	4.176.748,77	-	4.790.498,77
Benefícios direto e indireto	-	404.208,00	-	404.208,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	122.750,00	1.138.446,79	-	1.261.196,79
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	-	-
Remuneração variável	-	300.000,00	-	300.000,00

Bônus	-	1.111.700,00	-	1.111.700,00
Participação de resultados	-	36.825,00	-	36.825,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	R\$ 736.500,00	R\$ 7.167.928,56	R\$ •	R\$ 7.904.428,56

Outros: encargos

Remuneração no Exercício encerrado em 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	2	2,5	-	4,5
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	524.000,00	3.945.701,00	-	4.469.701,00

Benefícios direto e indireto	-	316.183,17	-	316.183,17
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	104.800,00	1.246.353,95	-	1.351.153,95
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	0,00	-	0,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã o do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	R\$ 644.800,00	R\$ 5.508.238,12	R\$ •	R\$ 6.153.038,12

8.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social previsto (2026):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	4	-	11
Nº de membros remunerados	3	4	-	7
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	2.175.400,00	-	2.175.400,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	2.175.400,00	-	2.175.400,00
Participação nos Resultados		173.750,00		173.750,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	-	•	-
Remuneração baseada em ações	-	-	•	-

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2025):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6	2,6	-	8,2
Nº de membros remunerados	2	2,6	-	4,6
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	1.436.715,00	-	1.436.715,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	1.436.715,00	-	1.436.715,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	-	•	-
Remuneração baseada em ações	-	-	•	-

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2024):

	Conselho de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--	--------------------	------------------------------	------------------------	--------------

	Administração			
Número total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	2	3	-	5
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	3.722.575,00	-	3.722.575,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	3.722.575,00	-	3.722.575,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	-	•	-
Remuneração baseada em ações	-	-	•	-

Remuneração variável no exercício social encerrado em 31/12/2023:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	2	4	-	6

Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	2.479.664,00	-	2.479.664,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	2.479.664,00	-	2.479.664,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	0,00	•	0,00
Remuneração baseada em ações	-	0,00	•	0,00

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de uma quantidade alvo de Ações Restritas aos Beneficiários aprovados pelo Conselho de Administração, sendo que a quantidade final de Ações Restritas a que o Beneficiário fará jus efetivamente dependerá do cumprimento de determinadas condições e critérios estabelecidos neste Plano e detalhados no respectivo Contrato de Outorga, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses da Companhia e de seus acionistas aos interesses dos Beneficiários; (c) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia atrair, estimular e manter os Beneficiários nos quadros da Companhia; e (e) conceder incentivos de longo prazo aos Beneficiários visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários e diretores não estatutários, executivos/ gerentes e eventuais colaboradores, em posição de comando e liderança da Companhia, que sejam aprovados pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, conforme recomendados pelo Comitê, caso este último esteja constituído ("Beneficiários").

Os requisitos para a eleição dos Beneficiários serão estabelecidos pelo Conselho de Administração, de acordo com os critérios que julgar necessários para concretização do Plano, após a recomendação realizada pelo Comitê, caso este último esteja constituído.

Em periodicidade no mínimo anual, o Comitê, caso tenha sido constituído, recomendará ao Conselho de Administração da Companhia o nome de Beneficiários potencialmente elegíveis a participar do Plano. Caberá ao Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, aprovar e definir os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas as respectivas quantidades alvo de Ações Restritas ("Quantidade Alvo").

A outorga da Quantidade Alvo e, conseqüentemente, das Ações Restritas, será formalizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, nos quais estarão devidamente previstas as métricas utilizadas para a definição da Quantidade Alvo, incluindo o formato para a correspondente compensação em dinheiro. Fica desde já estabelecido que a Quantidade Alvo estará balizada com base em uma faixa de percentual mínima de remuneração de mercado paga para o cargo ocupado pelo Beneficiário contemplado.

A outorga das Ações Restritas, e a correspondente compensação em dinheiro, somente se darão com o implemento das condições e prazos previstos neste Plano e nos Contratos de Outorga, de modo que a outorga do direito em si não garante ao Beneficiário quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do recebimento do seu correspondente valor em dinheiro.

3.5 A Quantidade Alvo e as condições para a sua outorga não serão, necessariamente, iguais para todos os Beneficiários, nem por equidade ou equiparação, nem as Ações Restritas incluídas

neste Plano serão, necessariamente, divididas pro rata entre os Beneficiários, sendo o percentual de Ações Restritas, bem como as condições para sua outorga, objeto de definição em cada Contrato de Outorga firmado com o respectivo Beneficiário, fixados segundo critérios adotados pelo Conselho de Administração.

b. Data de aprovação e órgão responsável

Em 30 de março de 2026 foi aprovado, pelo Conselho de Administração da Companhia, o *“Plano de Outorga de Ações Restritas”* (*“Plano”*), para sua submissão e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 30 de abril de 2026.

c. número máximo de ações abrangidas

O percentual agregado de Ações Restritas a serem atribuídas aos Beneficiários sob todos os Contratos de Outorga celebrados no âmbito deste Plano não poderá exceder a 3% (três por cento) da totalidade do capital social da Companhia.

Para satisfazer a outorga das Ações Restritas aos Beneficiários, a Companhia, sujeita à lei e a regulamentação aplicável, liquidará a entrega das Ações Restritas em dinheiro. A Companhia descontará e reterá, do valor correspondente em dinheiro, quaisquer tributos aplicáveis à operação. Isto é, não existirá a entrega efetiva de ações aos Beneficiários, mas sim o recebimento do valor em dinheiro correspondente às Ações Restritas.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

e. Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração, anualmente ou quando julgar conveniente, aprovará, com base na recomendação do Comitê, os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas as Ações Restritas nos termos deste Plano, fixando, nos termos dos respectivos Contratos de Outorga, a Quantidade Alvo para cada Beneficiário e as condições para aquisição dos direitos relacionados às Ações Restritas outorgadas, nomeadamente, a correspondente compensação em dinheiro.

Independentemente das particularidades e exigências previstas em cada Contrato de Outorga, todos os Beneficiários estarão sujeitos a critérios comuns e cumulativos para a aquisição do pleno direito ao recebimento do valor em dinheiro correspondente às Ações Restritas: (a) o atingimento

de meta da Companhia em relação ao lucro líquido de determinado exercício social ("Meta da Companhia – Outorga"); (b) o atingimento de metas individuais que serão anual e oportunamente individualizadas em relação a determinado exercício social ("Metas Individuais" e, em conjunto com a Meta da Companhia – Outorga, "Metas de Desempenho"), sendo certo que, quando do atingimento das Metas de Desempenho, será o momento a partir do qual ficará estabelecida a Data de Outorga; e, ato subsequente, (c) o cumprimento dos Períodos de *Vesting*.

Observado o atingimento da Meta da Companhia – Outorga e, cumulativamente, as Metas Individuais, o Beneficiário fará jus a um determinado percentual da Quantidade Alvo e, portanto, às Ações Restritas:

Atingimento da Meta da Companhia – Outorga	Metas Individuais	Percentual da Quantidade Alvo a que o Beneficiário fará jus
Menor que 80%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	0%
Entre 80% e 110%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	80% a 110%, proporcional ao atingimento.
Acima de 110%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	A critério do Conselho de Administração.

Observado os demais requisitos e condições previstos nos respectivos Contratos de Outorga, o atingimento das Metas de Desempenho impactará diretamente o percentual da Quantidade Alvo de Ações Restritas a ser efetivamente outorgada aos Beneficiários, e será sempre apurado até abril do exercício social subsequente.

Os Períodos de *Vesting* são os períodos mínimos nos quais os Beneficiários deverão manter sua relação jurídica para com a Companhia, a partir da Data de Outorga, períodos nos quais passarão a fazer jus efetivamente aos direitos conferidos pelas Ações Restritas, conforme cronograma indicado abaixo ("Períodos de Vesting"):

Períodos (em meses), a partir da Data de Outorga	Percentual da Quantidade Alvo

12	25%
24	25%
36	50%

Os Períodos de *Vesting* considerar-se-ão cumpridos de forma pro rata mensal ao período transcorrido, observado o previsto no capítulo referente às Regras de Saída do Beneficiário.

Diante do cumprimento de cada Período de *Vesting*, o Beneficiário terá até 02 (dois) anos para comunicar à Companhia a sua intenção no recebimento da compensação em dinheiro referente às Ações Restritas vestidas, sempre observado o prazo máximo de vigência do seu respectivo Contrato de Outorga, que será a data limite para a aferição da compensação em dinheiro das Ações Restritas as quais faz jus ("Manifestação do Beneficiário").

A Manifestação do Beneficiário será formalizada por intermédio de envio, pelo Beneficiário à Companhia, de comunicação escrita, na forma prevista no Contrato de Outorga, devendo a notificação: (i) ser assinada pelo Beneficiário (ou, se aplicável, pelo seu sucessor ou herdeiro); (ii) indicar o número de Ações Restritas cujo valor correspondente em dinheiro pretende receber; e (iii) indicar a conta corrente de titularidade do Beneficiário para a realização do devido depósito. O envio da comunicação prevista nesta Cláusula será interpretado como uma manifestação irrevogável e irreatável do Beneficiário para receber a compensação em dinheiro das Ações Restritas na quantidade informada, e observados os termos e condições deste Plano e do respectivo Contrato de Outorga.

Diante do recebimento da Manifestação do Beneficiário, a Companhia, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, deverá entregar ao Beneficiário o valor em dinheiro correspondente às referidas Ações Restritas outorgadas ("Entrega da Remuneração"), mediante depósito, em moeda corrente nacional, na conta corrente indicada pelo Beneficiário.

Quando da Entrega da Remuneração, a Companhia será a responsável por realizar as devidas retenções de tributos.

O direito ao recebimento do correspondente valor em dinheiro das Ações Restritas nos termos do Plano extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o distrato do Contrato de Outorga; (ii) se a Companhia tiver sua falência decretada; ou (iii) nas hipóteses previstas na Cláusula 9 do Plano.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano terá caráter remuneratório e, portanto, não implicará em custos para o Beneficiário para aquisição ou exercício de opção.

Atingidas as Metas de Desempenho e os respectivos Períodos de *Vesting*, o preço de referência por Ação Restrita, para fins deste Plano e dos respectivos Contratos de Outorga, inclusive para o cálculo do pagamento em dinheiro, corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 nos 30 (trinta) pregões anteriores aos seguintes momentos: (i) da delimitação da Quantidade Alvo; e (ii) da efetiva Entrega da Remuneração (conforme definido no Plano).

g. Critérios para fixação do prazo de exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos Contratos de Outorga, todos os Beneficiários estarão sujeitos a critérios comuns e cumulativos para a aquisição do pleno direito ao recebimento do valor em dinheiro correspondente às Ações Restritas: (a) o atingimento de meta da Companhia em relação ao lucro líquido de determinado exercício social ("Meta da Companhia – Outorga"); (b) o atingimento de metas individuais que serão anual e oportunamente individualizadas em relação a determinado exercício social ("Metas Individuais" e, em conjunto com a Meta da Companhia – Outorga, "Metas de Desempenho"), sendo certo que, quando do atingimento das Metas de Desempenho, será o momento a partir do qual ficará estabelecida a Data de Outorga (conforme definido no Plano); e, ato subsequente, (c) o cumprimento dos Períodos de *Vesting* (conforme definido no Plano).

Diante do cumprimento de cada Período de *Vesting*, o Beneficiário terá até 02 (dois) anos para comunicar à Companhia a sua intenção no recebimento da compensação em dinheiro referente às Ações Restritas vestidas, sempre observado o prazo máximo de vigência do seu respectivo Contrato de Outorga, que será a data limite para a aferição da compensação em dinheiro das Ações Restritas as quais faz jus ("Manifestação do Beneficiário").

O Prazo de *Vesting* foi fixado em diretrizes de mercado consideradas adequadas para manutenção do Beneficiário no quadro de colaboradores da Companhia, proporcional à perspectiva de crescimento econômico da Companhia que se imagina factível neste período.

h. Forma de liquidação

Caso sejam cumpridas as Metas de Desempenho e os Períodos de *Vesting*, a Companhia, sujeita à lei e a regulamentação aplicável, liquidará a entrega das Ações Restritas em dinheiro. A Companhia descontará e reterá, do valor correspondente em dinheiro, quaisquer tributos aplicáveis à operação.

O preço de referência por Ação Restrita, para fins do Plano e dos respectivos Contratos de Outorga, inclusive para o cálculo do pagamento em dinheiro previsto no Plano, corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 nos 30 (trinta) pregões anteriores aos seguintes momentos: (i) da delimitação da Quantidade Alvo; e (ii) da efetiva Entrega da Remuneração (conforme definido no Plano).

i. Restrições à transferência das ações

Não aplicável, visto que o Plano não prevê a entrega efetiva das ações, mas sim a correspondente compensação financeira em dinheiro.

Os direitos e obrigações decorrentes do Plano e de cada Contrato de Outorga não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, pelos Beneficiários ou pela Companhia, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte, exceto na hipótese de sucessão.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e terá vigência por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Companhia, garantindo-se os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos, incluindo, mas sem limitação, os Contratos de Outorga firmados.

Os respectivos Contratos de Outorga firmados irão vigorar pelo período máximo de 05 (cinco) anos contados das respectivas Datas de Eficácia (conforme definido no Plano).

Cada Contrato de Outorga deverá prever a rescisão antecipada, de forma automática, independentemente de qualquer comunicação entre o Beneficiário e a Companhia, caso o Beneficiário deixe de prestar serviços à Companhia por qualquer razão, incluindo, sem limitação, em razão de pedido de demissão, renúncia, dispensa com ou sem Justa Causa, falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria do Beneficiário, devendo ser observadas, no entanto, as regras de saída do Beneficiário previstas na Cláusula 9 do Plano, nos termos que vierem a ser definidos nos Contratos de Outorga.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, nas hipóteses de: (i) destituição ou rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços com Justa Causa; ou (ii) pedido de demissão ou renúncia do Beneficiário do cargo então ocupado, o Beneficiário poderá exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da Saída do Beneficiário, mediante Manifestação do Beneficiário, todas as Ações Restritas cujos Períodos de *Vesting* tenham sido integralmente cumprido. O percentual das Ações Restritas que não tenham sido vestidas nos Períodos de *Vesting*, ou tenham sido vestidas de forma *pro rata basis*, serão canceladas, não fazendo o Beneficiário jus a indenização de qualquer natureza.

Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, nas hipóteses de destituição ou rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços sem *Justa Causa*, o Beneficiário poderá exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da Saída do Beneficiário, mediante Manifestação do Beneficiário, todas as Ações Restritas cujos Períodos de *Vesting* tenham sido cumpridos, inclusive de forma *pro rata basis*. O percentual das Ações Restritas que não tenham sido vestidos no Período de *Vesting*, serão canceladas, não fazendo o Beneficiário jus a indenização de qualquer natureza.

Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, nas hipóteses de: (i) aposentadoria sem continuidade do trabalho; ou (ii) invalidez permanente, o Beneficiário poderá exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da Saída do Beneficiário, mediante Manifestação do Beneficiário ou por meio de representação dos seus herdeiros, sucessores ou representantes legais, todas as Ações Restritas a ele outorgadas no âmbito do Contrato de Outorga, independentemente do cumprimento dos Períodos de *Vesting*, que serão antecipados para todos os efeitos de fato e de direito.

Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, na hipótese de falecimento do Beneficiário, os seus herdeiros e/ou sucessores poderão exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da conclusão do inventário, todas as Ações Restritas a ele outorgadas no âmbito do Contrato de Outorga, independentemente do cumprimento dos Períodos de *Vesting*, que serão antecipados para todos os efeitos de fato e de direito.

Para fins do presente Plano, "Justa Causa" significa (a) inadimplemento de qualquer das obrigações do Beneficiário previstas em lei no que tange as suas responsabilidades para com a Companhia e/ou no correspondente Contrato de Outorga; (b) não cumprimento, pelo Beneficiário, de orientação do Conselho de Administração ou Diretoria da Companhia (ou dos acionistas da Companhia, conforme aplicável); (c) caracterização do estado de insolvência civil do Beneficiário ou protestos reiterados de títulos contra o Beneficiário; (d) qualquer ato de improbidade ou desídia praticado pelo Beneficiário (ou comprovadamente ao seu mando) no desempenho das suas atividades; (e) inadimplemento de qualquer das obrigações do Beneficiário prevista em qualquer outro instrumento ou contrato celebrado pelo Beneficiário com a Companhia e/ou qualquer subsidiária direta ou indireta da Companhia e/ou sociedades investidas direta ou indiretamente pela Companhia; (f) exercício de quaisquer atividades concorrentes ou conflitantes com as atividades exercidas pela Companhia ou suas subsidiárias diretas e/ou indiretas; e (g) caso o Beneficiário deixe de se dedicar, de forma habitual e exclusiva, à Companhia e/ou suas subsidiárias diretas e/ou indiretas.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses da Companhia serão melhor atendidos por tal medida, estabelecer regras diversas das previstas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que não cause prejuízo ao Beneficiário em questão, garantindo-se os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos.

Para evitar quaisquer dúvidas, as hipóteses previstas acima para exercício das Ações Restritas a que o Beneficiário e/ou herdeiros e/ou sucessores, conforme o caso, fazem jus, serão, necessariamente, entregues pela Companhia mediante a devida compensação em dinheiro.

8.5 - Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, considerando que nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve o pagamento de remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

Exercício Social 2026 - Previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A
i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2025			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A

i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	3,00	8,00
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A
i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	2,5	7,50
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A

preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A
i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício Social 2026 - Previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A
i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2025			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A
i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A

iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	3,00	8,00
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A
i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	2,5	7,50
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A
i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A

iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Atualmente, não existem opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária nos termos do presente item.

Exercício Social 2026 - Previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

Exercício Social 2025			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

Exercício social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	3	8
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

Exercício Social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	2,5	7,5
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Exercício Social 2026 - Previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2025			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
--	-----	-----	-----

Exercício Social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	3	8
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	2,5	7,5
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
--	-----	-----	-----

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Em 30 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o “Plano de Outorga de Ações Restritas”, e que será submetido para aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2026, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses da Companhia e de seus acionistas aos interesses dos Beneficiários; (c) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia atrair, estimular e manter os Beneficiários nos quadros da Companhia; e (e) conceder incentivos de longo prazo aos Beneficiários visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

O Plano aprovado pela Companhia não prevê a entrega efetiva de ações aos colaboradores. Neste contexto, não há que se falar em entrega efetiva de ações ou opções emitidas pela Companhia. O Plano aprovado prevê, sujeito ao atendimento de determinadas condicionantes, o pagamento atrelado ao valor da ação da Companhia quando do momento da manifestação do Beneficiário para o seu recebimento. Nesse momento, a Companhia deverá realizar a efetiva compensação financeira, com base nas Ações Restritas (conforme definido no Plano) efetivamente vinculadas ao Beneficiário que cumpriu o previsto no Plano e detalhado no respectivo Contrato de Outorga (conforme definido no Plano).

Exercício Social 2026 - Previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	2	2
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2025			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	1	1
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	3	8
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	2,5	7,5
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em 30 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o “Plano de Outorga de Ações Restritas”, e que será submetido para aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2026, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses da Companhia e de seus acionistas aos interesses dos Beneficiários; (c) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia atrair, estimular e manter os Beneficiários nos quadros da Companhia; e (e) conceder incentivos de longo prazo aos Beneficiários visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

O Plano aprovado pela Companhia não prevê a entrega efetiva de ações aos colaboradores. Neste contexto, não há que se falar em entrega efetiva de ações ou opções emitidas pela Companhia. O Plano aprovado prevê, sujeito ao atendimento de determinadas condicionantes, o pagamento atrelado ao valor da ação da Companhia quando do momento da manifestação do Beneficiário para o seu recebimento. Nesse momento, a Companhia deverá realizar a efetiva compensação financeira, com base nas Ações Restritas (conforme definido no Plano) efetivamente vinculadas ao Beneficiário que cumpriu o previsto no Plano e detalhado no respectivo Contrato de Outorga (conforme definido no Plano).

Exercício Social 2026 - Previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	2	2
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

Exercício Social 2025			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	1	1
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	3	8
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A

prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	2,5	7,5
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Em 30 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o “Plano de Outorga de Ações Restritas”, e que será submetido para aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2026, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses da Companhia e de seus acionistas aos interesses dos Beneficiários; (c) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia atrair, estimular e manter os Beneficiários nos quadros da Companhia; e (e) conceder incentivos de longo prazo aos Beneficiários visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

O Plano aprovado pela Companhia não prevê a entrega efetiva de ações aos colaboradores. Neste contexto, não há que se falar em entrega efetiva de ações ou opções emitidas pela Companhia. O Plano aprovado prevê, sujeito ao atendimento de determinadas condicionantes, o pagamento atrelado ao valor da ação da Companhia quando do momento da manifestação do Beneficiário para o seu recebimento. Nesse momento, a Companhia deverá realizar a efetiva compensação financeira, com base nas Ações Restritas (conforme definido no Plano) efetivamente vinculadas ao Beneficiário que cumpriu o previsto no Plano e detalhado no respectivo Contrato de Outorga (conforme definido no Plano).

Exercício Social 2026 - Previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	2	2
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2025			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	1	1
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	3	8
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

Exercício Social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	2,5	7,5
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

Para definir a quantidade Alvo de Ações Restritas outorgada ao Beneficiário, a Companhia buscou enquadrar a sua remuneração dentro da faixa das 50% (cinquenta por cento) até as 75% (setenta e cinco por cento) melhores remunerações de mercado pagas para o cargo ocupado pelo Beneficiário, valendo-se da Outorga das Ações Restritas, e da consequente compensação em dinheiro, para complementar o valor necessário para alcançar a equiparação desejada.

Independentemente das particularidades e exigências previstas em cada Contrato de Outorga, todos os Beneficiários estarão sujeitos a critérios comuns e cumulativos para a aquisição do pleno direito ao recebimento do valor em dinheiro correspondente às Ações Restritas: (a) o atingimento de meta da Companhia em relação ao lucro líquido de determinado exercício social ("Meta da Companhia – Outorga"); (b) o atingimento de metas individuais que serão anual e oportunamente individualizadas em relação a determinado exercício social ("Metas Individuais" e, em conjunto com a Meta da Companhia – Outorga, "Metas de Desempenho"), sendo certo que, quando do atingimento das Metas de Desempenho, será o momento a partir do qual ficará estabelecida a Data de Outorga (conforme defina no Plano); e, ato subsequente, (c) o cumprimento dos Períodos de *Vesting*.

Observado o atingimento da Meta da Companhia – Outorga e, cumulativamente, as Metas Individuais, o Beneficiário fará jus a um determinado percentual da Quantidade Alvo e, portanto, às Ações Restritas. O preço de referência por Ação Restrita, para fins deste Plano e dos respectivos Contratos de Outorga, inclusive para o cálculo do pagamento em dinheiro, corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 nos 30 (trinta) pregões anteriores aos seguintes momentos: (i) da delimitação da Quantidade Alvo; e (ii) da efetiva Entrega da Remuneração (conforme definido no Plano).

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Verificar resposta do item 8.12, "a. Modelo de precificação".

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Verificar resposta do item 8.12, "a. Modelo de precificação".

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Verificar resposta do item 8.12, "a. Modelo de precificação".

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Verificar resposta do item 8.12, "a. Modelo de precificação".

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

31/12/2025	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do Capital Social
Conselho de Administração (1)	Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Ação ordinária	22.933.400	36,138%
Diretoria			0	0%
Conselho Fiscal			0	0%
Total			22.933.400	36,138%

(1) Para evitar duplicidade neste item, os membros do Conselho de Administração que também fizessem parte da Diretoria, foram contabilizados apenas como membros do Conselho de Administração.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Exercício social 2026 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
nome do plano	N/A	N/A	N/A
quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A
condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2025			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
nome do plano	N/A	N/A	N/A

quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A
condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
nome do plano	N/A	N/A	N/A
quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A
condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A

valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação o conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

	Diretoria			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/ 2025	31/12/ 2024	31/12/ 2023	31/12/ /2025	31/12/ 2024	31/12/ 2023	31/12/ /2025	31/12/2 023	31/12/ /2022
Nº de membros	4	3	3	7	5	5	-	-	-
Nº de membros remunerados	4	3	2,5	3	3	3	-	-	-
Valor da maior remuneração individual (Reais)	3.996.625,00	3.993.600,00	3.677.198,40	300.000,00	300.000,00	300.000,00	-	-	-
Valor da menor remuneração individual (Reais)	952.787,00	360.531,00	500.428,50	300.000,00	300.000,00	300.000,00	-	-	-
Valor médio da remuneração individual (Reais)	2.954.706,00	1.741.983,00	1.533.883,13	300.000,00	300.000,00	300.000,00	-	-	-

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO	
31/12/2025	4 (quatro) membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social.
31/12/2024	3 (três) membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social.
31/12/2023	3 (três) membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social.

Observação: CONSELHO FISCAL	
31/12/2025	O Conselho Fiscal não foi instalado.
31/12/2024	O Conselho Fiscal não foi instalado.
31/12/2023	O Conselho Fiscal não foi instalado.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Nos termos de nossa Política de Remuneração de Administradores, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela cessação do cargo a esses Diretores.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata apólice de seguro de Responsabilidade Civil para administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores, enquanto estiverem no exercício de seus cargos, e desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício social previsto em 31 de dezembro de 2026:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	79%
Conselho Fiscal	0%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social em 31 de dezembro de 2025:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	76%
Conselho Fiscal	0%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social em 31 de dezembro de 2024:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	69%
Conselho Fiscal	0%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	57%
Conselho Fiscal	0%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Este item não é aplicável, considerando que, nos últimos três exercícios sociais, não houve quaisquer valores pagos a título de remuneração para membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária por outra razão que não a função que ocupam nestes órgãos.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, considerando que nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve o pagamento de remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.



8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia informa que as informações prestadas nos itens da Seção 8 deste Formulário de Referência apresentam as informações individuais da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

ANEXO F

INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS DA COMPANHIA

(Anexo B à Resolução CVM nº 81/2022)

1. Fornecer cópia do plano proposto

O Plano encontra-se anexo à Proposta de Administração como Anexo G.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

- a. Potenciais Beneficiários

São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários e diretores não estatutários, executivos/ gerentes e eventuais colaboradores, em posição de comando e liderança da Companhia, que sejam aprovados pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, conforme recomendados pelo Comitê, caso este último esteja constituído ("Beneficiários").

Os requisitos para a eleição dos Beneficiários serão estabelecidos pelo Conselho de Administração, de acordo com os critérios que julgar necessários para concretização do Plano, após a recomendação realizada pelo Comitê, caso este último esteja constituído.

- b. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

- c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O percentual agregado de Ações Restritas a serem atribuídas aos Beneficiários sob todos os Contratos de Outorga celebrados no âmbito deste Plano não poderá exceder a 3% (três por cento) da totalidade do capital social da Companhia.

Para satisfazer a outorga das Ações Restritas aos Beneficiários, a Companhia, sujeita à lei e a regulamentação aplicável, liquidará a entrega das Ações Restritas em dinheiro. A Companhia descontará e reterá, do valor correspondente em dinheiro, quaisquer tributos aplicáveis à operação.

- d. Condições de aquisição

O Conselho de Administração, anualmente ou quando julgar conveniente, aprovará, com base na recomendação do Comitê, os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas as Ações Restritas nos termos deste Plano, fixando, nos termos dos respectivos Contratos de Outorga, a Quantidade Alvo para cada Beneficiário e as condições para aquisição dos direitos relacionados às Ações Restritas outorgadas, nomeadamente, a correspondente compensação em dinheiro.

Independentemente das particularidades e exigências previstas em cada Contrato de Outorga, todos os Beneficiários estarão sujeitos a critérios comuns e cumulativos para a aquisição do pleno direito ao recebimento do valor em dinheiro correspondente às Ações Restritas: (a) o atingimento de meta da Companhia em relação ao lucro líquido de determinado exercício social ("Meta da Companhia – Outorga"); (b) o atingimento de metas individuais que serão anual e oportunamente individualizadas em relação a determinado exercício social ("Metas Individuais" e, em conjunto com a Meta da Companhia – Outorga, "Metas de Desempenho"), sendo certo que, quando do atingimento das Metas de Desempenho, será o momento a partir do qual ficará estabelecida a Data de Outorga; e, ato subsequente, (c) o cumprimento dos Períodos de *Vesting*.

Observado o atingimento da Meta da Companhia – Outorga e, cumulativamente, as Metas Individuais, o Beneficiário fará jus a um determinado percentual da Quantidade Alvo e, portanto, às Ações Restritas:

Atingimento da Meta da Companhia – Outorga	Metas Individuais	Percentual da Quantidade Alvo a que o Beneficiário fará jus
Menor que 80%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	0%
Entre 80% e 110%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	80% a 110%, proporcional ao atingimento.
Acima de 110%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	A critério do Conselho de Administração.

Observado os demais requisitos e condições previstos nos respectivos Contratos de Outorga, o atingimento das Metas de Desempenho impactará diretamente o percentual da Quantidade Alvo de Ações Restritas a ser efetivamente outorgada aos Beneficiários, e será sempre apurado até abril do exercício social subsequente.

Os Períodos de *Vesting* são os períodos mínimos nos quais os Beneficiários deverão manter sua relação jurídica para com a Companhia, a partir da Data de Outorga, períodos nos quais passarão a fazer jus efetivamente aos direitos conferidos pelas Ações Restritas, conforme cronograma indicado abaixo ("Períodos de Vesting"):

Períodos (em meses), a partir da Data de Outorga	Percentual da Quantidade Alvo
12	25%
24	25%
36	50%

Os Períodos de *Vesting* considerar-se-ão cumpridos de forma *pro rata* mensal ao período transcorrido, observado o previsto no capítulo referente às Regras de Saída do Beneficiário.

Diante do cumprimento de cada Período de *Vesting*, o Beneficiário terá até 02 (dois) anos para comunicar à Companhia a sua intenção no recebimento da compensação em dinheiro referente às Ações Restritas vestidas, sempre observado o prazo máximo de vigência do seu respectivo Contrato de Outorga, que será a data limite para a aferição da compensação em dinheiro das Ações Restritas as quais faz jus ("Manifestação do Beneficiário").

A Manifestação do Beneficiário será formalizada por intermédio de envio, pelo Beneficiário à Companhia, de comunicação escrita, na forma prevista no Contrato de Outorga, devendo a notificação: (i) ser assinada pelo Beneficiário (ou, se aplicável, pelo seu sucessor ou herdeiro); (ii) indicar o número de Ações Restritas cujo valor correspondente em dinheiro pretende receber; e (iii) indicar a conta corrente de titularidade do Beneficiário para a realização do devido depósito. O envio da comunicação será interpretado como uma manifestação irrevogável e irretratável do Beneficiário para receber a compensação em dinheiro das Ações Restritas na quantidade informada, e observados os termos e condições deste Plano e do respectivo Contrato de Outorga.

Diante do recebimento da Manifestação do Beneficiário, a Companhia, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, deverá entregar ao Beneficiário o valor em dinheiro correspondente às referidas Ações Restritas outorgadas ("Entrega da Remuneração"), mediante depósito, em moeda corrente nacional, na conta corrente indicada pelo Beneficiário.

Quando da Entrega da Remuneração, a Companhia será a responsável por realizar as devidas retenções de tributos.

O direito ao recebimento do correspondente valor em dinheiro das Ações Restritas nos termos do Plano extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o distrato do Contrato de Outorga; (ii) se a Companhia tiver sua falência decretada; ou (iii) nas hipóteses previstas na Cláusula 9 do Plano.

e. Crítérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

O Plano terá caráter remuneratório e, portanto, não implicará em custos para o Beneficiário para aquisição ou exercício de opção.

Atingidas as Metas de Desempenho e os respectivos Períodos de *Vesting*, o preço de referência por Ação Restrita, para fins deste Plano e dos respectivos Contratos de Outorga, inclusive para o cálculo do pagamento em dinheiro, corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 nos 30 (trinta) pregões anteriores aos seguintes momentos: (i) da delimitação da Quantidade Alvo; e (ii) da efetiva Entrega da Remuneração (conforme definido no Plano).

f. Crítérios para fixação do prazo de exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos Contratos de Outorga, todos os Beneficiários estarão sujeitos a critérios comuns e cumulativos para a aquisição do pleno direito ao recebimento do valor em dinheiro correspondente às Ações Restritas: (a) o atingimento de meta da Companhia em relação ao lucro líquido de determinado exercício social ("Meta da Companhia – Outorga"); (b) o atingimento de metas individuais que serão anual e oportunamente individualizadas em relação a determinado exercício social ("Metas Individuais" e, em conjunto com a Meta da Companhia – Outorga, "Metas de Desempenho"), sendo certo que, quando do atingimento das Metas de Desempenho, será o momento a partir do qual ficará estabelecida a Data de Outorga (conforme definido no Plano); e, ato subsequente, (c) o cumprimento dos Períodos de *Vesting* (conforme definido no Plano).

Diante do cumprimento de cada Período de *Vesting*, o Beneficiário terá até 02 (dois) anos para comunicar à Companhia a sua intenção no recebimento da compensação em dinheiro referente às Ações Restritas vestidas, sempre observado o prazo máximo de vigência do seu respectivo Contrato de Outorga, que será a data limite para a aferição da compensação em dinheiro das Ações Restritas as quais faz jus ("Manifestação do Beneficiário").

O Prazo de *Vesting* foi fixado em diretrizes de mercado consideradas adequadas para manutenção do Beneficiário no quadro de colaboradores da Companhia, proporcional à perspectiva de crescimento econômico da Companhia que se imagina factível neste período.

g. Forma de liquidação de opções

Não aplicável, uma vez que o Plano não prevê a outorga de opções.

Não obstante, caso sejam cumpridas as Metas de Desempenho e os Períodos de *Vesting*, a Companhia, sujeita à lei e a regulamentação aplicável, liquidará a entrega das Ações Restritas em dinheiro. A Companhia descontará e reterá, do valor correspondente em dinheiro, quaisquer tributos aplicáveis à operação.

O preço de referência por Ação Restrita, para fins do Plano e dos respectivos Contratos de Outorga, inclusive para o cálculo do pagamento em dinheiro previsto na Cláusula 4.2 do Plano, corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 nos 30 (trinta) pregões anteriores aos seguintes momentos: (i) da delimitação da Quantidade Alvo; e (ii) da efetiva Entrega da Remuneração (conforme definido no Plano).

h. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e terá vigência por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Companhia, garantindo-se os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos, incluindo, mas sem limitação, os Contratos de Outorga firmados.

Os respectivos Contratos de Outorga firmados irão vigorar pelo período máximo de 05 (cinco) anos contados das respectivas Datas de Eficácia (conforme definido no Plano).

Cada Contrato de Outorga deverá prever a rescisão antecipada, de forma automática, independentemente de qualquer comunicação entre o Beneficiário e a Companhia, caso o Beneficiário deixe de prestar serviços à Companhia por qualquer razão, incluindo, sem limitação, em razão de pedido de demissão, renúncia, dispensa com ou sem Justa Causa, falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria do Beneficiário, devendo ser observadas, no entanto, as regras de saída do Beneficiário previstas na Cláusula 9 do Plano, nos termos que vierem a ser definidos nos Contratos de Outorga.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a. Os principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de uma quantidade alvo de Ações Restritas aos Beneficiários aprovados pelo Conselho de Administração, sendo que a quantidade final de Ações Restritas a que o Beneficiário fará jus efetivamente dependerá do cumprimento

de determinadas condições e critérios estabelecidos neste Plano e detalhados no respectivo Contrato de Outorga, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses da Companhia e de seus acionistas aos interesses dos Beneficiários; (c) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia atrair, estimular e manter os Beneficiários nos quadros da Companhia; e (e) conceder incentivos de longo prazo aos Beneficiários visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

b. A forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribui para os objetivos acima na medida em que promove o alinhamento dos interesses dos Beneficiários com a geração de resultados sustentáveis de médio e longo prazo, em consonância com os interesses da Companhia e de seus acionistas, prevendo ainda a concessão de incentivos atrelados ao desempenho e aos resultados alcançados pela Companhia.

c. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano é complementar à remuneração dos Beneficiários e integra a política de remuneração da Companhia, ao alinhar os objetivos e interesses de médio e longo prazo dos Beneficiários com os da Companhia. Contribui, assim, para a sustentabilidade dos negócios, atividades e resultados, bem como para a retenção de talentos, estando em linha com as práticas de mercado e de companhias do mesmo segmento de atuação.

d. Como o plano alinha os interesses dos Beneficiários e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano tem o intuito de alinhar os interesses de longo prazo entre os colaboradores da Companhia e seus acionistas. A melhoria de desempenho decorrente do maior engajamento e do senso de responsabilidade incentivado pelo Plano tende a refletir na geração de resultados e no crescimento da Companhia, constituindo também importante ferramenta para a atração e retenção de profissionais-chave para o negócio.

4. Estimar as despesas da Companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

A estimativa das despesas decorrentes do Plano foi elaborada em conformidade com o CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações (equivalente ao IFRS 2), que estabelece o reconhecimento contábil de transações com instrumentos patrimoniais, e com as diretrizes da Resolução CVM nº 81/2022.

A estimativa inicial para as Ações Restritas foi calculada com base na cotação atual das ações, R\$ 2,47 (dois reais e quarenta e sete centavos) por ação, considerando o percentual de 3% (três por cento) da totalidade do capital social da Companhia, correspondente a 1.903.843,89 ações, conforme indicado no Plano, resultando em um valor bruto estimado de R\$ 4.702.494,41 (quatro milhões, setecentos e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos), ao longo do período de vigência.

Ressalta-se que o valor efetivo a ser reconhecido contabilmente dependerá de: (i) Quantidade Alvo (conforme definido no Plano) efetivamente outorgadas, sujeitas aos Períodos de *Vesting*; (ii) Variação do preço da ação da Companhia em cada Data de Outorga (conforme definido no Plano); (iii) Encargos fiscais e tributários incidentes sobre as operações, conforme legislação vigente à época do reconhecimento; (iv) Não atendimento das Metas de Desempenho e cumprimento dos Períodos de *Vesting* por parte dos Beneficiários.

PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS

O presente "*Plano de Outorga de Ações Restritas*" ("Plano") é regido pelas disposições abaixo e pela legislação aplicável.

1. Definições

1.1 As palavras, expressões e abreviações, no singular ou no plural, com as letras iniciais maiúsculas, terão os significados a elas atribuídos a seguir, exceto se expressamente indicado de outra forma neste Plano ou se o contexto for incompatível com qualquer significado aqui indicado:

"Ações Restritas" significa as ações ordinárias de emissão da Companhia, outorgadas aos Beneficiários e sujeitas às restrições previstas no presente Plano e no respectivo Contrato de Outorga;

"B3" significa B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;

"Beneficiários" tem o significado que lhe foi atribuído na Cláusula 3.1 do presente Plano;

"Comitê" significa o comitê criado ou indicado para assessorar o Conselho de Administração na administração do Plano, conforme o caso;

"Companhia" significa a LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, inscrita no CNPJ sob o nº 05.917.486/0001-40;

"Conselho de Administração" significa o Conselho de Administração da Companhia;

"Contrato de Outorga" significa o instrumento particular de outorga de Ações Restritas celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, por meio do qual a Companhia prevê a outorga da Ações Restritas ao Beneficiário e o formato para a correspondente compensação em dinheiro;

"Data de Eficácia" significa a data em que os Contratos de Outorga passarão a produzir amplos e gerais efeitos em relação ao Beneficiário e a Companhia, isto é: a partir do atingimento da Meta da Companhia - Outorga e das Metas Individuais;

"Data de Outorga" salvo se de outra forma expressamente previsto neste Plano, ou no Contrato de Outorga, significa, em relação às Ações Restritas outorgadas a cada um dos

Beneficiários, a Data de Eficácia dos respectivos Contratos de Outorga por meio dos quais tais Ações Restritas forem efetivamente outorgadas ao Beneficiário;

“Saída do Beneficiário” significa o término da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia, por qualquer motivo, incluindo, sem limitação, a renúncia, destituição, substituição ou o término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, conforme oportunamente detalhado neste Plano;

“Entrega da Remuneração” tem o significado que lhe foi atribuído na Cláusula 7.7 do presente Plano;

“Justa Causa” tem o significado que lhe foi atribuído na Cláusula 9.5 do presente Plano;

“Manifestação do Beneficiário” tem o significado que lhe foi atribuído na Cláusula 7.5 do presente Plano;

“Meta da Companhia - Outorga” tem o significado que lhe foi atribuído na Cláusula 7.2 do presente Plano;

“Períodos de Vesting” tem o significado que lhe foi atribuído na Cláusula 7.4 do presente Plano;

“Partes” significa Beneficiário em conjunto com a Companhia.; e

“Quantidade Alvo” tem o significado que lhe foi atribuído na Cláusula 3.2 do presente Plano.

2. Objetivos do Plano

2.1 O Plano tem por objetivo permitir a outorga de uma quantidade alvo de Ações Restritas aos Beneficiários aprovados pelo Conselho de Administração, sendo que a quantidade final de Ações Restritas a que o Beneficiário fará jus efetivamente dependerá do cumprimento de determinadas condições e critérios estabelecidos neste Plano e detalhados no respectivo Contrato de Outorga, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses da Companhia e de seus acionistas aos interesses dos Beneficiários; (c) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia atrair, estimular e manter os Beneficiários nos quadros da Companhia; e (e) conceder incentivos de longo prazo aos Beneficiários visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

3. Beneficiários e Outorga de Ações Restritas

3.1 São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários e diretores não estatutários, executivos/ gerentes e eventuais colaboradores, em posição de comando e liderança da Companhia, que sejam aprovados pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, conforme recomendados pelo Comitê, caso este último esteja constituído ("Beneficiários").

3.1.1. Os requisitos para a eleição dos Beneficiários serão estabelecidos pelo Conselho de Administração, de acordo com os critérios que julgar necessários para concretização do Plano, após a recomendação realizada pelo Comitê, caso este último esteja constituído.

3.2 Em periodicidade no mínimo anual, o Comitê, caso tenha sido constituído, recomendará ao Conselho de Administração da Companhia o nome de Beneficiários potencialmente elegíveis a participar deste Plano. Caberá ao Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, aprovar e definir os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas as respectivas quantidades alvo de Ações Restritas ("Quantidade Alvo").

3.3 A outorga da Quantidade Alvo e, conseqüentemente, das Ações Restritas, será formalizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, nos quais estarão devidamente previstas as métricas utilizadas para a definição da Quantidade Alvo, incluindo o formato para a correspondente compensação em dinheiro. Fica desde já estabelecido que a Quantidade Alvo estará balizada com base em uma faixa de percentual mínima de remuneração de mercado paga para o cargo ocupado pelo Beneficiário contemplado.

3.4 A outorga das Ações Restritas, e a correspondente compensação em dinheiro, somente se darão com o implemento das condições e prazos previstos neste Plano e nos Contratos de Outorga, de modo que a outorga do direito em si não garante ao Beneficiário quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do recebimento do seu correspondente valor em dinheiro.

3.5 A Quantidade Alvo e as condições para a sua outorga não serão, necessariamente, iguais para todos os Beneficiários, nem por equidade ou equiparação, nem as Ações Restritas incluídas neste Plano serão, necessariamente, divididas *pro rata* entre os Beneficiários, sendo o percentual de Ações Restritas, bem como as condições para sua outorga, objeto de definição em cada Contrato de Outorga firmado com o respectivo Beneficiário, fixados segundo critérios adotados pelo Conselho de Administração.

4. Ações Restritas incluídas no Plano

4.1 O percentual agregado de Ações Restritas a serem atribuídas aos Beneficiários sob todos os Contratos de Outorga celebrados no âmbito deste Plano não poderá exceder a 3% (três por cento) da totalidade do capital social da Companhia.

4.2 Para satisfazer a outorga das Ações Restritas aos Beneficiários, a Companhia, sujeita à lei e regulamentação aplicável, liquidará a entrega das Ações Restritas em dinheiro. A Companhia descontará e reterá, do valor correspondente em dinheiro, quaisquer tributos aplicáveis à operação.

4.3 Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga das Ações Restritas decorrentes do presente Plano, nos termos do artigo 171, § 3º, da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e/ou de sua correspondente liquidação financeira.

4.4 Se o percentual de Ações Restritas for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações, grupamentos ou desdobramentos, eventual conversão de ações de uma espécie ou classe em outra, conforme aplicável, ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, aumento de capital social, recebimento em rodada de captação, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes no presente Plano e nos Contratos de Outorga aplicáveis de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

5. Administração do Plano

5.1 O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que será assessorado pelo Comitê, caso, por faculdade do Conselho de Administração, seja criado. O Comitê será um órgão de assessoramento do Conselho de Administração, indicado e constituído por este, para assessorá-lo na administração do Plano, especialmente na recomendação de Beneficiários elegíveis. Para evitar quaisquer dúvidas, não obstante a constituição e existência do Comitê, toda e, qualquer decisão final relacionada ao Plano, caberá exclusivamente ao Conselho de Administração.

5.2 Na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes, respeitadas as diretrizes expressas neste Plano, para a organização e administração do Plano e para as outorgas das Ações Restritas, incluindo, mas sem limitação, os poderes de:

- (i) Estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos;
- (ii) Tomar todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano, inclusive no que se refere à interpretação, detalhamento e aplicação das normas gerais ora estabelecidas;
- (iii) Estabelecer condições diferenciadas entre os Beneficiários;

(iv) Aprovar, dentre as pessoas elegíveis e recomendadas pelo Comitê, caso constituído, para participar do presente Plano, aqueles que serão os Beneficiários; e

(v) Aprovar os Contratos de Outorga a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, observadas as determinações deste Plano.

5.3 No exercício de sua competência, o Conselho de Administração e/ou o Comitê, conforme o caso, estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ou de qualquer outro órgão ou entidade com jurisdição sobre a Companhia, no estatuto social da Companhia e neste Plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada as pessoas elegíveis para participar do Plano, ainda que se encontrem em situação idêntica ou similar, de forma que o Conselho de Administração não estará obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todas as pessoas elegíveis da Companhia as condições que, a seu exclusivo critério, entendam aplicáveis apenas a alguma ou algumas de tais pessoas. O Conselho de Administração poderá, ainda, a seu exclusivo critério, estabelecer termos e condições especiais para casos excepcionais, inclusive mediante aditamento ou novação de obrigações de um Contrato de Outorga em vigor, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos demais Beneficiários no âmbito deste Plano, nem os princípios básicos do Plano. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Beneficiários.

5.4 As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas ao Plano, sendo certo que, nos exatos termos das referidas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração, a Companhia celebrará os Contratos de Outorga necessários para efetivar as outorgas das Ações Restritas e a correspondente liquidação em dinheiro.

5.5 Nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, excetuados os ajustes e/ou aditamentos já expressamente permitidos pelo Plano e ou pelo Contrato de Outorga, (i) aumentar o percentual de Ações Restritas passível de outorga, conforme estabelecido na Cláusula 4.1 acima; ou (ii) sem o consentimento do Beneficiário, alterar ou prejudicar quaisquer obrigações ou direitos definidos em qualquer Contrato de Outorga.

6. Preço de Referência das Ações Restritas

6.1 O preço de referência por Ação Restrita, para fins deste Plano e dos respectivos Contratos de Outorga, inclusive para o cálculo do pagamento em dinheiro previsto na Cláusula 4.2 acima, corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 nos 30 (trinta) pregões anteriores aos seguintes momentos: (i) da delimitação da Quantidade Alvo; e (ii) da efetiva Entrega da Remuneração (termo abaixo definido).

7. Condições para o recebimento das Ações Restritas e a correspondente compensação em dinheiro

7.1 O Conselho de Administração, anualmente ou quando julgar conveniente, aprovará, com base na recomendação do Comitê, os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas as Ações Restritas nos termos deste Plano, fixando, nos termos dos respectivos Contratos de Outorga, a Quantidade Alvo para cada Beneficiário e as condições para aquisição dos direitos relacionados às Ações Restritas outorgadas, nomeadamente, a correspondente compensação em dinheiro.

7.2 Independentemente das particularidades e exigências previstas em cada Contrato de Outorga, todos os Beneficiários estarão sujeitos a critérios comuns e cumulativos para a aquisição do pleno direito ao recebimento do valor em dinheiro correspondente às Ações Restritas: (a) o atingimento de meta da Companhia em relação ao lucro líquido de determinado exercício social ("Meta da Companhia – Outorga"); (b) o atingimento de metas individuais que serão anual e oportunamente individualizadas em relação a determinado exercício social ("Metas Individuais" e, em conjunto com a Meta da Companhia – Outorga, "Metas de Desempenho"), sendo certo que, quando do atingimento das Metas de Desempenho, será o momento a partir do qual ficará estabelecida a Data de Outorga; e, ato subsequente, (c) o cumprimento dos Períodos de *Vesting*.

7.3 Observado o atingimento da Meta da Companhia – Outorga e, cumulativamente, as Metas Individuais, o Beneficiário fará jus a um determinado percentual da Quantidade Alvo e, portanto, às Ações Restritas:

Atingimento da Meta da Companhia – Outorga	Metas Individuais	Percentual da Quantidade Alvo a que o Beneficiário fará jus
Menor que 80%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	0%
Entre 80% e 110%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	80% a 110%, proporcional ao atingimento.
Acima de 110%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	A critério do Conselho de Administração.

7.3.1 Observado os demais requisitos e condições previstos nos respectivos Contratos de Outorga, o atingimento das Metas de Desempenho impactará diretamente o percentual da Quantidade Alvo de Ações Restritas a ser efetivamente outorgada aos Beneficiários, e será sempre apurado até abril do exercício social subsequente.

7.4. Os Períodos de *Vesting* são os períodos mínimos nos quais os Beneficiários deverão manter sua relação jurídica para com a Companhia, a partir da Data de Outorga, períodos nos quais passarão a fazer jus efetivamente aos direitos conferidos pelas Ações Restritas, conforme cronograma indicado abaixo ("Períodos de *Vesting*"):

Períodos (em meses), a partir da Data de Outorga	Percentual da Quantidade Alvo
12	25%
24	25%
36	50%

7.4.1 Os Períodos de *Vesting* considerar-se-ão cumpridos de forma *pro rata* mensal ao período transcorrido, observado o previsto no capítulo referente às Regras de Saída do Beneficiário.

7.5 Diante do cumprimento de cada Período de *Vesting*, o Beneficiário terá até 02 (dois) anos para comunicar à Companhia a sua intenção no recebimento da compensação em dinheiro referente às Ações Restritas vestidas, sempre observado o prazo máximo de vigência do seu respectivo Contrato de Outorga, que será a data limite para a aferição da compensação em dinheiro das Ações Restritas as quais faz jus ("Manifestação do Beneficiário").

7.6 A Manifestação do Beneficiário será formalizada por intermédio de envio, pelo Beneficiário à Companhia, de comunicação escrita, na forma prevista no Contrato de Outorga, devendo a notificação: (i) ser assinada pelo Beneficiário (ou, se aplicável, pelo seu sucessor ou herdeiro); (ii) indicar o número de Ações Restritas cujo valor correspondente em dinheiro pretende receber; e (iii) indicar a conta corrente de titularidade do Beneficiário para a realização do devido depósito. O envio da comunicação prevista nesta Cláusula será interpretado como uma manifestação irrevogável e irretratável do Beneficiário para receber a compensação em dinheiro das Ações Restritas na quantidade informada, e observados os termos e condições deste Plano e do respectivo Contrato de Outorga.

7.7 Diante do recebimento da Manifestação do Beneficiário, a Companhia, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, deverá entregar ao Beneficiário o valor em dinheiro correspondente às referidas Ações Restritas outorgadas ("Entrega da Remuneração"),

mediante depósito, em moeda corrente nacional, na conta corrente indicada pelo Beneficiário.

7.8 Quando da Entrega da Remuneração, a Companhia será a responsável por realizar as devidas retenções de tributos, nos termos da Cláusula 11.10 abaixo.

7.9 O direito ao recebimento do correspondente valor em dinheiro das Ações Restritas nos termos do Plano extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o distrato do Contrato de Outorga; (ii) se a Companhia tiver sua falência decretada; ou (iii) nas hipóteses previstas na Cláusula 9 deste Plano.

8. Vigência

8.1 O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e terá vigência por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Companhia, garantindo-se os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos, incluindo, mas sem limitação, os Contratos de Outorga firmados.

8.2 Os respectivos Contratos de Outorga firmados irão vigorar pelo período máximo de 05 (cinco) anos contados das respectivas Datas de Eficácia.

8.3 Cada Contrato de Outorga deverá prever a rescisão antecipada, de forma automática, independentemente de qualquer comunicação entre o Beneficiário e a Companhia, caso o Beneficiário deixe de prestar serviços à Companhia por qualquer razão, incluindo, sem limitação, em razão de pedido de demissão, renúncia, dispensa com ou sem Justa Causa, falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria do Beneficiário, devendo ser observadas, no entanto, as regras de saída do Beneficiário previstas na Cláusula 9 abaixo, nos termos que vierem a ser definidos nos Contratos de Outorga.

9. Regras de Saída do Beneficiário

9.1 Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, nas hipóteses de: (i) destituição ou rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços com Justa Causa; ou (ii) pedido de demissão ou renúncia do Beneficiário do cargo então ocupado, o Beneficiário poderá exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da Saída do Beneficiário, mediante Manifestação do Beneficiário, todas as Ações Restritas cujos Períodos de *Vesting* tenham sido integralmente cumprido. O percentual das Ações Restritas que não tenham sido vestidas nos Períodos de *Vesting*, ou tenham sido vestidas de forma *pro rata basis*, serão canceladas, não fazendo o Beneficiário jus a indenização de qualquer natureza.

9.2 Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, nas hipóteses de destituição ou rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços sem Justa Causa, o Beneficiário poderá exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da Saída do Beneficiário, mediante Manifestação do Beneficiário, todas as Ações Restritas cujos Períodos de *Vesting* tenham sido cumpridos, inclusive de forma *pro rata basis*. O percentual das Ações Restritas que não tenham sido vestidos no Período de *Vesting*, serão canceladas, não fazendo o Beneficiário jus a indenização de qualquer natureza.

9.3 Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, nas hipóteses de: (i) aposentadoria sem continuidade do trabalho; ou (ii) invalidez permanente, o Beneficiário poderá exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da Saída do Beneficiário, mediante Manifestação do Beneficiário ou por meio de representação dos seus herdeiros, sucessores ou representantes legais, todas as Ações Restritas a ele outorgadas no âmbito do Contrato de Outorga, independentemente do cumprimento dos Períodos de *Vesting*, que serão antecipados para todos os efeitos de fato e de direito.

9.4 Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, na hipótese de falecimento do Beneficiário, os seus herdeiros e/ou sucessores poderão exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da conclusão do inventário, todas as Ações Restritas a ele outorgadas no âmbito do Contrato de Outorga, independentemente do cumprimento dos Períodos de *Vesting*, que serão antecipados para todos os efeitos de fato e de direito.

9.5 Para fins do presente Plano, "Justa Causa" significa (a) inadimplemento de qualquer das obrigações do Beneficiário previstas em lei no que tange as suas responsabilidades para com a Companhia e/ou no correspondente Contrato de Outorga; (b) não cumprimento, pelo Beneficiário, de orientação do Conselho de Administração ou Diretoria da Companhia (ou dos acionistas da Companhia, conforme aplicável); (c) caracterização do estado de insolvência civil do Beneficiário ou protestos reiterados de títulos contra o Beneficiário; (d) qualquer ato de improbidade ou desídia praticado pelo Beneficiário (ou comprovadamente ao seu mando) no desempenho das suas atividades; (e) inadimplemento de qualquer das obrigações do Beneficiário prevista em qualquer outro instrumento ou contrato celebrado pelo Beneficiário com a Companhia e/ou qualquer subsidiária direta ou indireta da Companhia e/ou sociedades investidas direta ou indiretamente pela Companhia; (f) exercício de quaisquer atividades concorrentes ou conflitantes com as atividades exercidas pela Companhia ou suas subsidiárias diretas e/ou indiretas; e (g) caso o Beneficiário deixe de se dedicar, de forma habitual e exclusiva, à Companhia e/ou suas subsidiárias diretas e/ou indiretas.

9.6 Não obstante o disposto nas Cláusulas 9.1 a 9.4 acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses da Companhia serão melhor atendidos por tal medida, estabelecer regras diversas das previstas nas Cláusulas

9.1 a 9.4 acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que não cause prejuízo ao Beneficiário em questão, garantindo-se os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos.

9.7. Para evitar quaisquer dúvidas, as hipóteses previstas neste Capítulo para exercício das Ações Restritas a que o Beneficiário e/ou herdeiros e/ou sucessores, conforme o caso, fazem jus, serão, necessariamente, entregues pela Companhia mediante a devida compensação em dinheiro.

10. Extinção

10.1 O Plano será extinto de pleno direito nas seguintes hipóteses: (i) exercício integral do Plano; (ii) distrato de todos os Contratos de Outorga firmados; e/ou (iii) dissolução, liquidação ou falência da Companhia.

11. Disposições Gerais

11.1. *Sucessores.* Os Contratos de Outorga a serem firmados com base neste Plano deverão obrigar sucessores, herdeiros e cessionários autorizados dos Beneficiários e da Companhia.

11.2. *Revisão.* Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de Ações Restritas, poderá levar à revisão integral do Plano.

11.3. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral.

11.4. *Reorganizações Societárias e/ou Alienação.* A outorga de Ações Restritas e as correspondentes compensações em dinheiro não impedirão a Companhia de realizar reorganizações societárias. No caso de reorganizações societárias relevantes da Companhia, o Conselho de Administração poderá, em comum acordo com o Beneficiário, renegociar os mecanismos, métricas e procedimentos do Plano e do Contrato de Outorga, visando manter o conceito e a essência quando de suas formalizações, sem prejuízo aos Beneficiários e à Companhia.

11.5. *Cessão.* Os direitos e obrigações decorrentes do Plano e de cada Contrato de Outorga não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, pelos Beneficiários ou pela Companhia, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte, exceto na hipótese de sucessão.

11.6. *Adesão.* A assinatura do respectivo Contrato de Outorga implicará na expressa aceitação de todos os termos do Plano e do respectivo Contrato de Outorga pelos Beneficiários e pela Companhia.

11.7. *Estabilidade na Relação de Trabalho.* Nenhuma disposição do Contrato de Outorga deverá conferir aos Beneficiários direitos com respeito à permanência como Diretor Estatutário, como empregado ou colaborador da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos dos Beneficiários ou da Companhia, ou de suas subsidiárias de interromper, a qualquer tempo, a relação jurídica mantida entre eles.

11.8. *Lei Aplicável.* Este Plano, assim como os respectivos Contratos de Outorga serão regidos de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e qualquer alteração significativa na legislação aplicável poderá levar à revisão integral destes documentos.

11.9. *Tributos.* A Companhia está autorizada a reter quaisquer tributos eventualmente incidentes sobre o Plano e as Ações Restritas outorgadas, inclusive o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, devendo operacionalizar a referida retenção mediante o desconto no valor correspondente da liquidação em dinheiro das Ações Restritas a ser entregue ao Beneficiário, de forma proporcional ao impacto relativo aos tributos aplicáveis, ou de outra maneira que julgar conveniente e adequada ao atendimento das exigências legais.

11.9.1. Mesmo diante da retenção/desconto realizado pela Companhia referente aos tributos incidentes na operação, cabe ao Beneficiário a obrigação de declarar em sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física o valor bruto da liquidação financeira recebida correspondente a compensação em dinheiro das Ações Restritas recebidas.

11.10. *Arbitragem.* Com exceção das controvérsias referentes a obrigações de pagar que comportem, desde logo, processo de execução judicial e aquelas que possam exigir, desde já, execução específica, todas as demais controvérsias oriundas ou relacionadas ao presente Plano e nos Contratos de Outorga, aqueles que envolvam sua validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão e seus consectários, serão dirimidas por arbitragem, conforme previsto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada. A disputa será submetida e administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3 ("Centro de Arbitragem") de acordo com seu regulamento ("Regulamento") em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem e atendidos os termos da presente Cláusula. A sede da arbitragem será na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em língua portuguesa, local onde será proferida a sentença arbitral.

11.10.1. O tribunal arbitral será constituído por árbitro único, definido por consenso entre as Partes, ou, não sendo possível, indicado segundo o procedimento previsto no Regulamento ("Tribunal Arbitral"). O árbitro deverá, na medida do possível, ter conhecimento sobre a área da Companhia e de operações empresariais.

11.10.2. A responsabilidade pelo pagamento das custas da arbitragem, assim entendidos os valores pagos ao Centro de Arbitragem pela administração do procedimento, os honorários do árbitro e despesas diretamente relacionadas à condução do procedimento, como honorários de perito, honorários de assistentes técnicos, deverão ser determinadas pelo Tribunal Arbitral, sendo certo que cada parte arcará com os honorários de seus respectivos patronos.

11.10.3. O árbitro escolhido deverá especificar os fundamentos de sua decisão, notadamente as de caráter indenizatório, especificando os respectivos valores da condenação, bem como de qualquer outra decisão nos termos desta Cláusula, sendo vedado ao árbitro julgar por equidade. A decisão arbitral será considerada resolução final e vinculativa da controvérsia, contra a qual não caberão recursos, devendo ser reconhecida como sentença por qualquer tribunal brasileiro. As Partes concordam em se submeter à jurisdição de tribunal brasileiro para fins de execução de qualquer dessas decisões, laudos, mandados ou sentenças arbitrais.

11.10.4. Nenhuma das Partes deverá acionar judicialmente a outra se a demanda em questão for passível de resolução por meio de arbitragem, excetuando-se as medidas necessárias para execução de qualquer decisão arbitral, caso haja resistência da parte vencida em cumpri-la espontaneamente, ou para a obtenção de provimentos cautelares ou de cunho preparatório, nos termos a seguir: (i) de acordo com o art. 516 do Código de Processo Civil, o cumprimento da sentença far-se-á na comarca em que se processou a arbitragem (São Paulo – SP, nos termos da Cláusula 11.10 acima), sendo lícito ao exequente optar pelo juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo atual domicílio do executado; e (ii) cada Parte permanece com o direito de propor no juízo comum competente as medidas judiciais que visem à obtenção de provimentos cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do Tribunal Arbitral, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Para o exercício das citadas tutelas jurisdicionais, as Partes elegem o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.10.5. Independentemente da natureza da controvérsia a ser dirimida por meio do procedimento arbitral, todas as Partes deverão dele participar, seja como parte (quando a disputa diretamente lhe envolver na qualidade de requerente, requerida ou reconvinte), seja na qualidade de terceiro interessado (quando puder ser de alguma forma, direta ou indiretamente afetado pelas decisões a serem proferidas no curso ou ao fim do procedimento arbitral). Da mesma forma, o laudo arbitral será definitivo e vinculante para todas as Partes, independentemente de eventual recusa, por parte de qualquer uma delas, de participar do procedimento arbitral, seja como parte ou terceiro interessado.